



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Miguel Carvalho Peixoto

REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA EM COIMBRA

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis, orientada pela Professora Doutora Susana Maria Pereira da Silva, apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

janeiro de 2024

FACULDADE DE LETRAS

REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA EM COIMBRA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Reabilitação e Requalificação Urbana em Coimbra
Autor	Miguel Carvalho Peixoto
Orientadora	Susana Maria Pereira da Silva
Júri	Presidente: Doutor Jorge Miguel Nunes Padeiro
	Vogais:
	1. Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
	2. Doutora Susana Maria Pereira da Silva
Identificação do Curso	2º Ciclo em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis
Área científica	Geografia
Especialidade/Ramo	Geografia Humana
Data da defesa	08-02-2024
Classificação	18 valores

Agradecimentos

Endereço, em primeiro lugar, os meus inúmeros e infinitos agradecimentos aos meus pais, Carlos e Cristina. Por terem estado sempre a apoiar-me, quando mais precisei, e a incentivarem-me para me sair sempre bem nos estudos e a nunca desistir dos meus sonhos e objetivos!

À minha tia Graça, que me quer ver como um homem bem-sucedido e que sempre teve um enorme orgulho em mim, pelo que já alcancei no passado e que irei alcançar no futuro, quer a nível pessoal quer a nível profissional. Sem ela, nada disto também teria sido possível!

À minha Professora de Geografia do Colégio de São Teotónio, Professora Maria da Luz Campos, que desde o primeiro momento que soube que entrei neste curso, e conseqüente Mestrado, torceu imensamente pelo meu sucesso em ambos! Sem o seu enormíssimo contributo certamente não teria chegado onde cheguei hoje e, por isso, esta conquista também é sua!

Dirijo uma enorme saudação à minha Orientadora, Professora Doutora Susana Maria Pereira da Silva, pela infundável disponibilidade, ajuda e amabilidade que teve para comigo desde o primeiro dia em que a conheci. Por me ter sempre aconselhado a ir pelos melhores caminhos e a nunca desistir!

Agradeço de coração os incentivos e contributos que os meus dois afilhados, João e Pedro, e afilhada, Liliana, me deram ao longo do meu percurso académico. Por estarem sempre disponíveis quando necessitasse e pela amizade que estabelecemos desde o primeiro dia em que me tornei vosso padrinho! Jamais vos esquecerei e o meu sucesso será também o vosso sucesso, pois sem o vosso contributo certamente não teria chegado onde cheguei hoje!

Ao meu padrinho e madrinha de curso – Joel Duarte e Érica Mitelo –, aos meus grandes amigos e amigas – Bruno Sousa, Francisco Cunha, Gabriel Ribeiro, Daniel Boliqueime, Gabriel Miranda, Joana Ferreira, Sofia Loureiro, Raquel Castro, Cândida Morais, Carolina Oliveira, Carolina Souto e Elisabete Palos – pois o meu sucesso também se deve a todos vocês e um muito obrigado pelo convívio e pela amizade estabelecida!

Agradeço igualmente a todos os responsáveis e ao Diretor do presente Mestrado pela oportunidade de ter frequentado uma vertente da Geografia tão enriquecedora!

À minha grande amiga, Sílvia, que também foi fundamental no meu percurso académico e que esteve sempre presente nos melhores e piores momentos! A nossa amizade começou em 2017, porém é como se já existisse há muitos anos pois, para mim, será sempre uma amizade inesquecível!

À minha psicóloga, Doutora Cecília Amaro, que foi e sempre será uma excelente pessoa! Que sempre me incentivou a dar o meu melhor e me apoiou quando estava mais em baixo.

Ao meu avô materno, António, que está e estará muito orgulhoso não só por ter um neto licenciado e com o Mestrado concluído, como também está lá em cima sempre a olhar por mim e pelos meus! Jamais te esqueceremos e as saudades serão sempre imensas, pois partiste demasiado cedo das nossas vidas.

À memória da minha querida avó paterna, Lúcia, que partiu inesperadamente das nossas vidas. Foste a melhor avó que alguma vez pude ter e ficarei para sempre grato pelos momentos que partilhámos, pelas gargalhadas que demos juntos, pelos nossos passeios a Coimbra, pelas nossas idas ao restaurante da nossa aldeia, por me teres criado desde pequenino, entre muitas outras bonitas recordações. Olha por nós cá em baixo, amamos-te muito!

Um enorme agradecimento à Câmara Municipal de Coimbra que se disponibilizou para o esclarecimento de todas as dúvidas, a todos os seus arquitetos, à Arqueóloga Raquel Santos, ao Engenheiro Civil João Neves e chefes pela prontidão na disponibilização de cartografia e fotografias das intervenções realizadas no Centro Histórico de Coimbra!

E, por fim, o meu muito obrigado a todos aqueles e aquelas que participaram no questionário e no seu respetivo preenchimento. Foram absolutamente determinantes para o sucesso do mesmo e, igualmente, na conclusão da presente Dissertação!

Resumo

Na Geografia atual tanto a reabilitação como a requalificação urbana têm-se tornado em tópicos de debates entre as comunidades de geógrafos/geógrafas muito por causa dos potenciais efeitos que este tema exerce sobre os principais centros urbanos nacionais e mundiais, no qual a cidade de Coimbra está, evidentemente, incluída.

Tendo em conta o tema principal da presente dissertação, mencionado anteriormente, delineou-se como objetivo geral analisar e compreender a importância que a reabilitação e requalificação urbanas exercem nas cidades e nos seus centros históricos, nomeadamente no da área de estudo. A concretização deste objetivo serviu, igualmente, de base para a elaboração do estudo de caso onde foram analisados os contributos que tanto os programas como as intervenções realizadas tiveram para o Centro Histórico da cidade. Por outro lado, procedeu-se à elaboração de um questionário que pretendeu, entre muitos outros aspetos, se focar nestas duas questões.

A metodologia utilizada para a elaboração da presente dissertação permitiu um desfecho satisfatório e, ao mesmo, enriqueceu o presente tema.

Quanto aos resultados obtidos, foram evidentes os progressos que as cidades tiveram muito por conta dos impactos que a implementação dos diversos documentos normativos e orientadores, assim como a patrimonialização e o turismo, tiveram para a revitalização e modernização dos centros históricos. No contexto nacional, a discussão em torno dos impactos dos diversos programas/instrumentos de reabilitação e requalificação urbana, permitiram confirmar essa tendência, mais tarde, para o Centro Histórico de Coimbra.

Foi precisamente nesta área da cidade que as estratégias, instrumentos e programas executados permitiram, nomeadamente no caso prático, dar uma nova imagem e identidade territorial que há muito tempo não se verificava e que se tornaram visíveis nas perceções dos inquiridos sobre as recentes intervenções realizadas.

O questionário aplicou-se aos residentes de Coimbra e aos que a frequentam, mas em trabalho e/ou lazer, teve início em março de 2022 e terminou em maio, sendo que foi aplicado online, com 275 respostas com um intervalo de confiança de 95%. Porém, a partir do mesmo foram muitos os aspetos negativos identificados pelos inquiridos que se incidiram, sobretudo, na Baixa da cidade e na implementação simultânea de diversas intervenções.

Palavras-chave: Reabilitação Urbana; Requalificação Urbana; Centros Históricos; Intervenções; Coimbra

Abstract

In today's geography, both rehabilitation and urban requalification have become topics of debate among geographers, largely because of the potential effects that this topic has on the main national and world urban centers, in which the city of Coimbra is obviously included.

Bearing in mind the main theme of this dissertation, mentioned above, the general objective was to analyze and understand the importance of urban rehabilitation and requalification in cities and their historic centers, particularly in the study area. This objective was also the basis for the case study, which analyzed the contributions that both the programs and the interventions carried out have made to the city's historic center. On the other hand, a questionnaire was drawn up which aimed, among many other things, to focus on these two issues.

The methodology used to prepare this dissertation has led to a satisfactory outcome and has also enriched this topic.

As for the results obtained, the progress made by the cities was evident, largely due to the impact that the implementation of the various normative and guiding documents, as well as heritage and tourism, had on the revitalization and modernization of the historic centers. In the national context, the discussion around the impacts of the various urban rehabilitation and requalification programs/instruments later confirmed this trend for Coimbra's Historic Centre.

It was precisely in this area of the city that the strategies, instruments and programs implemented made it possible, especially in the practical case, to give it a new image and territorial identity that had not been seen for a long time, and which became visible in the respondents' perceptions of the recent interventions carried out.

The questionnaire was applied to residents of Coimbra and those who visit the city for work and/or leisure. It began in March 2022 and ended in May, and was applied online with 275 responses with a 95% confidence interval. However, there were many negative aspects identified by the respondents, which focused mainly on the city center and the simultaneous implementation of various interventions.

Keywords: Urban Rehabilitation; Urban Requalification; Historical Centers; Interventions; Coimbra

Índice Geral

Agradecimentos.....	2
Resumo.....	4
Palavras-chave.....	4
Abstract.....	5
Índice de Figuras.....	7
Índice de Gráficos.....	8
Índice de Tabelas.....	8
Índice de Quadros.....	9
Lista de Abreviaturas.....	9
Introdução.....	12
Parte I – Enquadramento teórico	
Capítulo I – Cidades e Centros Históricos.....	17
1.1. Origem, evolução e salvaguarda.....	17
1.2. Problemas, estratégias e políticas de intervenção.....	20
1.3. Documentos orientadores.....	24
1.4. Cidade, património e turismo.....	28
Capítulo II – Reabilitação e Requalificação Urbana.....	38
2.1. Enquadramento conceptual.....	38
2.2. Programas/Instrumentos de reabilitação e requalificação urbana com incidência nos centros históricos portugueses.....	42
2.3. O Portugal 2020 e o Programa Operacional Regional do Centro – Centro 2020.....	48
Parte II – Estudo de Caso: Coimbra	
Capítulo III: Coimbra – Retrato Territorial.....	52
3.1. Enquadramento geográfico.....	52
3.2. Dinâmicas do território em estudo.....	54
3.3. O Centro Histórico de Coimbra.....	58
3.3.1. Constituição, delimitação e características.....	58
3.4. Patrimonialização do Centro Histórico de Coimbra e o papel do turismo.....	61

Capítulo IV – Reabilitação, requalificação e revitalização do Centro Histórico de Coimbra - estratégias, instrumentos e programas.....	66
4.1. Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra.....	66
4.2. Programas com incidência no Centro Histórico – análise retrospectiva.....	67
4.3. Intervenções no Centro Histórico de Coimbra no âmbito do Portugal 2020/Centro 2020.....	73
Capítulo V – Avaliação das intervenções realizadas no âmbito do Portugal 2020/ Centro 2020 na cidade de Coimbra: A perceção dos residentes e frequentadores.....	90
5.1. Nota metodológica.....	90
5.2. Perfil sociodemográfico dos inquiridos.....	91
5.3. Reabilitação, requalificação urbana e centros históricos.....	93
5.4. Perceção sobre as mais recentes intervenções de reabilitação e requalificação do Centro Histórico de Coimbra.....	98
Conclusões e Recomendações.....	103
Referências Bibliográficas.....	108
Anexos.....	117

Índice de Figuras

Figura 1 – Localização geográfica do concelho de Coimbra.....	52
Figura 2 – Enquadramento de Coimbra e dos concelhos limítrofes.....	52
Figura 3 – Localização e delimitação das freguesias do Centro Histórico de Coimbra.....	53
Figura 4 – Imagem aérea da cidade de Coimbra.....	53
Figura 5 – Delimitação do Centro Histórico de Coimbra e da Zona Envolvente de Enquadramento.....	60
Figura 6 – PARU de Coimbra com a delimitação das ARU’s da Alta, Baixa e Rio.....	77
Figura 7 – PAICD de Coimbra com a delimitação da área correspondente ao Planalto do Ingote.....	78
Figura 8 – Intervenção no Parque Manuel Braga.....	82
Figura 9 – Compilação de fotografias respeitantes à intervenção da Sé Nova.....	82
Figura 10 – Compilação de fotografias respeitantes à intervenção da Sé Velha.....	82
Figura 11 – Intervenções na Rua Borges Carneiro e Rua do Norte.....	83
Figura 12 – Intervenções no Largo José Rodrigues e Rua São João.....	83
Figura 13 – Intervenção realizada na Rua e Largo do Quebra Costas.....	83
Figura 14 – Intervenções na Rua João Machado e Rua Dr. Manuel Rodrigues.....	84
Figura 15 – Intervenções na Rua Direita e Rua da Nogueira.....	84
Figura 16 – Intervenção da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes.....	85
Figura 17 – Intervenção Valorização da Imagem da Cidade e Qualidade do Espaço Público.....	85
Figura 18 – Intervenção do Desassoreamento da Albufeira do Açude – Ponte de Coimbra e Estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra.....	85

Figura 19 – Intervenção do MetroBus.....	86
Figura 20 – Intervenção no Terreiro da Erva.....	86
Figura 21 – Intervenção na Igreja do Convento de S. Francisco.....	87
Figura 22 – Intervenção na Praça do Arnado e Rua Simões de Castro.....	87
Figura 23 – Intervenção no Mercado D. Pedro V.....	87
Figura 24 – Intervenção na Praça do Comércio.....	88
Figura 25 – Intervenção nos Caminhos Pedonais de Santa Clara / Calçada de Santa Isabel...	89
Figura 26 – Intervenção na Residência Ganhar Autonomia.....	89

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População residente por grupos etários nas freguesias do Centro Histórico de Coimbra segundo os censos de 2011 e 2021.....	54
Gráfico 2 – Índice de envelhecimento nas freguesias do Centro Histórico de Coimbra segundo os Censos de 2011 e 2021.....	55
Gráfico 3 – População residente no município de Coimbra segundo os Censos de 1981 a 2021.....	55
Gráfico 4 – Índice de envelhecimento no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.....	55
Gráfico 5 – Taxa bruta de mortalidade no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.....	56
Gráfico 6 – Taxa bruta de natalidade no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.....	56
Gráfico 7 – Índice de dependência de idosos no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.....	56
Gráfico 8 – Índice de dependência de jovens no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.....	56
Gráfico 9 – População residente em idade ativa por grandes grupos etários no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.....	57
Gráfico 10 – População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado (%) no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021...	57
Gráfico 11 – Taxa de desemprego no município de Coimbra por sexo e segundo os Censos de 2001 a 2021.....	58
Gráfico 12 – Taxa de analfabetismo no município de Coimbra por sexo e segundo os Censos de 2001 a 2021.....	58
Gráfico 13 – Género dos inquiridos.....	91
Gráfico 14 – Idade dos inquiridos.....	91
Gráfico 15 – Questão relativa ao facto de no caso dos inquiridos referirem o concelho de Coimbra se residem na cidade.....	92

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Questão prévia relativa ao facto dos inquiridos serem, ou não, residentes na cidade de Coimbra.....	91
Tabela 2 – Habilitações literárias dos inquiridos.....	92
Tabela 3 – Situação profissional dos inquiridos.....	92

Tabela 4 – Concelho de residência habitual dos inquiridos.....	92
Tabela 5 – Opinião dos inquiridos acerca do estado de conservação da Alta e Baixa do Centro Histórico de Coimbra.....	93
Tabela 6 – Conhecimento dos inquiridos, de acordo com o facto de serem ou não serem Residentes em Coimbra, face aos programas, planos e instrumentos financeiros para a Revitalização Física e Funcional que foram ou estão a ser implementados na cidade.....	93
Tabela 7 – Conhecimento dos inquiridos, de acordo com as faixas etárias, face aos programas, planos e instrumentos financeiros para a Revitalização Física e Funcional que foram ou estão a ser implementados na cidade.....	94
Tabela 8 – Conhecimento dos inquiridos, de acordo com as habilitações literárias, face aos programas, planos e instrumentos financeiros para a Revitalização Física e Funcional que foram ou estão a ser implementados na cidade.....	95
Tabela 9 – Conhecimento dos inquiridos face a um conjunto amplo de intervenções que decorreram ou ainda decorrem no Centro Histórico de Coimbra no âmbito do Portugal 2020/Centro 2020.....	96
Tabela 10 – Grau de concordância/discordância dos inquiridos relativamente às Intervenções levadas a cabo no Centro Histórico de Coimbra.....	96
Tabela 11 – Grau de satisfação dos inquiridos quanto aos resultados das intervenções quase concluídas ou já concluídas em 13 de Maio de 2022 (término do questionário).....	97
Tabela 12 – Perceções dos indivíduos sobre as mais recentes intervenções no Centro Histórico de Coimbra.....	98
Tabela 13 – Perceções dos indivíduos sobre as mais recentes intervenções no Centro Histórico de Coimbra.....	99
Tabela 14 – Perceções dos indivíduos sobre as mais recentes intervenções no Centro Histórico de Coimbra.....	99

Índice de Quadros

Quadro 1 – Prioridade de Investimento e intervenções do PEDU de Coimbra.....	73
Quadro 2 – Intervenções identificadas no centro histórico de Coimbra.....	79
Quadro 3 – Intervenções identificadas no centro histórico de Coimbra.....	80

Lista de Abreviaturas

ARU – Área de Reabilitação Urbana

Centro 2020

CHC – Centro Histórico de Coimbra

CHUC – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CMC – Câmara Municipal de Coimbra

DRCC – Direção Regional de Cultura do Centro

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FSE – Fundo Social Europeu

GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro

GCH – Gabinete para o Centro Histórico

GTL's – Gabinetes Técnicos Locais

ICOMOS – *International Council of Monuments and Sites* / Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAICD – Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas

PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana

PDM – Plano Diretor Municipal

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades

Polis XXI – Política de Cidades Polis XXI

Portugal 2020

PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas

PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais

POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RECRUA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH – Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

SMTUC – Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URBAN – Programa de Iniciativa Comunitária URBAN

Introdução

A presente dissertação, realizada no âmbito do segundo ano do Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, orientada pela Professora Doutora Susana Maria Pereira da Silva, pretende retratar a Reabilitação e Requalificação Urbana em Coimbra.

O tema da proposta de trabalho mencionada suscitou bastante interesse ainda na Licenciatura, assim como no Mestrado, pelo facto de ser um tema que deveria ser cada vez mais explorado e conseqüentemente valorizado, mas também pelos impactos positivos que os mesmos poderão gerar nos principais centros urbanos, especialmente para a própria imagem territorial, para o património nele existente e, até, para o turismo.

Com o passar dos anos, tanto a reabilitação como a requalificação urbana têm ganho cada vez mais espaço e têm contribuído para melhorar a imagem das cidades. Através destas ações pretende-se evitar por um lado a degradação e, por outro, proceder-se a um conjunto de intervenções num determinado espaço urbano para se garantir uma nova imagem territorial e, simultaneamente, atrair fluxos turísticos.

Atendendo ao caso de estudo, a degradação é mais notória na zona histórica (Alta e Baixa) pelo que decorreram várias intervenções em diversos locais nela integrante que serão abordadas numa fase mais avançada da presente dissertação.

A reabilitação e requalificação urbana têm beneficiado de um grande destaque, tornando-se numa prioridade nacional, na perspetiva de Serra (2019), uma vez que contribuem para a conservação do património e, de alguma forma, exercem pressão para que os municípios adotem outras linhas de pensamento e/ou estratégias para com o respetivo território, acrescenta o autor. Com uma importância reconhecida em todas as suas dimensões arquitetónica, cultural, social, económica e ambiental, tanto a reabilitação e requalificação urbana assumem-se como um dos setores estratégicos da economia (Luís, 2014).

Desta forma, os papéis desempenhados quer pela reabilitação quer pela requalificação urbanas assumem-se como determinantes, pois pretendem que os locais integrantes de um determinado espaço urbano sejam preservados e deixados imaculados (Loureiro, 2021).

Importa referir, de igual modo, os contributos deixados pelos diversos programas e instrumentos financeiros de enorme relevância que pretendem, no seu conjunto, contribuir para melhorar condições de vida e habitabilidade de muitos agregados familiares como também de diversos espaços públicos de grande parte das cidades (Loureiro, 2021).

Terão que haver, necessariamente, intervenções que visem o edificado da própria cidade e do seu espaço urbano e que possam, desde logo, assumir uma dimensão essencial da conservação dos centros históricos onde se mantenha e se respeite os valores tradicionais, mas, sobretudo da própria questão relativa à preservação do património que por si só deverá ser sempre tido como um bem intangível, um bem imaterial. Por isso mesmo, as medidas que devem ser levadas a cabo têm que ser imediatas e de emergência para que a própria reabilitação/requalificação de um determinado edificado mantenha as suas características iniciais e que permaneça, sobretudo, como um local importante da história e da memória dos lugares e que tenha em conta a própria questão do património local (Fortuna, 2006).

Por outro lado, a própria patrimonialização e o turismo surgem como elementos dinamizadores uma vez que acabam por constituir contributos determinantes para o crescimento económico do país e aumentam, desde logo, a própria oferta turística. O que se pretende atingir acaba por ser, essencialmente, um público que tenha interesse em visitar o património das cidades e dos seus respetivos centros históricos. Assim sendo, uma cidade tem que se tornar num claro mercado competitivo que atraia mais fluxos populacionais com mais dinâmica, mais vida (Loureiro, 2021).

O facto do próprio turismo registar um crescimento visível fez com que houvesse um aumento da promoção dos destinos o que coloca pressão na cidade de Coimbra. Com a questão do património na ordem do dia, o que se pretende atingir é a “procura da autenticidade” (Loureiro, 2021:43) na qual, de acordo com OECD (2009, citado por Loureiro, 2013) terá que existir um promotor do turismo.

Com a realização da presente dissertação, delineou-se como objetivo geral analisar e compreender a importância que a reabilitação e requalificação urbanas exercem nas cidades e nos seus centros históricos, nomeadamente no da área de estudo.

Para além deste objetivo geral delinear-se um conjunto de objetivos específicos: entender a problemática das cidades e dos seus centros históricos; compreender o papel do património e do turismo como indutores de estratégias de intervenção urbana; distinguir os conceitos de reabilitação e requalificação urbana; conhecer os programas/instrumentos de reabilitação e requalificação urbana com incidência nos centros históricos; examinar o contributo dos diversos programas e instrumentos financeiros para a revitalização física e funcional de Coimbra; avaliar a perceção dos utilizadores, com a aplicação de um questionário, quanto aos efeitos das intervenções de reabilitação e requalificação urbana na cidade que decorreram no âmbito do último período de financiamento europeu (2014-2020).

No sentido de responder aos objetivos traçados, foi efetuada pesquisa e revisão bibliográfica tendo por base diversos artigos, teses, entre outros, relacionados não só com a área retratada, Coimbra, assim como com a temática da Reabilitação e Requalificação Urbana através de diversos motores de busca populares, tais como o Google Scholar/Académico e o ResearchGate. Durante a pesquisa foram utilizadas diversas palavras que constam no índice do presente trabalho – cidades, centros históricos, reabilitação urbana, requalificação urbana, património, turismo, programas/instrumentos, centro histórico de Coimbra.

Tendo em conta a caracterização da área de estudo, a mesma foi realizada através de trabalhos de outros autores. Também se deu ênfase, a partir de uma perspetiva física e prática, à construção de mapas a partir do software ArcGIS que retratassem devida e explicitamente a área em causa, nomeadamente através da sua localização geográfica. Quanto à perspetiva humana, foram consultados e utilizados dados do INE e da PORDATA, principalmente no que se refere à dinâmica demográfica e socioeconómica de Coimbra, que mais tarde foram trabalhados no Microsoft Excel.

Foram realizados diversos contactos, nomeadamente com a Câmara Municipal de Coimbra, com o intuito de se obterem informações pertinentes acerca da área de estudo, assim como mapas que retratassem detalhadamente o Centro Histórico e algumas das suas intervenções.

No plano prático, foram realizadas diversas ações que se explicitam de seguida. Numa primeira parte, foram iniciadas 18 saídas de campo ao Centro Histórico de Coimbra, Alta e Baixa, com o propósito de fotografar vários locais que foram alvo de intervenção tais como o Parque Manuel Braga, o largo da Sé Velha, a Sé Nova, as ruas Direita, Nogueira, Doutor Manuel Rodrigues e João Machado (Rua para Todos), o percurso Universidade/Arco de Almedina, a margem Direita do Rio Mondego e a Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes. Recolheram-se inúmeros registos fotográficos por forma a retratar-se a evolução temporal das intervenções ocorridas nos locais anteriormente mencionados.

Por outro lado, elaborou-se um questionário relativo à Reabilitação e Requalificação Urbana em Coimbra com o propósito de se conhecer a perceção dos residentes e frequentadores da cidade sobre as intervenções no Centro Histórico, no âmbito do Portugal2020 e Centro2020.

Este foi aplicado entre março e maio de 2022 a indivíduos com mais de 18 anos residentes ou frequentadores regulares da cidade de Coimbra em trabalho e/ou lazer. Devido à situação pandémica que o país ainda atravessava na altura da aplicação dos questionários, o mesmo foi disponibilizado online através da rede social Facebook, tendo sido divulgado em

diversos grupos relacionados com a cidade, e enviado via e-mail e messenger. Foram recolhidos um total de 275 questionários.

O presente trabalho está estruturado em duas grandes partes, nas quais estão organizados cinco capítulos, precedidas pela introdução. Nesta foram debatidas questões como o enquadramento do tema em si, o seu âmbito e as razões – justificação – pelas quais a proposta seguiu em frente. São ainda clarificados os objetivos – geral e específicos – e a metodologia a ser utilizada para a concretização do presente trabalho.

No primeiro capítulo, que envolve o enquadramento teórico e as cidades e centros históricos, foram retratadas temáticas como a origem, evolução e salvaguarda destes espaços, os problemas, estratégias e políticas de intervenção a serem adotadas nos mesmos, os documentos orientadores que os regem e a cidade, património e turismo através da análise destes dois espaços como repositórios de património, a patrimonialização e turistificação da cidade e a preservação do património e valorização através do turismo.

No segundo capítulo procedeu-se a um enquadramento concetual da reabilitação e requalificação urbana no qual se pretendeu explorar detalhadamente o significado e importância de cada uma destas dimensões e a análise dos programas/instrumentos com incidência nos centros históricos portugueses onde se abordou o papel da reabilitação e requalificação urbana na promoção das cidades e dos seus centros históricos, para além de se terem explorado programas.

No terceiro capítulo dá-se início ao estudo de caso com a elaboração do retrato territorial de Coimbra. Através de um devido enquadramento, retratou-se o centro histórico nomeadamente a sua constituição, delimitação e características, foi analisada a temática da patrimonialização do centro histórico da área de estudo e o papel desempenhado pelo turismo. Por outro lado, analisaram-se as dinâmicas demográficas e socioeconómicas através da obtenção de dados nas plataformas INE e PORDATA.

O quarto capítulo, respeitante às Estratégias, Instrumentos e Programas para a Requalificação e Revitalização do Centro Histórico de Coimbra, pretendeu retratar, numa primeira fase, o Gabinete para o Centro Histórico onde foi mencionada a sua criação, as funções que desempenha e, fundamentalmente, a importância e mais-valias que assume para esta área específica da cidade. Foram mencionados, por outro lado, os programas que exerceram uma maior incidência no Centro Histórico ao mesmo tempo que se sublinhou a importância que os mesmos tiveram para a projeção de Coimbra e da sua zona histórica. Também foram abordadas as intervenções que tiveram lugar no Centro Histórico de Coimbra ilustradas através de registos fotográficos recolhidos pelo autor do presente trabalho acrescidos de registos fotográficos

disponibilizados pela Câmara Municipal e pelos seus Engenheiros Civis e Arquitetos, para além da elaboração de dois quadros que permitissem identificar as intervenções na zona histórica conjuntamente com os seus dados e objetivos mais pertinentes.

O quinto capítulo, respeitante à realização e aquisição dos dados do questionário - Avaliação das Intervenções Realizadas no Âmbito do Portugal2020/Centro2020 na Cidade de Coimbra – A Perceção dos Residentes e frequentadores, começou com uma nota metodológica.

De seguida, foram analisados os resultados do questionário onde se pretenderam apurar os conhecimentos dos inquiridos face não só ao estado de conservação das duas áreas do Centro Histórico de Coimbra – Alta e Baixa –, assim como para os Programas e Instrumentos Financeiros mencionados, as intervenções que ocorreram, os graus de concordância/discordância e o grau de satisfação. Por fim e para dar um maior ênfase ao questionário, aos conhecimentos e opiniões dos inquiridos, através da Perceção Sobre as Mais Recentes Intervenções de Reabilitação e Requalificação do Centro Histórico de Coimbra, os mesmos tiveram oportunidade de se expressarem, através de um conjunto de afirmações e, por outro lado, de uma pergunta que os incentivou a exporem outros impactos positivos/negativos que retiraram das intervenções.

Por fim e quanto às Conclusões e Recomendações, o intuito pretendido foi o de proceder a uma apreciação geral da redação da presente dissertação.

Redigiram-se, igualmente, anotações que poderão servir de base para futuros trabalhos inseridos no presente tema assim como para revolucionar as cidades e os seus centros históricos de forma a se proceder a uma modernização e transformação identitária do espaço urbano.

Capítulo I – Cidades e Centros Históricos

1.1. Origem, evolução e salvaguarda

A origem das cidades deve-se, de acordo com Carlos (2009, citado por Santos, 2014) a um processo histórico e que ganha materialização concreta diferenciada.

Assim, quando se abordam as origens das cidades é possível retrocedermos a um território que teve o seu início no período paleolítico tendo o seu surgimento estado intimamente ligado a um processo de sedentarização, remetendo, igual modo, para espaços onde a agricultura já apresentava um relativo avanço tecnológico e o princípio da hierarquização social já era claramente visível (Santos, 2014).

Ao questionarmos a criação/origem de uma cidade estamos a falar não só de um local onde são produzidos recursos, assim como se está a falar num espaço da dominação aliado a uma ligação militar e transformado numa espécie de dominação política (Santos, 2014).

De acordo com Carlos (2009, citado por Santos, 2014) a origem da cidade vincula-se diretamente à existência de uma ou mais funções urbanas. Desta forma, a mesma acaba por assumir diversas formas e conteúdos, na qual um local acaba por se tornar autónomo e não carrega a responsabilidade de exercer uma determinada tarefa (Santos, 2014).

Com a origem e a evolução das cidades, atualmente estamos perante um cenário de constante expansão urbanística onde os resultados estão visivelmente bem representados e o domínio capitalista acabou por se tornar claramente dominante nas sociedades mundiais (Santos, 2014). Com a cidade a exercer um papel dominante, esta acaba por se transformar num claro polo atrativo para as populações e a mesma de acordo com Carlos (2009, citado por Santos, 2014) tem relações com a sociedade em seu conjunto.

Contudo, existem outros indícios de que as cidades e as suas primeiras civilizações tiveram as suas origens próximas aos rios que atravessavam as férteis planícies e também em zonas de cariz montanhoso, tais como nas vertentes de países asiáticos como são os exemplos de Israel, da Jordânia e da Síria. Aliado ao facto de possuírem uma enorme vantagem ao nível agrícola, as cidades asiáticas tornaram-se em locais adequados para a constituição e características de uma civilização urbana. Estas mesmas cidades evoluíram bastante no tempo, já que a introdução de materiais siderúrgicos, as constantes evoluções na plantação de diversos cereais e de plantas de fruto favoreciam, claramente, as trocas de mercadoria e de notícias, facilitando as comunicações (Abiko, Almeida & Barreiros 1995).

Já as cidades europeias, por outro lado, registavam desfechos completamente diferentes uma vez que estas acabaram por se desenvolver de forma espalhada (...) por todo o continente europeu (Abiko, Almeida & Barreiros, 1995).

Deve-se fazer uma enorme referência ao Egito pois é nas suas cidades que se registaram, a partir do quarto milénio, um aumento expressivo na capacidade agrícola e na concentração do poder e do excedente da produção (Abiko, Almeida & Barreiros, 1995).

A cidade, juntamente com a criação do seu espaço urbano, resultaram de processos que foram implementados num passado distante, mas também através de ações contemporâneas. O próprio espaço urbano acaba por carregar enormes características, na qual são envolvidas crenças, valores e mitos que são posteriormente materializadas e recordadas pelas diversas sociedades, pelas gerações que integraram esse mesmo espaço (Santos, 2014).

Os centros históricos nascem dentro da própria cidade e, numa grande parte dos casos, coincidem com o núcleo original da formação urbana ou estão situados num espaço entre muralhas e onde se agrupam os edifícios mais representativos (Carvalho, 2010). De acordo com Whyte (1958, citado por Fernandes, 2011), um centro histórico acaba por ter a sua origem, igualmente, em espaços urbanizados de considerável extensão, de uma metrópole explodida, de uma área que se encontra num claro estado de considerável crescimento territorial. De acordo com Peixoto (2003, citado por Carvalho, 2010) o centro histórico tem origem num lugar circunscrito e delimitado onde temos presentes características que determinadas culturas e povos vivenciaram nas suas épocas (Queirós, 2007).

De uma forma geral, um centro histórico acaba por ser um produto com origem em múltiplas dinâmicas, que vêm sendo alvos de sucessivos investimentos (Silva, 2016).

Com a origem do centro histórico é possível denotar-se inúmeras tensões que acabam por ser resultantes de estratégias de renovação urbana e de reabilitação urbana onde se pretende proceder a diversas mudanças e não o retorno dos denominados velhos problemas (Carvalho, 2010).

Ao abordar-se um centro histórico, pensa-se logo numa área da cidade, presente na Baixa ou na Alta, com bastante história e acontecimentos marcantes, mas também num local onde é perfeitamente visível a predominância de edifícios antigos e onde a sua origem era equivalente à totalidade da cidade, onde coabitavam classes sociais distintas (Queirós, 2007).

Pode-se afirmar que um centro histórico, com o decorrer dos anos e com os significados que carrega, é apelidado de coração da cidade uma vez que contém a imensa história nele inserida e um extenso património, resultante de variadas construções a que foi sujeito (Richicinski, 2021).

De acordo com Salgueiro (1992, citado por Richicinski, 2021), os centros históricos constituem-se como testemunhos vivos de épocas passadas, mas foram sendo constantemente abandonados devido ao interesse da população em morar nos arredores das periferias urbanas.

A evolução dos centros históricos começou a verificar-se, sobretudo, a partir do período pós Segunda Guerra Mundial onde houve um processo de reconstrução económica e estes mesmos centros sofreram grandes alterações com a implementação de intervenções respeitantes à renovação urbana. Nos anos 1960 já se assistia a uma preservação das características histórico-arquitetónicas dos centros históricos onde se veio a implementar a criação de delimitações que visassem proteger os locais históricos. Com a publicação, em 1964, da célebre Carta de Veneza pretendia-se, essencialmente, proceder à conservação e o restauro de monumentos e sítios onde estes mesmos acabaram por incluir os conjuntos e sítios sendo adotada uma evidente necessidade de existir um cuidado e manutenção redobrados e duradouros (Sebastião, 2010).

Desta forma, nos anos 60 assiste-se a um claro impulso e obrigação de se protegerem os centros históricos.

Nos anos 70 assiste-se a uma melhoria qualitativa das intervenções no seio dos centros históricos, um ideal que viria a ser introduzido pelo Plano de Bolonha e que tinha fortes convicções ligadas ao cariz social. Este plano pretendia dar maiores garantias de qualidade e condições de vida às populações integrantes, porém existia uma clara prioridade em se reduzir drasticamente o abandono a que se assistia nos núcleos históricos e das áreas centrais da cidade.

Teve início uma conseqüente recuperação e reabilitação nos centros históricos das cidades, de forma a minimizar estragos que visassem a sociedade. Em 1975 é criada a Declaração de Amesterdão que, por si só, se revelou inovadora já que estabeleceu como um ideal a defesa do património e refere que os centros históricos devem ser um evidente objeto de reabilitação integrada. Em 1976 é implementada a Carta de Nairobi que defende uma conservação e revitalização completa dos centros históricos, na qual havia a necessidade de se manter o comércio e as actividades tradicionais (Sebastião, 2010).

Os centros históricos conheceram uma clara evolução ao longo dos anos ao mesmo tempo que viam um conjunto de novos conceitos lhes serem associados, tal como revela a temática da presente dissertação, a reabilitação e requalificação urbanas.

A evolução deu-se igualmente neste período devido ao facto de haver uma crescente preocupação quanto à recuperação do centro histórico das cidades, onde se desejava salvaguardar, ao máximo, todos os vestígios das malhas urbanas de acordo com todas as componentes e funções que detinha (Sebastião, 2010).

Nos anos 80 a reabilitação e requalificação urbana contribuem não só para a evolução dos centros históricos como para um melhor funcionamento de toda a cidade. Em 1985 é apresentada a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa onde os países se comprometeram, de acordo com Andrade (1999, citado por Sebastião, 2010) a introduzirem a proteção do património entre os objetivos fundamentais do ordenamento do território. Já em 1986 a Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas coloca em evidência a importância dos centros históricos enquanto enquadramento natural e construído onde estavam devidamente expressos os valores e costumes das civilizações urbanas locais e tradicionais. Com a reabilitação dos centros históricos a ganhar cada vez mais terreno, fala-se numa crescente atração de investimentos do sector privado, na qual houve um forte contributo para o retorno à cidade ligado a novos costumes e padrões que as sociedades viriam a consumir (Sebastião, 2010).

1.2. Problemas, estratégias e políticas de intervenção

Tanto as cidades como os centros históricos deparam-se, atualmente, com inúmeros problemas que precisam de ser resolvidos pelo facto destes últimos serem considerados por muitos como um elemento de interligação com toda a cidade por possuírem uma história rica e única, com vestígios e marcas de várias épocas tornando-os em locais com uma autenticidade e identidade riquíssimas (Paulino, 2014).

Um dos problemas mais visíveis é o despovoamento derivado da construção de bairros que impediram a permanência da classe jovem e idosa nas suas habitações, o que contribuiu para uma progressiva deterioração dos edifícios ocupados. O facto de as populações quererem morar em casas com rendas mais acessíveis contribuiu, igualmente, para que o fenómeno do despovoamento se tornasse cada vez mais comum, assim como também viria a ser provocado pelo efeito da desmedida e descontrolada terciarização (Queirós, 2007).

O envelhecimento da população também acaba por se revelar como uma consequência no que concerne ao crescimento e recuperação sustentáveis dos nossos centros históricos, ou seja, os jovens tendem cada vez mais a abandonar as áreas históricas de uma cidade o que implica que a população idosa fique desprovida de atividades económicas aí implementadas e, consequentemente, veja o seu exercício de poder de compra ser significativamente reduzido (Queirós, 2007).

O tráfego provocado pelos automóveis, as poucas ou nenhuma acessibilidades que a população tem e o estacionamento limitado nos centros históricos são outro dos problemas existentes nestas áreas, pelo facto dos traçados dificultarem bastante a circulação de veículos, o estacionamento ser cada vez mais escasso e desrespeitar por completo os peões e a acessibilidade ser prejudicada devido à escassez de oferta de transportes públicos que circulam naquelas zonas (Queirós, 2007).

Os equipamentos de saúde nas áreas históricas acabam por se revelar com poucas condições, logo o nível de oferta e de procura, maioritariamente por parte da população idosa, acaba por não os satisfazer e alguns, tais como lares de idosos e os centros de dia, acabam por não reunir as condições exigidas pelas autoridades tornando-os, evidentemente, de qualidade duvidosa (Queirós, 2007).

As infraestruturas escolares nos centros históricos foram sendo progressivamente abandonadas, muito por causa da inauguração de escolas nos espaços periféricos das cidades o que contribuiu para um crescente despovoamento e abandono, trazendo consigo o êxodo populacional. Tanto os espaços culturais, como os destinados ao lazer e espaços verdes, têm vindo a ser um obstáculo para captar novos turistas, assim como parecem estar praticamente inexistentes ao olhar do público (Queirós, 2007).

As cidades apresentam um território disperso e desagregado e registaram naturais perdas de funções que antes eram tidas como costumes tradicionais de um determinado centro (Batista, 2014).

De acordo com Batista (2014), o facto de os habitantes verem igualmente o seu poder económico expressivamente diminuído também contribuiu para que as políticas e estratégias de intervenção nas cidades, nomeadamente no âmbito da reabilitação e requalificação urbana, não fossem levadas de forma séria.

Neste sentido, o tipo de população local começou a mudar drasticamente havendo uma clara predominância da faixa etária idosa, tornando os principais centros urbanos e históricos em áreas estagnadas e completamente degradadas tornando-se, de igual modo, em alvos fáceis para a prática da criminalidade (Batista, 2014).

De forma a proceder-se a uma completa resolução dos problemas que os centros históricos revelam, os investimentos públicos e privados, por parte das autoridades/entidades competentes, devem ser vistos como uma tentativa de reabilitar o património e atrair a população (Paulino, 2014).

Com as cidades e os seus respetivos centros históricos a ficarem completamente descaracterizados com o passar dos anos, acabam-se por perder, lamentavelmente, testemunhos valiosos de épocas arquitectónicas e urbanísticas anteriores. Torna-se, deste modo, imperativo haver uma mudança urgente quanto às visões que se devem adotar para ambos os espaços mencionados, na qual deverá existir uma tomada de consciência de que não poderá haver um desligamento total do mosaico global de uma cidade (Tavares, 2018).

No que concerne às estratégias e políticas de intervenção das cidades e dos seus centros históricos, existem políticas sustentáveis que defendem o património que fora construído nas mesmas de forma a, de acordo com Jigyasu (2014, citado por Faro, 2021), incluí-lo no planeamento das cidades modernas e que possam vir a contribuir, desde logo, para o seu posterior enriquecimento e conseqüente desenvolvimento. Ao proceder-se a uma cuidadosa avaliação dos recursos de que os principais centros urbanos dispõem, estão a criar-se condições para que a base para a gestão do funcionamento do ecossistema urbano contribua para uma significativa e visível beneficiação da qualidade de vida dos residentes nas cidades (Faro, 2021).

Para que as estratégias e políticas de intervenção tenham sucesso, nomeadamente nos centros históricos, existe uma clara necessidade de haver uma constante interação entre as diversas entidades do setor privado, público e social (Faro, 2021). Só desta forma é que se poderá chegar a um eventual consenso em que ambas as partes se demonstrem interessadas em alcançar determinados resultados propostos entre si. Tanto as estratégias como as políticas delineadas que visam intervencionar determinados espaços de uma cidade ou do seu centro histórico, que poderão encontrar-se abandonados e/ou desvalorizados, pretendem dar a conhecer um novo e distinto significado, assim como passarem a ser lembrados como lembranças ou não-lugares (Corá, 2009).

Desta forma e tendo em conta ao facto dos espaços urbanos oferecerem múltiplas funcionalidades, a constante evolução e desenvolvimento a que assistimos atualmente nas cidades e nos centros históricos fazem com que os vários tipos de sistemas existentes, assim como as suas variadas funções, requeiram mudanças que visem, essencialmente, gerar mais oportunidades para o seu posterior desenvolvimento e evolução (Cruz, 2015).

É neste sentido que nos centros históricos, desde logo, devem existir estratégias de intervenção que visem recuperar uma área urbana e que a considerem, de acordo com Leite (2007, citado por Corá, 2009) como um espaço público de lazer, entretenimento e consumo da população.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, as estratégias de intervenção nos centros urbanos viriam a ganhar novos contornos destacando-se três fases, de acordo com Oliveira (2008): A primeira, correspondente à Renovação Urbana, provinha de interesses das elites principais, assim como daqueles que a patrocinavam. A renovação que teve lugar no continente europeu restringiu-se, unicamente, a solucionar problemas onde, mais tarde, os moradores locais viriam a ser expulsos dos seus locais de origem e substituídos pela elite. A segunda fase, respeitante à Preservação Urbana, já tinha como prioridade máxima os edifícios históricos nos projetos de reestruturação das áreas centrais, na qual se mantiveram os costumes, tradições e atividades praticadas já existentes na época, ou seja, já havia um respeito pela história que um centro histórico transmitia. Com isto, a elite viria a afastar-se e a optar por um outro espaço que simbolizasse status. Por outro lado e de forma a garantir que a atração dos usuários fosse cada vez maior, viriam a ser estabelecidos diversos projetos, ligados à arquitetura, que incluíssem a intervenção, políticas de cariz público e, sobretudo, programas de gestão compartilhada. A terceira e última fase, ligada à Reinvenção Urbana, teve como grande expoente o desenvolvimento da comunicação, no qual o espaço urbano já viria a ser tratado como um produto, um bem a ser consumido pela população. Esta fase procurou, essencialmente, a recuperação das bases económicas da cidade onde houve uma clara e evidente ligação entre as entidades públicas, privadas e, nomeadamente, os empreendedores imobiliários, já que o que se pretendia era favorecerem-se as intervenções de maior dimensão que fossem competentes o suficiente para projetarem ainda mais os diversos centros urbanos, atraindo, por isso mesmo, investimentos e promovendo os seus administradores.

Com a criação das estratégias e políticas de intervenção e os fins a que se propõem, tanto as cidades como os centros históricos querem ser dotados de uma nova imagem urbana atrativa ao mesmo tempo que pretendem proporcionar o encorajamento no sector empresarial local onde o estabelecimento de vários tipos de objetivos, sejam eles de cariz político, cultural, ambiental, entre outros, consigam tirar o máximo de proveito e potencial possível existente numa área que irá ser alvo de intervenção (Domingues, 2012).

Neste caso, é imperativo afirmar-se que tanto as estratégias como as políticas de intervenção designam-se como verdadeiras condições de eficácia da intervenção urbanística.

Porém o poder político, as questões técnicas e o empenhamento de uma comunidade é que poderão definir o destino atribuído ao ordenamento do território (Tavares, 2008).

Uma política pública de intervenção terá, necessariamente, que ter um inevitável apoio do Estado, para além dos particulares usufruírem do pleno direito à participação. Envolver as entidades particulares acaba por tornar-se vantajoso, uma vez que ao saberem das pretensões

que exigem para as suas áreas e havendo um total compromisso para com soluções simples e eficazes de implementar, as mesmas acabam por ser vistas como a única via possível (Tavares, 2008).

Com a carência de políticas de intervenção notaram-se claramente faltas no planeamento do território o que impediu que o território português se desenvolvesse e registasse um crescimento notável. A aprovação dos Planos Diretores Municipais (PDM) viria a ocorrer já muito tarde, no final dos anos 90, mas o mesmo viria a ser aceite na quase totalidade do país (Tavares, 2008). É neste particular caso que a reabilitação urbana acaba por ganhar destaque, já que se tentou transformar este termo para revitalização urbana o que, por si só, é uma situação completamente distinta. Se formos apreciar somente a parte histórica de uma cidade, existirá um crescente desinteresse e conseqüente desinvestimento na cidade real, o espaço onde habita uma parte significativa da população e onde os problemas causados pela coesão acabam por se tornar mais visíveis (Tavares, 2008).

Ao existirem visões positivas sobre o centro histórico de uma cidade e das estratégias e políticas de intervenção a serem implementadas, está-se a apelar a um reinvestimento que, mais tarde, trará novos fluxos populacionais e novos habitantes, assim como uma maior capacidade atrativa de privados para a reabilitação. Incluem-se também neste aspeto questões relacionadas com o lazer, a prática do turismo e até para com o próprio edificado, uma vez que irá acabar por se tornar requintado e de enormíssima qualidade. Desta forma, o centro histórico terá novas respostas e irá saber valorizar devidamente as habitações nele inseridas (Tavares, 2008).

Por outro lado, existem preocupações relacionadas com a própria cidade que necessitam urgentemente de uma renovação urbana pelo facto de estarem a deparar-se com estilos e vivências de vida completamente distintos de outras épocas e com uma sociedade com mais problemas do que aquelas que habitam na sua zona histórica. As políticas irão desempenhar um papel fulcral, pois terão que corresponder às diferentes estratégias que lhes serão propostas assim como às expectativas da população que exigirá, naturalmente, a melhoria da vida e também uma imagem territorial renovada (Tavares, 2008).

1.3. Documentos orientadores

Tendo em conta os impactos que tanto a reabilitação como a requalificação urbana trouxeram para as cidades e os seus respetivos patrimónios históricos, foram ao longo dos séculos XX e atual que foram criados diversos documentos que retratassem, sobretudo, o modo

como o território se encontra apresentado e os problemas decorrentes da falta de planeamento (Silva, 2011).

A Carta de Atenas é considerada como uma das pioneiras a discutir assuntos relacionados com as cidades. Fundada a partir de um encontro, em 1933, na capital grega do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), defende que o planeamento e o urbanismo devem respeitar a disposição das construções onde também são privilegiados aspetos tais como a proteção dos traços caraterísticos e remotos das edificações mais antigas das cidades, sem que hajam consequências devastadoras para as mesmas (Silva, 2011).

Esta Carta pretende dar a conhecer, igualmente, a riqueza que o próprio património histórico integrante possui, na qual o mesmo é visto como um valor que deve ser mantido e respeitado, assim como todos os edifícios que possuam um alto valor arquitectónico, isolados ou inseridos em conjuntos urbanos. Com a mesma, pretender-se-ão debater novas formas de se preservar a concepção artística e, ao mesmo tempo, existe um objetivo que fica claramente delineado e explícito que passa por se atingir um estatuto de perfeição na cidade (Silva, 2011).

Outro documento mencionado é a Carta de Machu Picchu, elaborada em 1977, onde existiram novas inovações e princípios estabelecidos que a Carta mencionada anteriormente não detinha. Estamos a falar do facto de procedermos a intervenções que visam, essencialmente, a salvaguarda, recuperação, reabilitação, conservação e renovação dos patrimónios com cariz histórico e arquitectónico relevantes onde os mesmos devem estar plenamente integrados no processo vivo do desenvolvimento urbano já que estes acabam por ser vistos como um marco da história humana, uma vez que ocorreram acontecimentos e memórias que ficaram guardadas para sempre. Nesta carta é abordado o facto da poluição ambiental ser uma inevitável consequência advinda da urbanização não planeada e do uso massivo e desenfreado dos recursos, ou seja, que a contínua exploração abusiva do espaço urbano e dos recursos que este nos tem a oferecer, juntamente com as atividades levadas a cabo pela mão humana, terem impactos bastantes negativos no que concerne ao usufruto do espaço urbano no dia-a-dia das populações. É igualmente reconhecido que a falta de preocupação e cuidados para com o meio ambiente se torne num desejo inconciliável com o que se pretende atingir, neste caso, a saúde e o bem-estar da população (Silva, 2011).

A criação, em 1991, do Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano também se constituiu como um ponto-chave na medida em que o principal objetivo que fora debatido na altura era o de evoluir com a política do ambiente nos países da Comunidade Europeia (Silva, 2011). Foi lançado um projeto por este mesmo Grupo onde o objetivo seria o de retratar os princípios concernentes ao desenvolvimento sustentável e, de acordo com Comissão Europeia

(1996, citado por Silva, 2011), dos mecanismos necessários para a sua realização (...) em todos os níveis da hierarquia urbana.

Em 1994, na Dinamarca, é criada a Carta de Aalborg que representou um importante passo quanto à implementação de políticas que visassem a sustentabilidade a aplicar nas áreas urbanas e em todas as políticas de cidade onde os países que assinaram a mesma se comprometeram a cumprir os objetivos do desenvolvimento sustentável (Silva, 2011). A presente Carta apelava ainda ao papel que as cidades europeias desempenhavam, no qual todas as cidades assumiam um destaque fulcral no que dizia respeito ao processo evolutivo dos hábitos de vida, da produção, do consumo e dos padrões espaciais (Sustainable Cities Platform, 2023).

Os princípios de sustentabilidade ambiental assentavam na garantia de que a preservação da biodiversidade, da saúde humana assim como da qualidade do ar, da água e do solo fossem respeitados na íntegra para que a humanidade e a vida animal e vegetal vissem garantidas todas as condições de vida. As estratégias locais para a sustentabilidade determinavam que os princípios têm que estar plenamente integrados e que se deviam fazer das especificidades das cidades a base para estratégias locais adequadas. A negociação aberta deverá ser vista como um meio em que cada cidade, no âmbito da resolução dos diversos tipos de problemas com que se deparam, terá uma maior liberdade na escolha da finalidade das suas atividades. O princípio da equidade social para a sustentabilidade urbana diz-nos que a criação de postos de trabalho favorecem a sustentabilidade das comunidades na medida em que contribui claramente para uma gestão mais sustentada dos empregos e, ao mesmo tempo, para a diminuição do desemprego. Também é mencionado que todas as populações, seja a que classe pertencerem, precisam de ver as suas necessidades sociais básicas integradas. O princípio dos padrões de mobilidade urbana sustentável afirma que serão dadas prioridades, sobretudo, aos meios de transporte ecológicos e que serão feitos esforços de forma a se proceder a uma associação dos diferentes meios de transporte (Sustainable Cities Platform, 2023).

Os cidadãos, por um lado, serão vistos como os principais atores envolventes na sustentabilidade e no envolvimento da comunidade, uma vez que tudo farão para que todos tenham acesso a diferentes tipos de informação, assim como poderão participar nos processos de decisão local. É igualmente feita uma menção à educação para a sustentabilidade, não só para a população local tal como para todos os representantes eleitos e funcionários da administração local (Sustainable Cities Platform, 2023).

A Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis, adotada a partir de uma reunião entre os Ministros do Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial em 24 e 25 de

maio de 2007 nesta cidade, viria a constituir-se como um importante documento normativo e orientador onde estes mesmos Ministros chegaram a um acordo quanto ao desenvolvimento urbano e coesão territorial (Eltges, 2010).

De acordo com o autor (2010:68), a introdução desta Carta trouxe uma série de recomendações a adotar, entre as quais se destacam:

- ➔ Proceder a uma descrição dos pontos fortes e fracos das cidades e dos seus bairros consoante uma análise da situação decorrente
- ➔ Definir objetivos de desenvolvimento para as áreas urbanas e uma visão para a cidade
- ➔ Assegurar que os investimentos planeados permitirão a promoção de um desenvolvimento balanceado da área urbana
- ➔ Coordenar e focar espacialmente a finalidade dos fundos que advêm do setor público e privado
- ➔ Existir uma coordenação a nível local e regional que envolva os cidadãos e outras entidades para que possam contribuir para dinamizar a futura qualidade económica, social, cultural e ambiental de cada área

A Nova Carta de Leipzig, em vigor desde 30 de novembro de 2020, refere a existência de dimensões das cidades europeias. A cidade verde aborda questões relacionadas com o aquecimento global, a qualidade do ar, água, solo e gestão do território. Também são referidos os transportes públicos que, por sua vez, devem estar acessíveis e com preços seguros e atrativos para todos (Fórum das Cidades, 2023).

A cidade produtiva pretende assegurar uma base financeira que dê para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável, assim como uma modificação de espaços urbanos centrais em espaços multifuncionais atrativos. Para tal, terá que existir uma abordagem que se baseie em interesses que sejam fundamentais para o desenvolvimento urbano onde as cidades necessitam de criar estratégias integradas e sustentáveis que atestem a sua inserção nelas como parte integrante (Fórum das Cidades, 2023).

Tendo em conta o impacto no ordenamento do território, há que reduzir a sua ocupação e dar prioridade à renovação e regeneração complexa das áreas urbanas assim como promover a cooperação e coordenação prevenindo uma expansão urbanística (Fórum das Cidades, 2023).

1.4. Cidade, património e turismo

Em primeira instância, as cidades e os seus respetivos centros históricos contêm uma enorme relevância pois atuam como autênticos repositórios de património e promotores do turismo.

O turismo é visto, na sua essência, como um fenómeno predominantemente urbano que exerce a sua influência nas cidades e gera enormes movimentos de bens/serviços e pessoas tendo em conta que a urbanização gera turismo, mas o turismo induz também a urbanização (Henriques, 2003b).

De acordo com Henriques (2003b), o turismo regista a sua maior importância como catalisador da transformação urbana já tardiamente no século XX, uma vez que podemos ter em conta a atratividade que a cidade exerce sobre os turistas. Desta forma, assiste-se a uma polarização do turismo nas áreas urbanas através da existência de produtos turísticos que sejam vistos como alternativas ao turismo cultural e urbano e onde a sua oferta não é grande.

Existindo uma ampla disponibilidade de recursos os mesmos irão conferir originalidade aos destinos urbanos. O turismo urbano, por exemplo, pode ser visto de muitas formas e quanto mais a cidade tiver a oferecer a nível dimensional e funcional maior será a sua esfera de influência e relevância como destino do tipo de turismo mencionado (Henriques, 2003b).

Com o turismo a ter cada vez mais influência na salvaguarda do património, terá que existir uma ativação patrimonial onde as cidades, juntamente com os seus centros históricos, irão ter enorme influência uma vez que permitirão criar novas funcionalidades, sobretudo, para os diferentes bens culturais que incluem, nomeadamente, edificações erguidas no passado (Castro, 2017).

Havendo um claro interesse e investimento por parte dos centros urbanos na questão patrimonial para fins turísticos, será perfeitamente previsível existir uma revalorização e um melhor aproveitamento onde hajam receitas para os empresários e para o setor público (Castro, 2017).

Com as cidades, particularmente os centros históricos, a atuarem como repositórios de património as mesmas passam por uma transformação e mudança de identidade que visam valorizar a cultura dos povos, assim como pretenderão, desta forma, prestar melhores serviços a uma determinada sociedade e aos seus respetivos habitantes (Castro, 2017).

Para que o espaço urbano se possa assumir como um repositório de património, terá que haver vontade em demonstrá-lo e, por outro lado, esforços a efetuar que garantam a natural

conservação das edificações antigas e que visem os organismos responsáveis pela gestão do património para que estes tomem mais medidas e se cheguem mais à frente (Castro, 2017).

A cidade acaba por ser um repositório de património já que as sucessivas intervenções e consequentes recuperações do mesmo passaram a ser vistas como uma prática sistemática e consolidada levadas a cabo pelos Executivos onde também se valorizavam os monumentos de cariz histórico e, caso fosse preciso, também seriam modificados através da procura de uma unidade estilística ideal (Paulino, 2014).

Estes mesmos repositórios de património acabam por fornecer o que Sousa (2018:64) define como “oportunidades de ajustamento” que melhoram as condições e qualidade de vida dentro do próprio espaço urbano. É neste sentido que podemos associar um determinado património à parte da conservação e ao papel que as cidades e os centros históricos exercem nele, uma vez que o que se pretende é, desde logo, estender o tempo de vida de uma edificação histórica onde se vejam reunidas todas as condições necessárias e exigidas para que haja um bom funcionamento da edificação, no seu todo (Sousa, 2018).

Desta forma e tendo em conta as afirmações anteriormente proferidas, a conservação urbana acaba por ser vista como um aliado para o espaço urbano como repositório uma vez que terá que existir um notável respeito pelo património construído que inclua alterações, funcionalidades e modificações respeitadoras do ambiente patrimonial que irão ao encontro de diferentes sociedades (Sousa, 2018).

Tem-se assistido, positivamente, a um crescente empenho demonstrado pelas causas do património o que torna a questão patrimonial num assunto a ter cada vez mais na ordem do dia (Castro, 2017). Porém, terão que existir mais incentivos e financiamentos para que o mesmo não perca as suas características iniciais e atue, ao mesmo tempo, como um polo dinamizador e atrativo não só para a população local, assim como para potenciais turistas, em busca da prática do turismo cultural, que pretendam visitar locais outrora altamente valorizados e cheios de essências e memórias.

Tendo em conta a patrimonialização e turistificação da cidade como partes “integrantes do processo de produção e reprodução do espaço” (Serra, 2019:148), estes dois processos acabam por estar interligados uma vez que o turismo em massa praticado nos grandes espaços urbanos irá permitir uma clara afinidade com a temática do património onde, de acordo com Cruz (2017, citado por Serra, 2019) existirá um objeto de consumo e alocado numa aparente encruzilhada.

Tanto a questão patrimonial como turística acabam por ser, desde logo, processos socioculturais completamente distintos, já que envolvem diversas

entidades/organizações/grupos, diversos agentes sociais com finalidades distintas e, por fim, necessitam de um ponto de início para mais tarde estabelecerem redes de conexão e comunicação entre si. Para que o seu reconhecimento seja devidamente alcançado, os dois processos indicados necessitam, claramente, de uma compreensão dos seus conceitos e apresentam, como seria de esperar, diferentes funcionalidades (Serra, 2019).

A patrimonialização apresenta-se através de formas físicas e conteúdos sociais simultaneamente onde as ações que são levadas a cabo são tidas como estratégias delineadas que se irão traduzir numa produção e uso de símbolos que ressignificam o espaço. Será depois por meio da turistificação que, mais tarde, o turismo irá assumir diversos tipos de status.

Importa realçar que estes dois processos poderão estar amplamente conectados à preservação dos centros históricos, no qual existirá uma notável expansão periférica com a existência de territórios quase que exclusivos dos turistas (Filho & Britto, 2020).

A turistificação, por sua vez, associa-se a um processo de transformação pelo qual um determinado espaço urbano passa onde, naturalmente, se desenvolvem práticas turísticas. Desta forma e já que o turismo está a estabelecer as suas ações sobre o território, o mesmo acaba por se transformar num território com capacidade para a prática turística, onde irão existir fortes alterações dentro da própria área urbana quer a nível de uso territorial, assim como entre os diferentes protagonistas ligados às práticas turísticas que lhes estão inerentes. A turistificação desempenhará um papel fundamental não só para a patrimonialização, como poderá também contribuir decisivamente para um desenvolvimento económico e social da sociedade anfitriã (Viegas, 2013).

Pode-se afirmar que dois dos grandes responsáveis, tanto para a patrimonialização como para a turistificação da cidade, acabam por ser o mercado e Estado onde também podemos incluir as iniciativas levadas a cabo por uma determinada comunidade que pretende a preservação de bens culturais (Serra, 2019).

Uma forma em que se pode proceder a uma clara ligação entre a patrimonialização e turistificação está ligada ao facto de existirem intervenções diretas no património cultural, o que motivará, mais tarde, o aparecimento de turistas e um maior incremento da atividade turística (Castro, 2012).

Além do facto das intervenções poderem influenciar a capacidade que um determinado espaço urbano terá mais tarde para a questão da turistificação, de ser um polo atrativo e cativante para turistas, as mesmas pretendem valorizar não só a própria área, assim como querem dar um novo e renovado significado às cidades que pretendam que intervenções

meramente paisagísticas passem a ser vistas como uma parte do património cultural oficializado (Castro, 2012).

Uma importante mensagem que se poderá passar é de que o próprio património, enquanto instrumento e meio de comunicação, poderá servir também para transmitir mensagens de identidade em lugares de memória, lugares que tenham algum tipo de representação e que representem algo para uma comunidade, para os turistas que estão a contemplar um determinado edifício/monumento. No entanto, a turistificação, aliada à patrimonialização, irá exercer um papel importante, pois os turistas irão tentar pôr em prática um determinado local à sua imagem, criar novos significados e memórias para o mesmo que mudarão de geração para geração. A memória irá exercer um papel bastante importante, pois é tida como um fluxo contínuo de sentimento de busca pelas lembranças que os indivíduos tiveram, isto é, pelas experiências que viveram, pelo significado que determinados momentos lhes conseguiram transmitir (Silva, 2013).

Existindo uma clara aposta na patrimonialização e turistificação da cidade, estamos perante uma valorização de um espaço público acessível a toda uma comunidade uma vez que iremos passar a ter iniciativas e ações que irão, claramente, favorecer, valorizar e apoiar a promoção do património cultural (Castro, 2012).

Desta forma, podemos afirmar que estas ações irão ser estratégicas e beneficiarão os princípios pelos quais a patrimonialização e a turistificação se regem.

No que concerne à preservação do património e conseqüente valorização através do turismo, é necessário proceder-se a uma abordagem interdisciplinar com o envolvimento de várias partes de todas as entidades possíveis, sejam elas públicas e/ou privadas onde se consiga realmente proceder a uma conservação, proteção e valorização do mesmo. Para isso mesmo acontecer, tanto as ações de conservação como de proteção precisam de estratégias que visem o desenvolvimento social, ambiental e económico, assim como de contribuições financeiras que facilitem as intervenções levadas a cabo pelos diversos órgãos públicos e privados (Matos, 2016).

Podemos, desde logo, encontrar várias partes interessadas no que diz respeito à preservação e valorização do património, das quais: a própria comunidade que demonstra interesse na preservação seja de costumes, crenças, tradições, práticas ou até mesmo de direitos, os governos que fomentam o crescimento económico através da exploração do património, as Organizações Não Governamentais (ONGs) que pretendem preservar e conservar ao máximo locais a fim de verem satisfeitos os seus próprios fins ou objetivos e, fundamentalmente, os

turistas que procuram usufruir de novas experiências que possam, ou não, ir ao encontro das necessidades e desejos da comunidade (Matos, 2016).

Quando abordamos a preservação e conservação do património, falamos de comunidades que se demonstram cada vez mais empenhadas em fazê-lo, o que significa que tal tarefa não é da responsabilidade exclusiva do governo (Matos, 2016).

Tendo em conta que o turismo exerce cada vez mais influência nesta temática, irão existir vantagens não só a nível comunitário, assim como a nível socioeconómico como a nível cultural, porque o turista desempenhará uma enorme relevância nos diversos destinos para os quais pretenderá viajar no futuro (Matos, 2016).

A preservação e valorização do património será também ela influenciada neste sentido, uma vez que as impressões causadas, sejam elas negativas ou positivas, dependem das atitudes e comportamento exercidos pelos visitantes onde terá que se evidenciar, claramente, uma conduta responsável (Matos, 2016).

Para que o turismo exerça a sua influência não só na preservação e valorização do património, assim como no desenvolvimento turístico, todos os espaços urbanos necessitam de usufruir dos recursos que tenham para que possam vir a compor a oferta turística. Terá que existir, antecipadamente, uma fase em que todo o planeamento já esteja devidamente traçado e que faça com que o próprio turismo e o património não se interponham, de forma a evitar-se, por completo, potenciais impactos negativos onde um dos princípios deve ser o da aposta na gestão e na sustentabilidade (Valentim, 2012).

As potencialidades e recursos oferecidos pelo património devem ser, desde logo, cuidadosamente utilizados através de uma forma coerente e bem planeada pois, infelizmente, poderão vir a perder-se a autenticidade, a identidade e as características iniciais do mesmo. Para que exista uma clara preservação e valorização do mesmo, devem ser tidas e levadas em conta formas sustentáveis de promover a sua conservação e benefícios sócio económicos para as populações locais, métodos e estratégias onde todas as partes envolvidas possam vir a lucrar futuramente (Valentim, 2012).

Se se conseguir, de facto, tirar proveito de todas as potencialidades que o património tem a oferecer, enquanto ferramenta para a prática do turismo, poderemos estar perante uma mais-valia para as localidades desde que se garanta a execução de um planeamento turístico de forma sustentável (Valentim, 2012).

O interesse que o turismo tem demonstrado perante o património é cada vez mais importante e poderá vir a ter um significado ainda mais relevante, uma vez que o mesmo acaba

por contribuir para a proteção e recuperação do mesmo além de atuar como um propulsor no que diz respeito à divulgação de sua importância (Silva, 2014).

Porém, de acordo com Scifoni (2006, citado por Silva, 2014), pretende-se evitar ao máximo que o próprio património se torne um mero objeto de consumo, na qual o mesmo deve ser visto com outros olhos, como um todo, pois as finalidades que tem a oferecer e que produzem são bastantes.

É neste sentido que o turismo cultural entra em cena, na medida em que este atua como um instrumento, um meio disseminador para a interpretação do património, uma forma em que a história, tradições, costumes e até o cotidiano da comunidade local serão mais tarde recordados e lembrados pelas gerações atuais e futuras (Silva, 2014).

Assim sendo, o próprio turismo desempenha cada vez mais relações com o património já que possui as ferramentas e meios necessários para transformar pequenas cidades e seus prédios sem importância mundial em autênticas referências. É desta forma que a atividade turística se poderá tornar num grande incentivador da cultura e, desde logo, proceder a uma crescente preservação, conservação e valorização dos diversos patrimónios históricos pois existem cada vez mais destinos que optam por estruturar os seus diversos contextos a fim de haver uma valorização ainda maior (Chihungo, 2018).

Sem políticas que protejam a preservação/conservação do património e sem a presença do turismo, poderemos estar perante uma danificação irreversível do mesmo, onde se perderá a possibilidade de usufruí-lo ao máximo por todos os tipos de visitantes possíveis.

O património terá que ser um tópico a ter em mente já que foi construído através do esforço proporcionado pela mão humana e se o mesmo desaparecer, é um elemento de humanidade que se esgota (Melo & Cardozo, 2015).

Para que o património exista, através da sua preservação, valorização e até pelo turismo, cabe aos Estados e às sociedades contemporâneas desempenharem um papel fundamental na inversão de políticas que pretendam degradar cada vez mais o que foi construído com tanto esforço e sacrifício. Desta forma, torna-se imperativo existirem as parcerias estabelecidas entre o setor público ou privado de forma a protegerem ao máximo o edificado e a corresponderem às expectativas das populações locais (Melo & Cardozo, 2015).

Podemos enquadrar, neste sentido, a Carta Europeia do Património Arquitetónico assim como a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.

A primeira, proclamada em Amesterdão em outubro de 1975, diz-nos que este mesmo ano foi considerado como o Ano Europeu do Património Arquitetónico onde foram feitos inúmeros esforços por todos os países do Bloco Europeu para tornarem as sociedades cada vez

mais conscientes acerca do inúmero valor cultural, social, económico e histórico imprescindível dos edificados presentes nas cidades europeias.

O que se pretendia era, essencialmente, que as populações adotassem visões que fossem ao encontro da raiz do problema e que fossem capazes de o resolver, adotando, por isso, uma comunicação baseada na confiança, mas também aliada ao uso de uma linguagem que fosse idêntica para todos.

De acordo com ICOMOS (2005:2-4) foram, para tal, estabelecidos princípios na presente Carta que foram preparados pelo Comité e que serão enumerados de seguida:

- ➔ 1º - O património europeu é constituído não só pelos monumentos de maior importância, assim como pelas construções de cariz mais simples de cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou então as que tiveram influência através da mão humana. O património deve ser, por isso, considerado como uma parte do passado histórico e auxilia-nos a que possamos compreender a importância do passado na nossa vida atual.
- ➔ 2º - O património teve intervenção do passado, o que contribui ainda mais para um ambiente equilibrado e completo, indispensável à vida dos cidadãos na qual terá que existir uma transmissão de conhecimentos para as gerações vindouras, para que seja assegurada uma parte essencial da memória da humanidade.
- ➔ 3º - O património é tido como um pilar de insubstituível valor espiritual, cultural, social e económico e se houver qualquer tentativa de destruição deste a sociedade ficará, desde logo, mais empobrecida histórica e culturalmente. Devem ser feitos esforços pela sociedade para que os recursos advindos do património não se esgotem e que possam vir a ser utilizados vantajosamente para a comunidade.
- ➔ 4º - A própria estrutura arquitetónica dos monumentos acaba por beneficiar o equilíbrio harmonioso das sociedades para além de contribuir para uma maior distribuição e variação das atividades exercidas e uma convivência social mais satisfatória.
- ➔ 5º - O próprio património pode ser claramente utilizado como um meio fundamental para o setor educativo, na medida em que se torna importante manter conservados os testemunhos de todas as épocas e das suas respetivas realizações para que as gerações futuras tenham um maior sentido de comprometimento pela sua conservação.

- 6º - O próprio património encontra-se ameaçado, sobretudo, pela ignorância, pelo envelhecimento, pela degradação de todo o tipo e pelo abandono, na qual terão que ser feitos, inevitavelmente, outros tipos de abordagens e aplicar outras técnicas e conhecimentos baseados, por exemplo, em novas tecnologias e meios de restauro que se revelem adequados.
- 7º - Uma conservação integrada e consciente evita por completo que estes desfechos aconteçam, na medida em que deverá existir um espírito de justiça social assim como a própria conservação deve ser tida muito em conta para a temática do planeamento urbano e regional.
- 8º - A questão da conservação necessita de quatro meios indispensáveis, entre os quais os de cariz legal, administrativo, financeiro e técnico.
Os meios legais exigem a utilização de todos os instrumentos legais existentes que possam contribuir para a preservação, conservação e valorização do património para que este possa vir a ser salvaguardado e disfrutado por toda a sociedade.
Os meios administrativos requerem, somente, a criação de serviços administrativos que sejam providos de equipamentos, ferramentas e meios necessários para tal.
Os meios financeiros beneficiam bastante o património, pois é daqui que saem as ajudas e incentivos financeiros que foram fornecidos pelas organizações públicas e que visam, essencialmente, o restauro dos centros históricos.
Os meios técnicos requerem cada vez mais pessoas especializadas tanto na área patrimonial, assim como arquitetónica, e por isso devem valorizar cada vez mais as formações e aumentar as perspectivas de emprego para os técnicos e operários especializados.
- 9º - A conservação só terá sucesso se todas as partes envolvidas colaborarem e cooperarem devida e eficazmente, já que cada indivíduo acaba por ser responsável por transmitir o valor que o património assume para as gerações vindouras.
- 10º - O facto de que o património europeu deve ser considerado um bem comum do nosso continente onde a conservação é vista como um problema recorrente e que deve ser tratado de forma coordenada com o estabelecimento de políticas coesas e unidas, ligadas a um espírito de solidariedade.

A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, é uma carta resultante de estudos que tiveram a duração de doze anos e que viria a ser implementada a partir do dia 15 de outubro de 1987 em Washington D.C. onde a nível internacional estamos perante variados

métodos de planeamento e proteção das cidades históricas na qual existem diversas formas de podermos sentir os impactos do desenvolvimento urbano nos modelos das sociedades pós-industriais (ICOMOS, 1987).

É uma carta dotada de quatro princípios e objetivos que contêm inúmeros métodos e instrumentos dos quais serão mencionados apenas alguns dos mais relevantes.

De acordo com ICOMOS (1987:1-2) os quatro princípios enumerados na presente Carta são os seguintes:

- ➔ 1º - O facto da salvaguarda dos patrimónios urbanos de cariz históricos ser eficiente e poder integrar-se numa política coerente de desenvolvimento económico e social onde questões relacionadas com a organização, gestão e ordenamento do território e o urbanismo sejam sempre respeitadas.
- ➔ 2º - A enorme importância dos valores que os patrimónios detêm onde podemos incluir o carácter histórico da cidade e o conjunto dos elementos materiais e espirituais que definem a imagem territorial de um determinado espaço urbano.
- ➔ 3º - Fatores como a participação e o envolvimento dos habitantes das cidades serem imprescindíveis para, desta forma, se assegurar a segurança de todo e qualquer tipo de património. Deve-se, estimular todos os indivíduos a terem uma palavra a dizer, uma vez que daí poderão resultar consciencializações para todas as futuras gerações.
- ➔ 4º - O facto das operações resultantes num conjunto de patrimónios urbanos históricos serem sempre realizadas com bastante prudência, método e rigor, evitando os dogmatismos e fazendo sempre jus aos problemas específicos que cada um apresenta.

De acordo com ICOMOS (1987:2) os métodos e instrumentos são os seguintes:

- ➔ O facto da conservação de qualquer tipo de património histórico exigir uma manutenção permanente do edificado.
- ➔ As funcionalidades e o conjunto de infraestruturas que detenham serem devidamente ajustadas às especificidades das cidades históricas.
- ➔ A promoção e conseqüente divulgação do passado das cidades históricas ser um tópico a ter em relevância para além de poderem vir a favorecer eventuais investigações de arqueologia urbana sem prejudicar o meio urbano e o seu tecido.

- ➔ O tráfego automóvel ser devidamente regulado e exclusivo para determinados utentes e/ou horas, na qual o estacionamento deve estar perfeitamente circunscrito e estruturado para que não haja uma degradação dos centros históricos e dos seus respetivos patrimónios, assim como do seu ambiente envolvente.
- ➔ Todas as cidades com centros históricos adotarem medidas que visem prevenir, por completo, potenciais catástrofes de ordem natural e/ou ambiental e contra outro tipo de perturbações onde podemos incluir, como exemplos, a poluição e vibrações para que possamos assistir a uma efetiva garantia da segurança e o bem-estar de todos os seus residentes.
- ➔ A aposta na denominada educação patrimonial que garanta o compromisso, a comunicação e o empenhamento de todos desde a idade escolar onde devem ser apostas as iniciativas levadas a cabo pelas associações de defesa do património e medidas com fins monetários que permitam a conservação e o restauro dos edifícios.
- ➔ A existência de casos em que os edifícios/patrimónios que necessitem de um novo tipo de transformação respeitem toda a organização espacial existente, assim como as construções já presentes e que detêm um certo valor, estima e qualidade.
Se, por um lado, houver um conjunto de novas ideias que passem pela introdução de novos elementos arquitetónicos contemporâneos e caso não acabem por afetar toda a harmonia adquirida pelo edificado, as mesmas serão vistas como uma mais-valia para a valorização de um conjunto urbano histórico.

Capítulo II – Reabilitação e Requalificação Urbana

2.1. Enquadramento conceptual

O conceito de reabilitação urbana é usado para fins dedicados à recuperação de qualquer edifício onde temos uma capacidade de poder dar novos usos aos edificados ao contribuirmos para uma constante expansão do espaço e património urbano, que antes se encontravam completamente descuidados e em ruínas, que detenham novas condições de atratividade (Pinto, 2013).

A reabilitação urbana, por outro lado, também pode ser tida como um sinal de respeito que se tem perante o carácter arquitetónico dos edifícios, isto é, manterem-se intactos todos os traços característicos e essenciais do mesmo. Porém, poderá haver lugar a uma substituição pontual dos edifícios, mas que não desrespeitem o passado histórico e enriquecedor pelo qual tais edificados e os seus patrimónios adjacentes passaram (Santos, 2017).

Podemos considerar o próprio conceito como um conceito de ação sobre a cidade onde existe uma visível preocupação e atividade exercida aquando da recuperação de edificados. É também dentro da própria esfera do espaço urbano que iremos poder assistir, através do papel exercido pela reabilitação, a uma revitalização, a um despertar da mesma e que, graças às intervenções nele exercidas, irão posteriormente dar outro significado à atividade da cidade (Tavares, 2008).

Quando se aborda a temática da reabilitação, falamos de um processo de diagnóstico que pretende, essencialmente, readequar o tecido urbano, dotá-lo de novas funcionalidades que antes permaneciam desatualizadas e apostar na adaptação onde serão usados diferentes tipos de metodologias que pretendam demonstrar a percepção da utilidade do edificado. Por outro lado, a reabilitação necessita cada vez mais de ter uma aposta firme e concentrada, sobretudo, em questões relacionadas com a aparência e estética pois são estes dois fatores que irão determinar, mais tarde, o êxito de uma operação de tal dimensão considerável (Tavares, 2008).

Para que a reabilitação venha realmente a ser bem-sucedida, necessita-se, de apostar numa contínua análise e intervenção que mais tarde determine mecanismos e ações a serem adotadas para que se apresente um espaço público dotado de um património urbano bem conservado e que consiga readaptar-se a novas funcionalidades (Pinto, 2013).

Desta forma, o que se pretende atingir com a divulgação do conceito em si é o facto de se querer proceder à sobrevivência de edifícios que, derivado ao facto de permanecerem constantemente degradados, com falta de operacionais que façam uma manutenção adequada e

até por falta de uso, ganhem outro ânimo e que usufruem das técnicas de reabilitação que irão ser exercidas nestes (Lopes, 2011).

A aposta tem vindo a ser concentrada nos centros urbanos das grandes cidades que vêm a usufruir cada vez mais de participações, tanto das entidades públicas como particulares, onde vemos uma enorme capacidade de diálogo, espírito de cooperação e colaboração, assim como de retribuições financeiras que tornem realmente viáveis a reabilitação dos edifícios.

A reabilitação revela-se como uma influência ainda maior, já que será uma das principais responsáveis para podermos vir a assistir a uma atenuação de problemas económicos e ambientais. Quanto à vertente económica, é possível assistir-se a uma menor mão-de-obra causada pelo aumento do desemprego assim como pelo desinteresse cada vez mais perceptível no setor da construção civil. Já a vertente ambiental refere que o constante aumento de que as áreas urbanas são alvo trouxeram dificuldades, onde se pode destacar o uso cada vez mais frequente de transporte privado na deslocação das pessoas para o trabalho contribuindo este facto para que se assista a um maior tráfego e conseqüente congestionamento automóvel nas estradas e cidades do nosso país (Lopes, 2011).

A reabilitação urbana, no fundo, acaba por envolver duas vertentes elementares, entre as quais, a vertente dos compromissos humanos e a vertente territorial que se comprometem a providenciar às populações com melhores condições de habitabilidade, assim como de robustas condições e qualidade de vida (Marques, 2018).

A vertente dos compromissos humanos pretende ver satisfeitos, de acordo com Ribeiro (2015, citado por Marques, 2018), o desenvolvimento local, o respeito pela diversidade cultural e a coesão social.

A vertente territorial já engloba, por outro lado, diversos aspetos onde é possível destacar o acesso justo e equilibrado à habitação, o que demonstra uma clara evidência de que poderá existir, com todas as condições reunidas, uma melhoria do ambiente e a qualidade dos espaços públicos (Marques, 2018). Também deverá existir uma aposta na manutenção e salvaguarda integrada do património urbano histórico que garanta, de acordo com Ribeiro (2015, citado por Marques, 2018), medidas de valorização e de proteção de todo o património.

O desenvolvimento sustentável é igualmente abordado, na medida em que para além de se preocupar com o meio ambiente/envolvente demonstra também uma apreensão pelas gerações que irão vir futuramente, que tipo de conhecimentos é que as gerações atuais lhes transmitiram/transmitirão e de que maneira é que estes serão usados para termos um futuro tranquilo.

Para além de desempenharem um papel crucial na revelação de grandes centros urbanos e dos seus centros históricos, a reabilitação também tem assumido um papel protetor, sobretudo, nos denominados bairros sociais onde o objetivo passa por, uma vez mais, verem-se reduzidas as deteriorações e uma maior revitalização dos espaços públicos que mantenham/acrescentem elementos mais atrativos e que não percam a sua acessibilidade, autenticidade, história e identidade construídas (Marques, 2018).

Quanto à requalificação urbana, a mesma acaba por assumir um carácter mobilizador, acelerador e estratégico. O primeiro pretende-nos demonstrar que os próprios centros urbanos são capazes de procederem a uma estruturação e articulação de novos panoramas que venham a ser resultado da vontade de todos. O segundo diz-nos que existe um enorme sentimento em haver mudanças e promoção de objetivos que sejam consensuais e que estejam integrados através da implementação de políticas que visem, essencialmente, as preocupações de integração social. O terceiro e último, o estratégico, encontra-se ligado à maneira como encaramos o espaço urbano em si e a partir de que maneiras/formas é que podemos estabelecer outros tipos – atualizados – de padrões de organização e utilização do território, que finalidades rentáveis é que podemos retirar do mesmo para que sejam asseguradas a sua manutenção e gestão apropriadas (Tavares, 2008).

Ao abordarmos a requalificação urbana estamos não só a valorizar o território em si, assim como estamos a falar, inegavelmente, da intervenção no património onde se pretende atribuir outras funcionalidades aos edifícios que foram perdendo as suas características iniciais com o decorrer dos anos e, ao mesmo tempo, potencializar soluções correspondentes a outras preocupações da cidade. Assim, as operações/intervenções realizadas neste âmbito pretendem, principalmente, melhorar o cenário com a adoção de uma renovada imagem territorial dentro do próprio espaço urbano que seja capaz de reanimar os espaços e que, simultaneamente, incentive todas as partes envolvidas – entidades públicas e privadas – a procederem à criação de um novo guia para a cidade (Tavares, 2008).

É nesta perspetiva que o próprio conceito de requalificação urbana é visto como um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações onde se privilegia a atenção que é dada aos equipamentos e infraestruturas integrantes dentro da própria área urbana, promovendo, desta forma, a sua construção e recuperação, assim como uma crescente consideração do carácter que o espaço público assume através da implementação de medidas de dinamização social e económica (Moura, 2006).

Quando falamos acerca da melhoria das condições de vida das populações, no âmbito da requalificação urbana, estamos a abordar o facto de existirem medidas nesse sentido e que incidam sobre os próprios residentes ou usuários das áreas em intervenção. Também é valorizada a questão da acessibilidade onde se procuram obter respostas/soluções para as questões inerentes à vida quotidiana, uma vez que o contínuo crescimento e expansão a que os centros urbanos foram sujeitos acabou por criar visíveis problemas de mobilidade e de acesso aos equipamentos sociais mais básicos à população economicamente mais frágil e que dependem fortemente de outros tipos de meios de transporte (Carreira, 2017).

O conceito de requalificação urbana diz-nos que é igualmente necessário termos em consideração elementos intangíveis na requalificação dos lugares, ou seja, sensações e sentimentos que só os próprios edificados são capazes de criar, entre os quais as relações sociais e memórias, uma vez que o próprio património inserido neste também contém os indivíduos que o frequentaram e as histórias que foram vivenciadas (Carreira, 2017).

A requalificação urbana está a ser cada vez mais considerada como um eixo prioritário nas intervenções urbanas onde poderá existir a capacidade de se proceder à mudança do próprio tecido físico e social de uma cidade através da adoção de novas formas de imaginarmos e desenharmos o espaço urbano com novas funcionalidades, com novas estéticas (Rocha, 2019).

As atenções também estão viradas para os próprios centros históricos que se encontram num crescente risco de decadência, de abandono e de degradação e, por isso mesmo, a requalificação permitirá a observação de uma revitalização completa destas áreas adotadas de (novas) funcionalidades que outrora foram perdidas. Porém, não se pode ter só em conta o próprio centro histórico, uma vez que a requalificação pretenderá valorizar outras áreas envolventes a esta, assim como aquelas que se tornam alvos suscetíveis à ação provocada pelo Homem (Rocha, 2019).

Tendo em conta a importância que a reabilitação e requalificação urbana assumem não só como conceitos assim como para o rápido e contínuo crescimento da urbanização dos centros urbanos, através das finalidades que apresentam pelas intervenções levadas a cabo, atualmente temos muitas formas de poder satisfazer todas as necessidades de uma população pelo facto de termos respostas para os desafios que é o viver na cidade. Desta forma, é importante termos traçados e formulados processos de intervenção no espaço urbano que permitam que tanto o processo da reabilitação como da requalificação sejam, de facto, possíveis de alcançar (Carreira, 2017).

Terá que haver, necessariamente, um conhecimento aprofundado do próprio espaço urbano que deu origem aos contextos para se agir em conformidade, mas ao mesmo tempo terão

que existir políticas que se delimitem a proteger, por outro lado, o que é entendido como patrimonializável (Carreira, 2017). Neste caso, o património que tem vindo a ser construído e mantido deverá estar completamente assegurado, através dos vários objetivos e fins a que se propõem tanto a reabilitação como a requalificação urbana, para que todos os traços identitários não se percam nem se desvalorizem ao longo do tempo.

Um território que se encontre tanto reabilitado como requalificado poderá vir a adotar, uma nova centralidade que provocará mudanças a partir de uma dimensão económica como na dimensão cultural e social (Tavares, 2008).

2.2. Programas/Instrumentos de reabilitação e requalificação urbana com incidência nos centros históricos portugueses

Atualmente, tanto os programas como os instrumentos de reabilitação e requalificação urbana exercem uma enorme influência no que concerne à revitalização das cidades e dos seus centros históricos.

Pretendem-se atingir vários resultados que tenham impactos visíveis nas vertentes territoriais – ordenamento, conservação, proteção e preservação do território –, sociais, ambientais – a temática da sustentabilidade –, económicas e até patrimoniais – garantia da manutenção e preservação do património, assim como dos seus valores culturais inerentes e indispensáveis associados a uma imagem territorial contemporânea e intemporal.

Assim, serão enumerados de seguida os programas/instrumentos de maior relevância e de que forma é que os mesmos exercem a sua devida repercussão.

O RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados – foi criado em 1988 e teve como objetivo fundamental o combate aos efeitos perversos do congelamento das rendas, mas pretendeu igualmente proceder ao financiamento de intervenções que visassem a recuperação dos edifícios que se encontravam num estado de abandono e de decadência de acordo com os incentivos pelo Estado e pelos municípios.

Também se pode considerar o RECRIA como um programa inteiramente concentrado para a reabilitação de fogos arrendados ocupados/edifícios (rendas antigas). O programa surgiu também num âmbito em que se destinou à recuperação de imóveis de arrendamento, consistindo numa participação a fundo perdido (Madeira, 2009).

O PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas – foi criado em 1990 e assumiu uma importância considerável não só pela quantidade de projetos que apoiou, como também por se tratar de um sistema de apoio através do qual se disponibilizam verbas,

que se destinaram a reabilitar, em conjunto com as autarquias locais, os edifícios que se encontravam num claro estado de degradação e abandono, e onde as mesmas foram cedidas como subsídios a fundo perdido aos proprietários e inquilinos (Simplício, 2001). Desta forma, pretenderam-se fornecer a estes espaços equipamentos e infraestruturas de qualidade e, simultaneamente, melhorar a qualidade da área de habitação.

Importa também realçar a importância que o ambiente urbano assumiu nesta vertente, pois desejou-se observar uma maior promoção do mesmo e uma maior conservação e salvaguarda do património construído.

O presente Programa foi dividido em três partes, com três subprogramas, em 1990, 1997 e 2002 e teve um financiamento que podia, praticamente, chegar aos 100%. Quanto à estrutura do mesmo, existiram equipas multidisciplinares constituídas e formadas que funcionaram através de Gabinetes Técnicos Locais que ficaram encarregues de procederem à composição planos, estudos e projectos de intervenção e, por outro lado, temos a constituição de apoios diretos que se traduziram em esboços para se proceder à requalificação de espaço público e de imóveis e onde os custos das intervenções ficaram sempre a cargo da autarquia local (Tiago, 2010).

O PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM – é um Programa criado em 1994 cujo objetivo principal foi o de proceder ao desenvolvimento de centros urbanos que desempenhem um papel estratégico no que concerne à organização, gestão e ordenamento do território nacional, fornecendo importantes equipamentos e infra-estruturas de apoio para que se assistisse a uma prosperidade económica e social onde se pudessem dotar as cidades com novas funcionalidades e onde a qualidade de vida seja consideravelmente melhorada. Com a criação deste Programa deu-se um claro ênfase à valorização das cidades de média dimensão, no sentido de estruturar o território nacional uma vez que todos os territórios, independentemente da sua dimensão, foram merecedores de claras oportunidades de desenvolvimento (Ramos, 1996).

O PROSIURB assumiu um papel influenciador, pois apelou à articulação e à coerência e pretendeu, igualmente, destacar o envolvimento de diferentes agentes/atores no processo.

Todas as ações concretizadas, neste caso, foram realizadas cautelosamente e tendo sempre em conta a colaboração e contratualização entre diferentes instituições e agentes (Ramos, 1996).

Desta forma, o mesmo encontrou-se estruturado por dois subprogramas, dos quais o Subprograma 1 que correspondeu à “Valorização das Cidades Médias” (Simplício, 2000:7) e que conteve, obrigatoriamente, um PDM e, separadamente, “a existência de um Plano

Estratégico” (Ramos, 1996:34). Por outro lado o Subprograma 2, correspondente à Valorização dos Centros Urbanos da Rede Complementar, exigiu somente um PDM (Simplício, 2000).

O PROSIURB comprometeu-se a realizar os seguintes objetivos:

- ➔ A reorganização e modernização do sistema urbano (Ramos, 1996) no âmbito de se proceder a uma estratégia que esteja devidamente concentrada no “ordenamento do território” (Simplício, 2000:7). A modernização e reforço da competitividade internacional das áreas metropolitanas (Ramos, 1996).
- ➔ Dotar as cidades com uma melhor qualidade de vida ao mesmo tempo que se pretende reforçar a coesão económica e social (Simplício, 2000).
- ➔ Progredir com a integração espacial na comunidade (Ramos, 1996).
- ➔ Preservar e estimar os recursos advindos da Natureza e revitalizar o mundo rural (Ramos, 1996).
- ➔ Proteger, conservar e salvaguardar o património construído (Simplício, 2000).

O URBAN – Programa de Iniciativa Comunitária URBAN –, criado igualmente em 1994, foram iniciativas advindas das populações europeias e que visaram o incentivo ao desenvolvimento urbano em zonas metropolitanas. Foi um Programa com amplo destaque, uma vez que apoiou financeiramente 118 zonas urbanas num montante financeiro de quase mil milhões de euros até 1999 e obteve resultados positivos. Após se ter registado um desfecho satisfatório proveniente da primeira iniciativa, a Comissão Europeia decidiu repetir a mesma através da URBAN II que decorreu de 2000 a 2006 e que compreendeu um orçamento comunitário de 730 milhões de euros. Com a implementação da URBAN II, o objetivo fundamental foi apresentar a valia adicionada relativamente às intervenções. Para que as operações tivessem sucesso, foram delineadas estratégias que pretenderam proceder à elaboração e execução de estratégias para potenciar a regeneração económica e social de centros urbanos de nível inferior e médio. Desejou-se, igualmente, observar o fortalecimento de conhecimentos e experiências referentes à reabilitação, requalificação e regeneração urbana e, ao mesmo tempo, do desenvolvimento sustentável para as zonas em consideração (Tiago, 2010).

O RECRIPH – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal –, criado em 1996, foi um programa financeiro e surgiu num âmbito em que pretendeu apoiar intervenções em edifícios de feição horizontal, contudo apenas na componente dos espaços comuns. Teve como grande objetivo

auxiliar financeiramente intervenções que conservassem e beneficiassem a recuperação de imóveis antigos, constituídos em regime de propriedade horizontal (Madeira, 2009).

O REHABITA - Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas – foi um programa que viria a ser criado também em 1996 e destacou-se pelo facto de diminuir a tendência das opções de reabilitação resultantes dos programas anteriores. Também foi tido como um programa que apoiou as intervenções que os municípios levaram a cabo, no que concerne à reabilitação urbana, e que ficaram devidamente articuladas com o planeamento municipal (Madeira, 2009).

O objetivo a que o REHABITA se propôs foi o de funcionar como um pilar de apoio à execução de intervenções de conservação, de beneficiação ou reconstrução de edifícios habitacionais e de ações que visassem promover o conseqüente realojamento de alguns indivíduos. Também acabou por apoiar os municípios, através de concessões financeiras, na recuperação de zonas urbanas antigas (Madeira, 2009).

O SOLARH – Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação – foi criado em 1999 onde a sua intenção relacionou-se com a reabilitação urbana e consistiu numa série de atribuição de empréstimos sem juros a proprietários que não tivessem quaisquer posses monetárias. Em 2001, foram incluídos os senhorios sendo que foram os Gabinetes Técnicos Locais (GTL's) que tomaram conta das candidaturas efetuadas (Tiago, 2010).

De acordo com Tiago (2010), com os empréstimos garantidos, os mesmos destinaram-se à concretização de obras de conservação em:

- ➔ Habitações próprias destinadas a indivíduos ou agregados familiares.
- ➔ Habitações devolutas pertencentes aos municípios, instituições particulares de solidariedade social, empresas de habitação e construção, entre outros.
- ➔ Habitações devolutas com propriedade destinada às pessoas singulares.

O Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – surgiu a 15 de maio de 2000. Este Programa pretendeu, de uma forma geral, fornecer respostas às diversas diretivas estratégicas nacionais e comunitárias no que à requalificação do território diz respeito e surgiu no âmbito em que se desejavam ver observadas melhorias consideráveis quanto à qualidade de vida nas cidades de média dimensão, na qual seria importante existirem intervenções a nível da reabilitação e requalificação do espaço urbano (Moura, 2014). Desta forma, observou-se um maior aperfeiçoamento dos polos urbanos que desempenharam um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional (Ferreira, 2006).

O Programa desempenhou um papel fundamental, pois tornou-se num meio/ferramenta elucidativo e decisivo para a tomada de decisões quanto a potenciais modificações a nível ambiental e urbanístico nos centros urbanos de modo a que estes se revelassem mais atraentes para as populações e, de igual forma, torná-los mais competitivos (Moura, 2014).

O Polis foi fulcral, uma vez que retratou questões como a qualidade urbanística e arquitetónica dos espaços públicos, as garantias de segurança, entre outros, e que foram aspetos cada vez mais destacados para um ambiente urbano de qualidade e de excelência. Também valorizou o facto de que, inegavelmente, o ambiente e requalificação urbanística são indissociáveis (Brandão & Neto, 2016).

Em termos de resultados e de influência, o Programa Polis adotou como aposta comum a requalificação urbana e a valorização ambiental onde se pretendeu, por outro lado, fornecer aos territórios uma melhor qualidade de vida. Foram essencialmente privilegiados os territórios que detinham intervenções que estivessem diretamente ligadas a elementos marcantes e estruturais das cidades que tivessem como grande finalidade o facto de atuarem como núcleos dinamizadores e positivamente contagiados do resto do tecido urbano (Pestana, Pinto-Leite & Marques, 2009).

Atualmente, muitas das operações de reabilitação e requalificação urbana com que nos deparamos no espaço público e naqueles destinados à utilização colectiva, assim como na valorização dos centros históricos foram todas provenientes, precisamente, do Programa Polis (Pestana, Pinto-Leite & Marques, 2009).

De acordo com Moura (2014:23), os objetivos delineados para o Programa Polis foram os seguintes:

- ➔ A realização de fundamentais intervenções, a nível da reabilitação urbana, onde se incrementasse a grande vertente de valorização ambiental.
- ➔ A realização de outro tipo de intervenções que garantissem o renascimento e revalorização das principais áreas urbanas e que essas mesmas sejam mais multifuncionais.
- ➔ O apoio em outros tipos de operações que aumentassem a qualidade do ambiente urbano e que tornassem as frentes ribeirinhas ou marítimas numa presença constante.
- ➔ A colaboração e cooperação em atividades de intervenção que tivessem como objetivo estratégico um crescente aumento de áreas verdes onde se pudessem

incrementar e valorizar cada vez mais as áreas pedonais e limitar o trânsito a automóveis nos centros urbanos.

Quanto à estrutura do Polis, o mesmo foi dividido em quatro componentes fundamentais, (Moura, 2014:25) das quais:

- ➔ A primeira componente, correspondente a duas fases, teve uma primeira etapa onde foram escolhidas 18 cidades portuguesas onde seriam realizadas intervenções e numa segunda etapa foram adicionadas mais 10 cidades que viram as suas vertentes urbanísticas e ambientais consideravelmente melhoradas.
- ➔ A segunda componente albergou as cidades que já detinham património classificado pela UNESCO e que na altura foram cinco.
- ➔ A terceira componente juntou as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa.
- ➔ Por fim, da quarta e última componente fizeram parte 6 cidades.

O Polis XXI, lançado em abril de 2007, pretendeu ver ultrapassadas as fragilidades apresentadas pelo sistema urbano nacional através de respostas aos desafios com que as cidades do nosso país se depararam. Desta forma, a aposta passou por torná-las em motores efetivos do desenvolvimento. Este programa teve como ambições de tornar as cidades em territórios bem planeados e governados, inovados e competitivos, territórios que respeitassem a cidadania e coesão social e que se assegurassem qualidade de vida e do ambiente envolvente (Direção-Geral do Território, 2023).

De acordo com Direção-Geral do Território (2023:3) os objetivos operativos do Polis XXI são:

- ➔ Qualificação e integração dos diferentes espaços de cada cidade.
- ➔ Fortalecimento e diferenciação do capital humano, institucional, cultural e económico.
- ➔ Qualificação e intensificação da integração da cidade na área envolvente.
- ➔ Inovação de soluções a respeito da qualificação urbana.

Para que se pudessem concretizar os objetivos foram traçados três eixos de intervenção que consistiram na regeneração urbana, competitividade/diferenciação e a integração regional.

De forma a que tivesse sucesso, foram transferidos para o programa imensos fundos que se traduziram nos seguintes instrumentos: parcerias a nível da regeneração urbana, redes urbanas que contribuíssem para a competitividade e a inovação, ações dignas para o desenvolvimento dos espaços urbanos e equipamentos inseridos no Sistema Urbano Nacional (Direção-Geral do Território, 2023).

O IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana – surgiu através da junção de diversas fontes financiadoras, nomeadamente através dos fundos do PORTUGAL2020 ou então fundos disponibilizados de outras entidades como o Banco Europeu de investimento e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. Desta forma, pretende-se tirar o máximo proveito possível destes fundos para garantir apoios para a reabilitação e requalificação urbana onde se possa garantir a “total cobertura do território nacional” (IFRRU2020, 2022a).

De acordo com (IFRRU2020, 2022b), os objetivos do IFRRU são:

- ➔ Promoção do acesso a recursos financeiros cedidos para intervenções respeitantes à reabilitação, requalificação e revitalização urbanas com a inclusão da promoção da eficiência energética.
- ➔ Salvaguarda dos recursos financeiros e alavancagem dos FEEI com ênfase para os recursos dos setores públicos e privados.
- ➔ Garantia de um sistema sólido de gestão e controlo interno adequado do IFRRU 2020 onde se garanta a credibilidade do mesmo, de modo a garantir que os recursos financeiros são aplicados legalmente.

2.3. O Portugal 2020 e o Programa Operacional Regional do Centro - Centro2020

Tendo em conta o Portugal 2020, o mesmo é tido como um acordo de parceria que foi estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia sendo que agrega a atuação de cinco importantes fundos europeus de investimentos – FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP. Será através destes cinco fundos que se irão definir as políticas e princípios de desenvolvimento económico, social e territorial para promover no nosso país entre 2014 e 2020 (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2023).

De acordo com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2023), os objetivos do Portugal 2020 prendiam-se com:

- Estimular a produção de bens e serviços, incrementar as exportações e transferir conhecimentos científicos para o tecido produtivo
- Manter e cumprir a escolaridade obrigatória até aos 18 anos, reduzir os níveis de abandono escolar e integrar pessoas de contextos socioeconómicos mais desfavoráveis com o combate à exclusão dos segmentos sociais
- Promover o desenvolvimento sustentável com base na eficiência do uso dos recursos, reforçar a coesão territorial em cidades e áreas menos densamente povoadas e modernizar a administração pública

Foram ainda definidos quatro domínios temáticos:

- Competitividade e Internacionalização
- Inclusão Social e Emprego
- Capital Humano
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

O Portugal 2020 foi operacionalizado através de dezasseis programas no qual estão incluídos os Programas de Cooperação Territorial, os Programas Operacionais Regionais e os Programas Operacionais Temáticos – o caso do Centro 2020 e o POSEUR –.

De acordo com o documento do Programa Operacional Regional do Centro (2014-2020) – Centro 2020 – foram definidos como objetivos temáticos a investigação, inovação e o desenvolvimento tecnológico, a utilização das tecnologias de informação e comunicação – TIC –, a competitividade relacionada às pequenas e médias empresas, o apoio a uma economia assente em baixas emissões de carbono, a proteção do ambiente e eficiência dos recursos, o emprego, o incentivo à inclusão social e combate à pobreza, o ensino e respetiva aprendizagem e a implementação de uma administração pública eficiente (CCDRC, 2023).

Tendo em conta os eixos prioritários, destacam-se a investigação, desenvolvimento e inovação, a competitividade e internacionalização da economia regional, o desenvolvimento do potencial humano, a promoção e dinamização do emprego, o fortalecimento da coesão social e territorial, a afirmação da sustentabilidade dos recursos, dos territórios, o reforço da capacidade institucional das entidades regionais e da rede urbana e, por fim, a assistência técnica (CCDRC, 2023).

Quanto aos eixos relacionados com o espaço urbano no Centro2020, serão enumerados os mais importantes.

De acordo com CCDRC (2023) temos o eixo 5, correspondente ao robustecimento da coesão social e territorial, onde o grande objetivo temático traçado é o da promoção da inclusão social e combater a pobreza, na qual são incluídos alguns objetivos específicos:

- ➔ A promoção do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, especialmente de indivíduos que se encontram em situação de desemprego, o desenvolvimento de experiências e ações que incentivem a inovação e a (...) inclusão social, assim como o desenvolvimento socioeconómico no âmbito local.
- ➔ A aposta na faixa etária jovem e que permita à fundação de projetos para a inovação social
- ➔ Criação de planos que estejam devidamente apetrechados e que sejam diretamente aplicados atendendo às necessidades locais.

De acordo com CCDRC (2023), o eixo 7, que se traduz na afirmação da sustentabilidade das regiões, traça como objetivo temático a proteção do ambiente e a promoção da eficiência dos recursos onde são visados o património natural e cultural e o ambiente/espço urbano.

Quanto aos dois tipos de património, no cultural pretender-se-ão implementar objetivos tais como a proteção, salvaguarda e uma maior difusão do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, um maior apoio ao incentivo e criação de eventos que estejam relacionados com o património, com a cultura integrante e, sobretudo, a projeção da imagem da região. Já no património natural são privilegiadas e qualificadas as áreas protegidas/classificadas com relevância turística, existem apoios dirigidos especificamente para essas áreas e que pretendem atingir fins turísticos, recreativos, informativos e didáticos (CCDRC, 2023).

De acordo com CCDRC (2023) no que concerne ao ambiente/espço urbano, são traçados objetivos tais como:

- ➔ Dotar o espaço/ambiente urbano e edifícios públicos com melhores qualidades e qualificações, onde se incluem os espaços verdes e mobiliário urbano, assim como o incremento de atividades económicas em meios urbanos.
- ➔ Valorização dos espaços de habitação onde se possa proceder a uma reabilitação integral ou, então, para outras finalidades que lhes são competentes. Neste caso, apenas serão tidos em conta os edifícios que já possuem idade igual ou superior a 30 anos.

O eixo 9, referente ao reforço da rede urbana, traça como objetivos específicos a promoção da qualidade do ambiente, da paisagem e do espaço urbano, sobretudo, em centros urbanos de nível superior, o apoio à mobilidade urbana sustentável e a descarbonização e a criação de corredores urbanos que registam uma elevada adesão onde se dê prioridade à procura por transportes públicos e dos modos suaves (CCDRC, 2023).

Neste eixo são ainda delineadas ações de promoção e regeneração em prol do espaço urbano, assim como das suas comunidades integrantes mais desamparadas, onde podemos destacar:

- ➔ O abatimento de edifícios onde, mais tarde, se pretendem criar espaços públicos de qualidade e excelência, desde que estejam devidamente assimilados na reabilitação do conjunto edificado envolvente
- ➔ A criação e implementação de projetos de ensaios ou, então, de projetos piloto de regeneração urbana, a reabilitação, requalificação e reconversão de unidades industriais abandonadas e que permaneçam exclusivamente reservadas para a habitabilidade, para os equipamentos públicos e para a atividade comercial e/ou outros tipos de serviços considerados essenciais para a população
- ➔ A promoção, recuperação e difusão dos sistemas, tal como de estruturas de feições ecológicas urbanas e infraestruturas verdes, uma melhor valorização, apreciação e modernização dos edifícios públicos, onde se pretenderá visar a importância que as atividades económicas assumem para a dinamização quer do espaço público quer das comunidades mais carenciadas (CCDRC, 2023:43).

Os Municípios deveriam apresentar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) caso pretendessem contratualizar com o respetivo Programa Operacional as Prioridades de Investimento (PI) inscritas no eixo urbano para que pudessem ter acesso aos apoios financeiros disponibilizados através do Portugal 2020 e dos Programas Operacionais Regionais.

O POSEUR surgiu como um dos dezasseis programas levados a cabo pelo Portugal 2020 no qual a sua importância é estratégica pois encontra-se diretamente relacionado à aposta na eficiência no uso dos recursos. Neste sentido destaca-se o eixo II – promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção de gestão de riscos –, através da intervenção no rio Mondego com o intuito de se ver promovida uma maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes (Portal POSEUR, 2023a).

Parte II – Estudo de Caso: Coimbra

Capítulo III: Coimbra – Retrato Territorial

3.1. Enquadramento geográfico

Situada na NUT II – Região Centro (figura 1) –, Coimbra acaba por ocupar uma posição privilegiada na medida em que serve como um polo conetor entre diferentes zonas urbanas como a Figueira da Foz, Cantanhede, Mira, Mealhada, Lousã, Condeixa-a-Nova, entre outras.

A cidade é sede de um “município com 319,41 km² de área” (Câmara Municipal de Coimbra, 2012a:4) e, de acordo com os Censos 2021, tem cerca de 140.816 habitantes (INE, 2023a). Coimbra encontra-se subdividida em 31 freguesias e acaba por fazer “fronteira” com a Mealhada, a norte, com Penacova, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo a leste, com Condeixa-a-Nova a sul, com Montemor-o-Velho a oeste e, por fim, com Cantanhede a noroeste – figura 2 – (Câmara Municipal de Coimbra, 2012a). Desde logo, a cidade encontra-se bastante próxima das montanhas e do mar onde podemos encontrar duas das mais importantes serras da Cordilheira Central, a Serra da Lousã e a Serra da Estrela. É possível encontrarmos também as praias e portos da Figueira da Foz e de Aveiro (Universidade de Coimbra, 2022).

Em termos de enquadramento geográfico, é na cidade de Coimbra que nos deparamos com as freguesias do centro histórico (figura 3) e o Rio Mondego (figura 4) e, simultaneamente, a localização estratégica que a mesma possui para a Região Centro de Portugal (Câmara Municipal de Coimbra, 2012a).

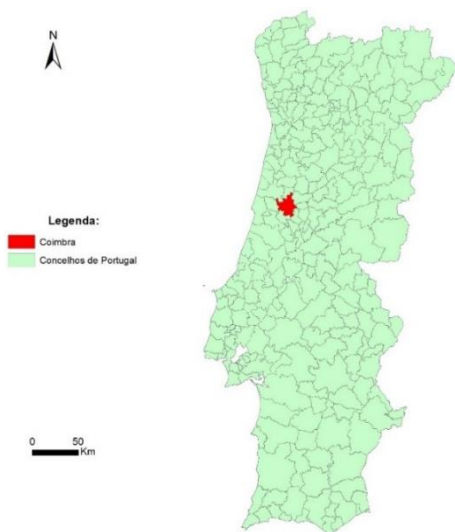


Figura 1 – Localização geográfica do concelho de Coimbra.

Fonte: Elaboração própria a partir do software ArcGIS.

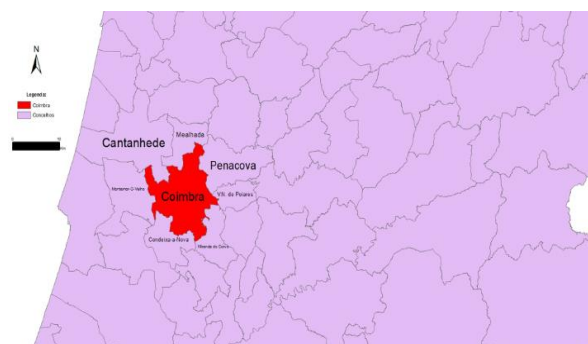


Figura 2 – Enquadramento de Coimbra e dos concelhos limítrofes.

Fonte: Elaboração própria a partir do software ArcGIS.



Figura 3 – Localização e delimitação das freguesias do Centro Histórico de Coimbra.

Fonte: Elaboração própria a partir do software ArcGIS.



Figura 4 – Imagem aérea da cidade de Coimbra.

Fonte: Elaboração própria a partir do software ArcGIS.

A cidade destaca-se pelo seu património e também pelos conhecimentos adquiridos pela vasta comunidade estudantil que ali estuda, na qual tiram um usufruto satisfatório do mesmo para a aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias ligadas às áreas da saúde, informática, comunicação e muitas outras áreas de importância (Câmara Municipal de Coimbra, 2012a).

Coimbra encontra-se maioritariamente articulada pela autoestrada n.º 1 e pela linha ferroviária do norte o que, por si só, permite a ligação da cidade com outros vários pontos do

nosso país tais como Aveiro, Porto, Braga, Leiria, Santarém e Lisboa. Existe uma forte conexão que se verifica entre a totalidade da cidade e, sobretudo, com toda a paisagem do Mondego para jusante (Câmara Municipal de Coimbra, 2012a).

Coimbra alberga igualmente serviços e transportes considerados essenciais para o quotidiano da sua população – nomeadamente o Hospital Pediátrico, os CHUC e os SMTUC – para além de servir como uma área que concentra um número considerável de empresas quer públicas, quer privadas.

3.2. Dinâmicas do território em estudo

Tendo em conta a área de estudo retratada, serão concretizadas análises à dinâmica demográfica do Centro Histórico e da cidade de Coimbra.

É igualmente relevante mencionarmos, em termos geográficos, a importância que o Centro Histórico assume para a própria cidade de Coimbra. A partir do gráfico 1 entre 2011 e 2021, registou-se um decréscimo da população residente e uma tendência de diminuição das faixas etárias dos 65-69 anos com -2,13%, dos 70-74 anos com -1%, dos 75-79 anos com -19,68% e dos 80-84 anos com -10,32%. Por outro lado, registaram-se acréscimos nas faixas etárias dos 20-24 anos com 14,96%, 25-29 anos com 5,80% e dos 40-44 anos com 18,46%.

Já o índice de envelhecimento – gráfico 2 – demonstra uma tendência positiva, uma vez que diminuiu entre os últimos dois censos efetuados nas freguesias do Centro Histórico de Coimbra quando passou de 277,10 para 263,11.

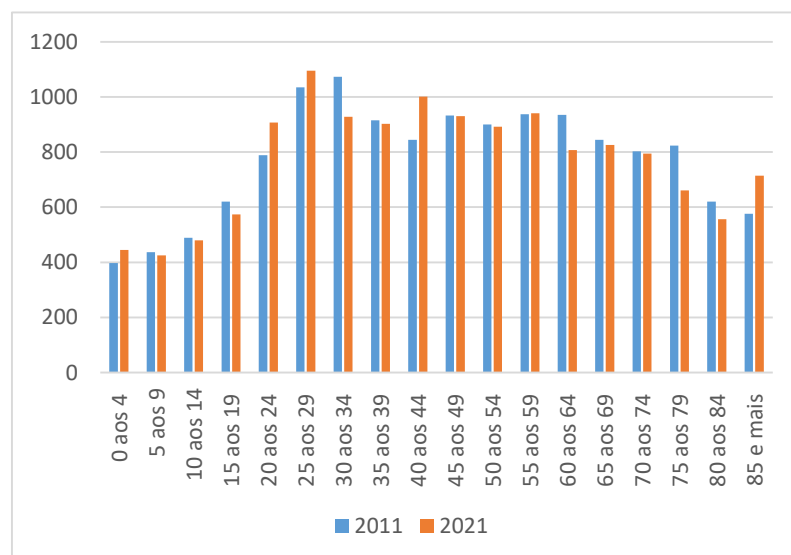


Gráfico 1 – População residente por grupos etários nas freguesias do Centro Histórico de Coimbra segundo os censos de 2011 e 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir do INE (2023b).

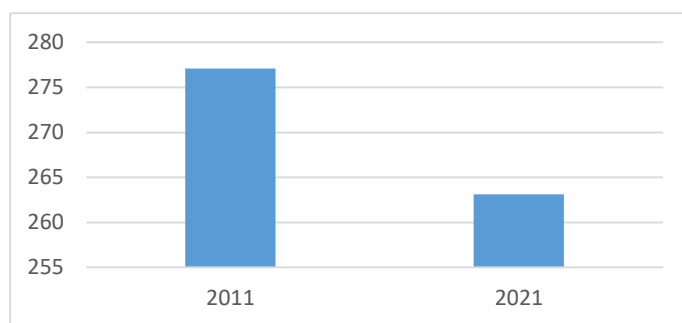


Gráfico 2 – Índice de envelhecimento nas freguesias do Centro Histórico de Coimbra segundo os Censos de 2011 e 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir do INE (2023c).

No gráfico 3 é possível observar que Coimbra registou um grande crescimento populacional, sobretudo a partir de 1991 para 2001, com um saldo positivo de 6,75%. Por outro lado, houve um enorme decréscimo de 2001 para 2011 e tal tendência manteve-se até 2021 com um saldo negativo de -3,40% e de -1,80%, respetivamente.

De acordo com o gráfico 4 o índice de envelhecimento de Coimbra sofreu enormes alterações em todos os Censos realizados sendo que a maior diferença ocorre no período de 2011 a 2021. Tendo em conta que em 2001 o mesmo correspondia a 118,3%, em 2011 a 160% e em 2021 a 211,1%, todos estes valores demonstram que, de facto, a cidade apresenta um envelhecimento populacional bastante notável.

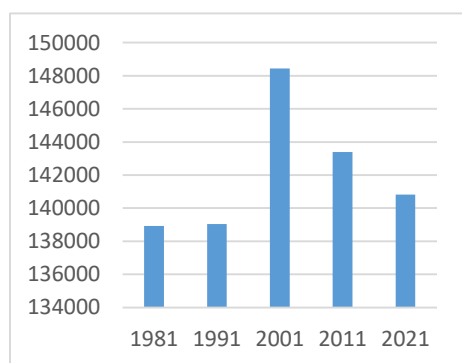


Gráfico 3 – População residente no município de Coimbra segundo os Censos de 1981 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

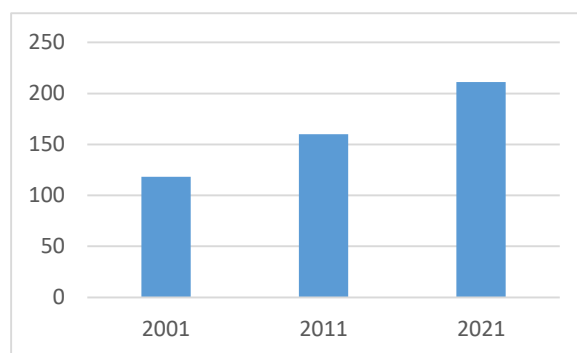


Gráfico 4 – Índice de envelhecimento no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

A partir do gráfico 5 é possível indicar que a taxa bruta de mortalidade em Coimbra tem vindo a registar ligeiras subidas, resultado de um maior envelhecimento populacional, sendo que passou de 9,7‰ em 2011 para 12,1‰ em 2021 e foi precisamente neste período que se notou uma maior diferença a que não estará alheio, de igual modo, o contexto pandémico.

Por outro lado e seguindo o gráfico 6 a taxa bruta de natalidade tem vindo a acumular descidas igualmente ligeiras, passando de 9,3‰ em 2001 para 8,5‰ em 2011. Porém, notaram-se números distintos no período de 2011 para 2021 quando passou de 8,5‰ para 7,2‰, respetivamente.

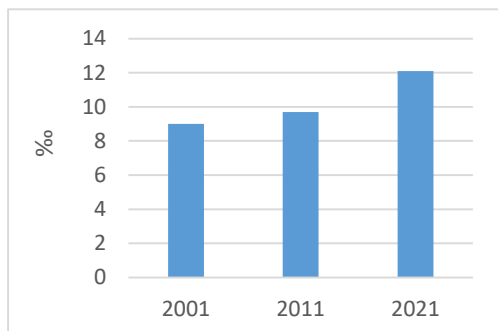


Gráfico 5 – Taxa bruta de mortalidade no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

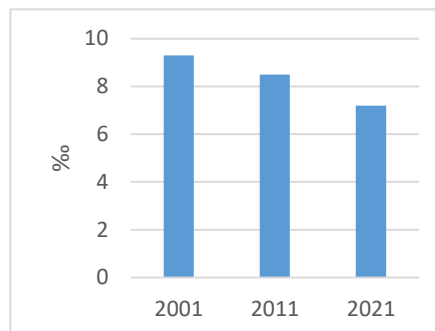


Gráfico 6 – Taxa bruta de natalidade no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

O índice de dependência de idosos demonstra que Coimbra tem vindo a registar um visível e preocupante envelhecimento populacional tal como demonstram os valores dos três últimos Censos realizados à população (gráfico 7). Em 2001 o mesmo situava-se em 24%, em 2011 passou para 30,1% e em 2021 para 40,3%, sendo que foi no período entre os últimos dois anos que a diferença se notou bastante.

Como consequência, fora perfeitamente natural que o índice de dependência de jovens viesse a descer (gráfico 8). Tal facto ficou comprovado no período de 2001 a 2011, quando o índice passou de 20,3% para 18,8%, respetivamente, o que demonstra que a cidade perdeu um vasto número de população jovem. Por outro lado, os anos de 2011 e 2021 sofreram um ligeiro aumento no qual o índice passou de 18,8% para 19,1%

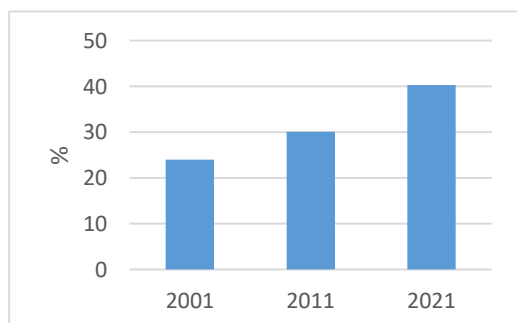


Gráfico 7 – Índice de dependência de idosos no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

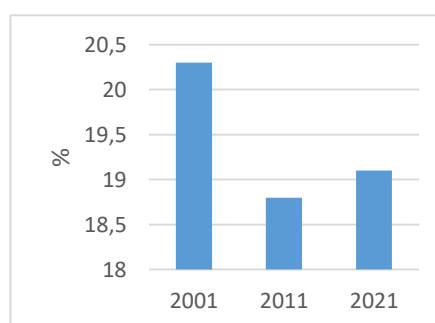


Gráfico 8 – Índice de dependência de jovens no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

Serão concretizadas, por outro lado, análises às dinâmicas socioeconómicas de Coimbra para que se possa efetivamente compreender os diferentes estratos e situações em que a população se encontra inserida.

De acordo com o gráfico 9 a população residente em idade ativa do grande grupo etário dos 15 aos 64 anos tem registado, desde 2001 até 2021, uma visível quebra que passou de 69,3% para 62,8% respetivamente. Contrariamente, a população em idade ativa do grande grupo etário dos 65 ou mais anos tem vindo a aumentar ao longo dos anos passando de 16,6% em 2001 para 25,3% em 2021.

Segundo o gráfico 10 a população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado começou a ganhar mais notoriedade, sobretudo, a partir da diminuição do grau sem nível de escolaridade com 13,1% em 2001 para 3,8% em 2021, do grau básico 1º ciclo quando passou de 24,1% em 2001 para 17% em 2021 e do secundário que registou 18,2% em 2001 para 22,1% em 2021. Porém, a maior diferença notou-se no grau superior quando passou de 16,3% em 2001 para 34,1% em 2021.

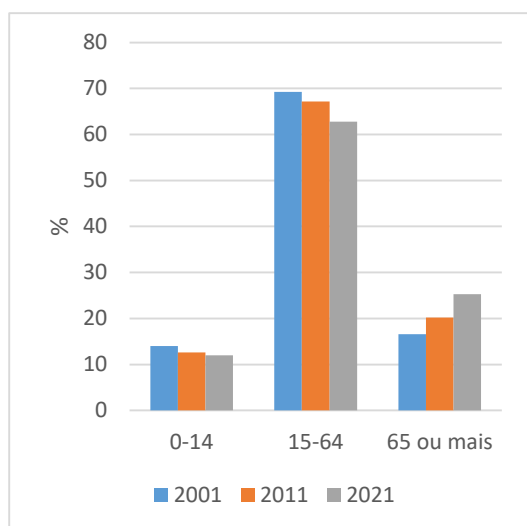


Gráfico 9 – População residente em idade ativa por grandes grupos etários no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

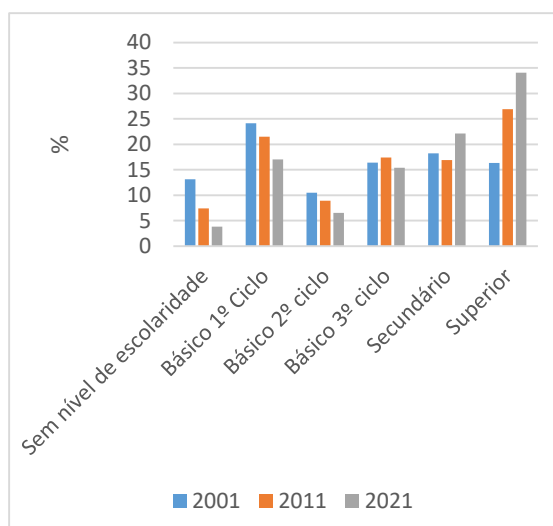


Gráfico 10 – População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado (%) no município de Coimbra segundo os Censos de 2001 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

Relativamente à taxa de desemprego (gráfico 11) o sexo masculino registou uma subida considerável de 2001 para 2011 passando de 5,4% para 11,1% respetivamente. O ano de 2021 ficou marcado por uma grande descida na qual a taxa passou para 6,4%. Quanto ao feminino, observou-se o mesmo efeito nos dois primeiros anos embora a taxa de desemprego tenha tido menores percentagens em 2011, com 9,2%, e em 2021, com 6,1%.

A partir do gráfico 12 é possível concluir que o sexo feminino, quando comparado com o masculino, registou sempre uma maior taxa de analfabetismo. Porém, a taxa em 2001 atingiu os 3,5% nos homens e viria a descer de forma bastante visível. Nas mulheres, o maior valor ocorreu em 2001 com a taxa a atingir os 8,9% e ao longo dos anos viria a descer confortavelmente para 5,2% em 2011 e 2,8% em 2021.

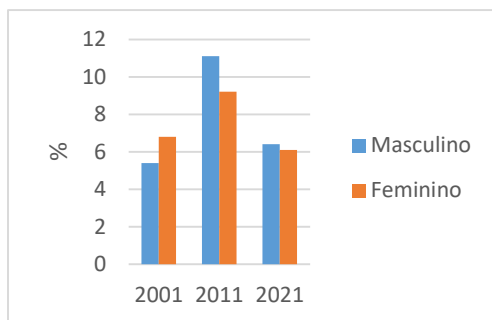


Gráfico 11 – Taxa de desemprego no município de Coimbra por sexo e segundo os Censos de 2001 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

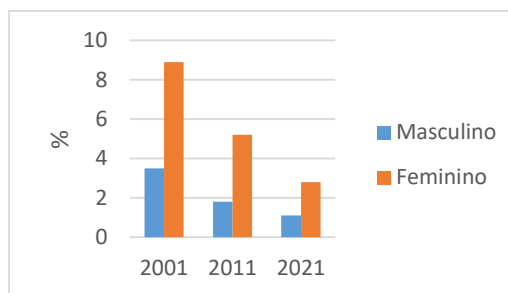


Gráfico 12 – Taxa de analfabetismo no município de Coimbra por sexo e segundo os Censos de 2001 a 2021.

Fonte: Elaboração própria a partir da PORDATA (2023).

3.3. O Centro Histórico de Coimbra

3.3.1. Constituição, delimitação e características

O Centro Histórico de Coimbra não pode ser tido, somente, como um território onde se implementou há muitos séculos atrás uma importante muralha que delimitava a cidade e lhe transmitia segurança acrescida, assim como o seu arrabalde que se foi desenvolvendo tanto pela Alta como pela Baixa da cidade. De acordo com Santos e Moreira (2018), trata-se de uma ampliação do centro da cidade, prolongando-se até à margem esquerda do rio Mondego onde se incluem o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e o Convento de São Francisco.

É neste sentido que abordamos igualmente a ligação estabelecida entre a Alta e a Baixa, na medida em que são feitas referências a lugares icónicos da cidade de Coimbra tais como o Paço das Escolas e os edifícios do Estado Novo, a zona envolvente do Quebra-Costas – Porta de Almedina, à Sé Velha, estendendo-se até à Casa dos Melos, as Couraças de Lisboa e dos Apóstolos, a Avenida Sá da Bandeira e a zona da Praça da República (Santos & Moreira, 2018).

Na perspetiva dos autores (2018), o Centro Histórico da cidade pode ser designado como um espaço que integra uma panóplia considerável de relações socioeconómicas onde se vive o espaço como um todo, onde são adotadas vivências de um quotidiano, onde se adquirem costumes e valores culturais incalculáveis e imaculados. É um espaço onde se pode apreciar a verdadeira arquitetura do nosso país com os seus edifícios emblemáticos, possessor de

belíssimas paisagens e que tem sido um alvo prioritário de intervenções que visam, essencialmente, a sua reabilitação, requalificação, revalorização e refuncionalização.

A Baixa atrai, de certa forma, uma população muito eclética que se vê completamente fornecida de infraestruturas e equipamentos fundamentais, tal como demonstram as extensas ligações efetuadas por transporte público. O comércio, por si só, demonstra uma extensa lista quer de atividades e tipos de estabelecimento onde os tipos de clientes têm um perfil sociodemográfico associado à função pública, ao comércio e também a trabalhos básicos tais como a restauração e serviços pessoais. A Alta alberga um tipo de população residente diferente e que se encontra dominada pelos estudantes que frequentam a Universidade, portanto, uma população temporária. É também nesta área de Coimbra que são celebradas as festas universitárias – a Latada, o Traçar da Capa e o cortejo da Queima das Fitas – e que constituem para o próprio estudante um elemento central. Na Alta da cidade encontra-se, por outro lado, uma população significativamente envelhecida e com estilos de vida completamente distintos da comunidade estudantil onde temos problemas associados ao barulho noturno e comportamentos gerados pelo álcool e ao lixo nas ruas (Santos & Moreira, 2018).

A cidade de Coimbra, tendo em conta o velho centro rejuvenescido e qualificado em termos ambientais, socioeconómicos e urbanísticos, terá um crescimento cada vez mais notável, nomeadamente para o seu Centro Histórico. Estão-se a conseguir alcançar estratégias que tragam uma organização clara e evidente para a cidade onde existem vantagens comparativas perante os novos espaços comerciais e o policentrismo emergente. Os costumes, tradições, a cultura, a autenticidade e a identidade presentes tornam-se, desde logo, em elementos inovadores fundacionais e incrementam uma profunda riqueza para o próprio Centro Histórico que se irá tornar, mais tarde, num produto altamente qualificado de tradição e de inovação (Santos, 2013).

Assim, Coimbra acaba por reunir todos os requisitos para que a população residente, assim como os turistas, permaneçam mais tempo no destino pelo que as ofertas e promoções existentes devem ser tidas mais em conta para que se criem mais e melhores condições (Pereira, 2016).

Todavia, o Centro Histórico tem enormes potencialidades para se tornar cada vez mais num atrativo turístico e paisagístico e tudo dependerá da capacidade de os seus gestores promover o espaço residencial onde terá que existir uma atualização dos equipamentos e infraestruturas, referentes sobretudo ao nível do comércio e dos serviços, mas também a nível cultural e artístico. Todas estas junções, juntamente com o papel que o turismo exerce, tornarão

Coimbra numa cidade mais competente, mais afirmativa, mais atrativa turisticamente e com mais qualidade de vida (Santos & Moreira, 2018).

Desta forma, tanto a própria cidade como o centro histórico acabam por se afirmar com uma importância simbólica para a vasta maioria da população que habita nestas áreas. Este mesmo simbolismo é também representado e altamente valorizado pela imagem que a própria Universidade – ícone da Alta – transmite para a comunidade estudantil que para aqui vêm estudar (Santos, 2013).

O próprio Centro Histórico e o património nele existente devem ser privilegiados e valorizados sendo que o mesmo não poderá ficar estático e sem reação perante a classificação, pois esta é uma bênção que lhe é atribuída pelas entidades competentes (Pereira, 2016).

Assim, o Centro Histórico deve ser visto como um claro catalisador das potencialidades da cidade na qual Coimbra tem capacidades suficientes para se (re)organizar e, de certa forma, valorizar a sua imagem territorial através de uma concentração plasmada das funções centrais (Santos, 2013). Na perspetiva do autor terá também que ser devidamente priorizada a função residencial dentro do próprio espaço delimitador do Centro Histórico, na qual a Baixa tornar-se-á no alvo principal a ser investido e revalorizado, sem nunca perder a sua verdadeira identidade, as tradições, costumes e valores patrimoniais associados.

O velho centro, como é designado, sempre teve grandes afinidades com o Rio Mondego e é um espaço que tem, a partir principalmente do século XX, na sua génese ideais assentes na multifuncionalidade, no património cultural (Santos, 2013). Sendo o próprio rio um elemento estruturante e conetor, o mesmo conseguiu alcançar o feito de tornar as duas margens num só território e permitiu que o Centro Histórico – figura 5 – visse ainda mais reforçada a sua centralidade e inclusão territorial (Santos, 2013).

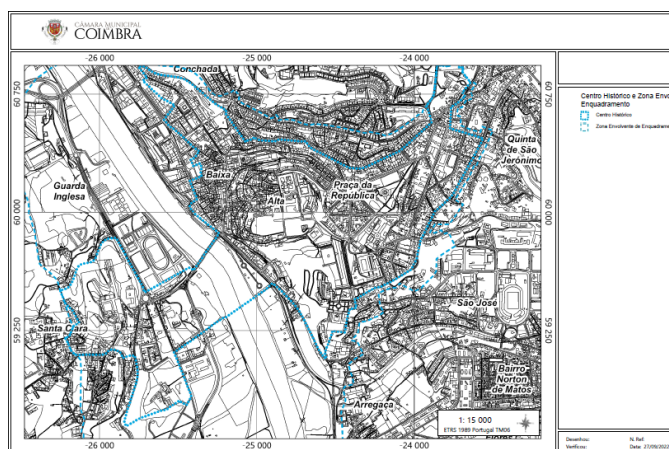


Figura 5 – Delimitação do Centro Histórico de Coimbra e da Zona Envolvente de Enquadramento.

Fonte: Adaptado a partir de cartografia solicitada à Câmara Municipal de Coimbra e enviada pelo Engenheiro Civil Pedro Costa (2022).

3.4. Patrimonialização do Centro Histórico de Coimbra e o papel do turismo

A criação, em 1977, do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC) pretendia valorizar, defender e preservar todo e qualquer tipo de património arquitetural, artístico, cultural e natural de Coimbra onde se incluiu, igualmente, o Centro Histórico (Frias, 2000).

Os membros que constituíam o grupo acima mencionado acabaram por ser ainda mais determinantes na própria patrimonialização do Centro Histórico, uma vez que foram tidas cada vez mais em conta temáticas como a conservação e valorização do património e, ao mesmo tempo, permitiu que fossem estabelecidos diversos projetos destinados à classificação do centro histórico de Coimbra tendo em conta um cariz internacional (Frias, 2000). O GAAC permitiu que o Centro Histórico de Coimbra ganhasse cada vez mais notoriedade e que se tornasse num lugar cultural e patrimonializado onde se pretende alcançar uma imagem territorial imaculada e atrativa que seja apreciada a nível nacional e mundial (Frias, 2000).

Em 1987 decorreu o Primeiro Encontro sobre a Alta e em 1994 teve lugar um segundo Encontro onde se pretendia despertar a atenção das pessoas para a defesa de aspetos patrimoniais e identitários da Alta. O Primeiro Encontro viria a ser determinante, pois permitiu que a própria Alta começasse a ser vista e interpretada com uma maior curiosidade e importância e que não fosse, por outro lado, vista, de acordo com Nunes (1996, citado por Frias, 2000), como um espaço que sofre uma degradação acelerada.

A questão da patrimonialização tem vindo a ser cada vez mais debatida e tem ganho mais adeptos, na medida em que se deseja colocar tanto a Baixa como a Alta da cidade nas prioridades máximas e que o foco esteja presente na visibilização e para a emergência de uma economia simbólica onde se pretendem adotar medidas que transformem as questões práticas e a sua significação (Frias, 2000).

Em termos académicos, podemos encontrar a praxe académica e a própria Universidade que sempre assumiram dimensões significativas e que integram na totalidade a vida associativa estudantil. As residências, ou então Repúblicas, de estudantes constituem outro elemento patrimonial, pois é aqui que podemos encontrar um importantíssimo marco cultural e histórico que liga a imagem e que, por si só, acaba por estar inserida e identificada num lugar (Frias, 2000).

Em relação à Baixa, é nesta área que se verifica uma necessidade mais carente de atenção e é onde temos presente, por outro lado, um considerável interesse demonstrado a partir da vertente patrimonial, nomeadamente através da habitação corrente. Outrora uma zona cheia de interesses, de costumes, tradições e comércio tradicional, a Baixa tem vindo a perder muita

da sua identidade e carácter, sobretudo, por causa da contínua degradação existente na área e ao facto de que a certas horas, fruto da insegurança e consequentes delitos praticados, se torne numa área menos convidativa (Campos, 2014).

Em comparação à Alta, a Baixa encontra-se em péssimas condições sendo por isso tida como uma das áreas mais críticas. Tal facto deve-se à lastimável e preocupante taxa de edifícios ‘devolutos’ ou com um estado de conservação ‘não aceitável’ que supera em larga escala os edificadas que se encontram num bom estado de manutenção e preservação (Campos, 2014).

Tais razões são as causas para as quais a Baixa do Centro Histórico de Coimbra não se possa devidamente patrimonializar devido à contínua e desgastante degradação do edificado que promove, negativamente, o abandono desta área por parte da população integrante. Tem sido também apontado o facto de existirem na Baixa Crúzia excessivos edifícios sem ocupação ou utilizados para armazéns, o que agrava claramente a utilização e aproveitamento para a habitabilidade que, muitas das vezes, acabam por ser ocupados num dos seus pisos (Campos, 2014).

A própria patrimonialização viria a servir para tornar Coimbra e o seu Centro Histórico num alvo apetecível e competitivo no mercado turístico internacional. A política que se veio a adotar na cidade permitiu com que se impulsionasse, em relativamente pouco tempo, uma formação de novo mercado imobiliário e que fosse capaz de restituir os seus valores residenciais e comerciais há muito perdidos. Por outro lado, não se atingiram os resultados que se pretendiam do protagonismo exercido pela antiga centralidade (Paiva, 2015).

O Centro Histórico deve ser entendido como um lugar que permita o desenvolvimento das economias locais, assim como de investimentos na cultura que permitam atuar como instrumentos que exerçam a sua influência na regeneração urbana, econômica e social (Paiva, 2015).

A patrimonialização deve ser entendida como um processo dinâmico que exige uma constante mudança e adaptação à realidade que está a enfrentar onde podemos incluir o estabelecimento de uma relação com a sociedade. Ao projetarmos o património e a própria patrimonialização do Centro Histórico de Coimbra, estamos perante uma clara tentativa de se proceder a uma projeção imaginária da cidade onde poderemos observar o verdadeiro significado que nos é transmitido pelo entretenimento e ocupação do tempo livre. Desta forma, o Centro Histórico funcionará como um agente comunicador que apostará, sobretudo, na capacidade para atrair e captar novos públicos com estratégias que exigirão uma maior aproximação com a comunidade (Paiva, 2015).

Nos Centros Históricos, nomeadamente no de Coimbra, terão que existir possibilidades e oportunidades que permitam promover diferentes interpretações e que tornem possíveis a via do diálogo onde o público-alvo tenha como principais referências os elementos com os quais se identifica. Só adotando esta abordagem é que se consegue (re)pensar e refletir em aspetos que tenham impacto na forma como os diferentes atores, individuais e coletivos, pensam e organizam a cidade e o seu Centro Histórico. Só desta forma é que se consegue chegar a um consenso no tipo de abordagens e/ou mensagens que se pretendem transmitir e que se querem que circulem na sociedade (Paiva, 2015).

O turismo é encarado como uma alavanca que proporciona, naturalmente, o acréscimo da capacidade competitiva e da projeção de Coimbra quer a nível nacional como internacional, para além de proporcionar ao próprio Centro Histórico uma oportunidade de incentivar o desenvolvimento de outro tipo de atividades tais como o comércio e serviços e, logo, para a sua vivificação. Desta forma, o turismo assume um papel fulcral pois atua como um eixo estratégico para a reabilitação do Centro Histórico (Câmara Municipal de Coimbra, 2013a).

Tem que se ter igualmente em conta que a própria patrimonialização tem vindo a ser cada vez mais valorizada e isso poderá, naturalmente, trazer enormes valias à cidade pelo desenvolvimento do turismo onde o património em si já representa um enorme simbolismo a nível identitário para além de se tornar num bem consumível não só para os habitantes locais, assim como para as massas turísticas. Assim sendo, a área em questão poderá tornar-se mais apelativa e persuadir um segmento de turistas mais qualificado que se deixarão seduzir muito por culpa da cultura, das tradições e costumes, da arquitetura e os seus monumentos mais emblemáticos. É seguro, por isso, afirmar-se que o turismo tem desempenhado um papel fundamental como um dos alvos preferenciais dos programas de regeneração urbana onde Coimbra não escapa à regra (Campos, 2014).

O tipo de turismo que tem ganho mais força ultimamente em Coimbra e no próprio Centro Histórico tem sido o turismo cultural, sendo que para haver uma clara e contínua aposta e uma manutenção das qualidades do mesmo terá que existir um maior alargamento da oferta, quer em termos de produtos quer de alojamento que, por si só, irá incentivar uma maior procura pelos turistas e maiores probabilidades destes alargarem a sua estada na cidade. É importante combater estes problemas, pois os mesmos acabam por se revelar como uma das preocupações centrais da reabilitação do próprio Centro Histórico que, tal como Coimbra, se encontram longe de atingir o potencial desejado e onde se torna imperativo dar uma nova imagem, uma nova identidade e deixar boas impressões junto dos stakeholders, isto é, das partes interessadas (Câmara Municipal de Coimbra, 2013a).

O turismo, base de grande sucesso para muitos centros urbanos, destaca-se em Coimbra e no seu Centro Histórico através da Universidade e do património nele adjacente e, desde logo, são tidos como um grande polo aglutinador capaz de proporcionar a atenção e atração dos turistas para uma visita à cidade. Locais como a Baixa, a Alta – Paço das Escolas –, e a Rua da Sofia tornam-se em alvos apetecíveis para uma extensão da visita turística tradicional para além de se poder também apreciar o património presente e a sua articulação numa ótica de exploração turística (Câmara Municipal de Coimbra, 2013a).

Terá que existir uma maior disponibilidade e acessibilidade de informação sobre o Centro Histórico da cidade, sobretudo para o planeamento e execução do tipo de turismo a ser exercido na própria área, pois só assim é que se conseguirá progredir notavelmente em aspetos como a procura turística e a rentabilização da atividade. De forma a promover-se o Centro Histórico de Coimbra e para que o papel do turismo se revele ainda mais, terão que existir estratégias baseadas na imaginação, concretização e divulgação de roteiros e percursos e de uma agenda cultural ou, então, de eventos recreativos e culturais que incentivem os indivíduos a terem conhecimentos mais alargados da área em causa e que proporcionem o crescimento e qualificação da atividade turística (Câmara Municipal de Coimbra, 2013a).

O turismo tem assumido grande destaque no Centro Histórico onde se assiste, por um lado, a uma tentativa de aproveitamento económico muito por causa do estatuto que foi atribuído à cidade, pela UNESCO, de Património Mundial da Humanidade (Campos, 2014).

Este estatuto veio a ser um grande impulsionador do turismo não só na cidade, assim como na zona histórica, uma vez que se tem vindo a assistir a um aumento significativo de visitantes na área urbana e isso faz com que, cada vez mais, a cidade se anime e alcance projeções interessantíssimas. Aquando do mandato do anterior presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, o mesmo proferiu que com o estatuto que a cidade obteve adquirem-se não só vantagens altamente positivas, assim como terão que existir ‘responsabilidades muito importantes’, na preservação e reabilitação do património (Campos, 2014).

É importante não nos esquecermos que Coimbra reforçou claramente a sua imagem e presença no panorama turístico internacional com o estatuto que obteve, através da UNESCO, onde as impressões tidas acerca da cidade são muito satisfatórias, para além de causarem muito boas opiniões quer a nível da vertente patrimonial assim como a nível da sua localização central no território português o que a torna num destino futuramente potencializado (Campos, 2014).

O outro grande objetivo estratégico que rentabilizará não só o Centro Histórico de Coimbra, assim como o papel do turismo neste, passa pelo incremento de uma maior

diversificação de alojamentos turísticos no que concerne à oferta e procura dos mesmos. Para tal será claramente necessário apostar na instalação de novas unidades hoteleiras e que se encontrem dentro das expectativas dos turistas, motivando por isso a sua visita, assim como se terá que ter em conta as necessidades de qualificação do espaço público (Câmara Municipal de Coimbra, 2013a).

Por outro lado, o próprio Centro Histórico necessita de ser visto com outros olhos pois, para além da cidade usufruir de um património excecional e reconhecido internacionalmente, tem que se valorizar imensamente os enormes e dispendiosos investimentos que estão a ser feitos para haver um maior reconhecimento e expansão do turismo. Sem a presença de condições que permitam que o Centro Histórico e o próprio espaço urbano prosperem, existirão sempre necessidades/motivações que façam com que os residentes se mudem para outros locais da cidade à procura de melhores condições e isso poderá vir a ter um enorme impacto nas futuras gerações que jamais se fixarão em áreas que não correspondam totalmente às suas necessidades (Campos, 2014).

Desta forma, Coimbra pretende ser vista como uma cidade mais atrativa onde se possa incrementar ainda mais não só o próprio turismo, tal como a temática da patrimonialização do seu Centro Histórico através de uma maior consideração e valorização do património arquitetónico para além da promoção e expansão turística propriamente dita (Campos, 2014).

Terá que existir um equilíbrio não só na própria patrimonialização, assim como no papel do turismo onde se possa olhar para as duas áreas envolventes do Centro Histórico – Alta e Baixa – como igualitárias em oportunidades de investimento, de promoção e junção do património, assim como dos potenciais fluxos turísticos que venham visitar Coimbra.

Capítulo IV - Reabilitação, requalificação e revitalização do Centro Histórico de Coimbra - estratégias, instrumentos e programas

4.1. Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra

O Gabinete para o Centro Histórico (GCH), integrado na Câmara Municipal, foi criado em 2007, e tem como local de intervenção a zona Alta da cidade e assume-se como uma importante estratégia no que concerne, sobretudo, aos papéis desempenhados pela reabilitação e requalificação urbana ao mesmo tempo que se pretende debater a temática da regeneração do centro histórico da cidade (Tiago, 2010).

De acordo com Tiago (2010:70), o próprio Gabinete desempenha inúmeras funções de enorme relevância, das quais se destacam:

- ➔ A promoção e execução de estudos, projetos e acções que estejam diretamente relacionados com a necessidade de salvaguardar e conservar qualquer património histórico e arquitetónico.
- ➔ A divulgação de ações que visem a defesa e recuperação desse mesmo tipo de património.
- ➔ A elaboração e implementação de regras de intervenção urbanística que tenham como foco as áreas históricas.
- ➔ A execução e/ou acompanhamento de intervenções nos locais históricos que pretendam recuperar edifícios e espaços públicos.
- ➔ A coordenação com outros tipos de serviços que estejam ligados à Câmara Municipal, nomeadamente ao nível de análises pormenorizadas das intervenções, no seu licenciamento, acompanhamento e fiscalização.

O próprio Gabinete desempenha uma ligação com a CoimbraViva¹, uma vez que ambos acabam por ter na sua génese os processos de requalificação e têm delineada uma área de operação que envolve a Sociedade de Reabilitação Urbana – SRU –. Competiu ainda a este mesmo Gabinete acompanhar e desenvolver a candidatura de Coimbra a Património da Humanidade (Tiago, 2010).

¹ Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana, dedicando-se exclusivamente à reabilitação da Baixa de Coimbra na designada Unidade de Intervenção I onde se incluem os quarteirões da Nogueira, da Moeda e da Sofia. Fonte: CoimbraViva (2024).

O Gabinete para o Centro Histórico pretende adquirir bens futuros, ou seja, bens que acabam por se traduzir em locais destinados à construção reabilitada e que serão distribuídos consoante o investimento feito por cada entidade/parceiro. Desta forma, a finalidade que é proposta é de uma clara recuperação de edifícios degradados pertencentes aos seus respetivos proprietários que, por impossibilidade, não consigam levar a cabo iniciativas benéficas e que sejam forçados a praticarem preços mais atrativos para aliciarem, sobretudo, o segmento jovem (Tiago, 2010).

Cabe a este mesmo Gabinete a elaboração de projetos que visem a retoma, execução e inspeção de todas as intervenções que são levadas a cabo pelas entidades competentes e nomeadas para tal. Para que o mesmo se revele um sucesso existe a aplicação de uma taxa reduzida de IVA (5%) onde os principais usufruidores são as autarquias que beneficiam de intervenções que estão a ser realizadas, sobretudo, em bens imóveis (Tiago, 2010).

Este Gabinete tem vindo a constituir-se como uma ferramenta essencial e assume uma importância basilar. É, igualmente, tido como uma referência primária no que concerne ao poder institucional autárquico e o que maior importância tem dado aos diversos projetos/intervenções que têm sido atribuídos ao Centro Histórico de Coimbra. Tem-se procurado também alcançar outros objetivos estratégicos tais como uma maior proximidade e inclusão às comunidades locais, assim como a consideração pelo espaço de vida e uma notável confiança que faça com que as expectativas dos indivíduos sejam alcançadas permitindo intervenções mais rápidas (Santos & Moreira, 2018).

De uma forma geral, a implementação deste Gabinete veio trazer mais-valias a Coimbra uma vez que permitirá que esta, assim como o seu Centro Histórico, rejuvenesçam e despertem novas sensações não só na própria população residente como também nos turistas que a frequentam. Para que ganhe uma nova imagem, o Gabinete, em parceria com outras entidades/instituições, acabaram por promover diversos tipos de iniciativas e atividades interativas que pretendem, fundamentalmente, dotar a área histórica com uma maior dinâmica socioeconómica (Santos & Moreira, 2018).

4.2. Programas com incidência no Centro Histórico – análise retrospectiva

Têm sido vários os programas com ações implementadas no centro histórico de Coimbra. Referem-se aqui os de maior relevância.

Tendo como objetivos primordiais a requalificação urbana e a valorização ambiental, o Programa Polis, no fundo, veio a constituir-se como uma importante ferramenta para Coimbra

uma vez que, entre muitos outros aspetos, o próprio ambiente natural e paisagístico sobressaiu como marca distintiva o que proporcionou, notoriamente, uma nova forma de viver a generalidade do espaço urbano. Houve, de facto, uma grande melhoria a partir da perspetiva urbana o que permitiu um claro fortalecimento da atratividade que a cidade exerce ainda atualmente (Pestana, Pinto-Leite & Marques, 2009).

O Programa Polis desempenhou um enorme papel na cidade de Coimbra, assim como no seu respetivo Centro Histórico, e no que diz respeito à valorização de diversas vertentes, sejam elas de cariz ambiental, cultural, desportivo e lúdica. Será também abordada a questão da acessibilidade.

O eixo de intervenção ambiental referiu que o rio Mondego foi valorizado, através de limpezas nas suas margens, para que a comunidade local pudesse usufruir do mesmo ao máximo. O Parque Doutor Manuel Braga ganhou uma nova dimensão e significado para todos os habitantes de Coimbra. No Parque Verde houveram apostas a nível das potencialidades lúdicas, desportivas, culturais e pedagógicas. O eixo lúdico referiu que as áreas verdes da cidade não foram esquecidas e que a implementação dos mesmos permitiram uma utilização calma e descontraída por parte da população. A vida noturna, que se tornou num pilar para a comunidade estudantil, veio a conhecer a construção de pequenos equipamentos de hotelaria e de animação nocturna. Quanto ao eixo cultural, contamos com a presença do Queimódromo/Parque da Canção e onde a recuperação e transformação do Convento São Francisco num Centro de Congressos, encontrou-se inserida nesta rubrica. O eixo desportivo pretendeu demonstrar a enorme importância que o rio Mondego assumiu não só para Coimbra, assim como foi um dos alvos preferenciais do Programa Polis já que se pretendeu valorizar o papel que a água assumiu para a implementação de desportos como as actividades de remo e canoagem (Duarte, 2004).

Quanto às acessibilidades, pretendeu-se proceder à criação e posterior construção de um sistema de elevação mecânica – teleférico –, mais conhecido como Elevador/Ascensor da Rua da Alegria (Baixa) e a Praceta Luís de Camões (Alta), mas não veio a ser concretizado. O mesmo pretendia unir as duas áreas do Centro Histórico da cidade e proporcionar a diminuição dos automóveis na Alta. Foram tidos em conta, igualmente, aspetos como a comodidade e uma maior possibilidade de mobilidade para a faixa etária idosa (Duarte, 2004).

O Programa veio a valorizar, igualmente, os espaços e os equipamentos funcionais tidos como alavancas do processo de regeneração o que permitiu uma maior dinamização do espaço e da vida urbana. Os centros históricos, nomeadamente o de Coimbra, também foram alvos prioritários de intervenções e ganharam um maior destaque a partir da regeneração,

reconstrução e valorização do espaço público (Pestana, Pinto-Leite & Marques, 2009). O património contíguo e que se encontra classificado pela UNESCO também foi altamente valorizado pelo seu carácter simbólico e territorial. Na perspetiva de Pestana, Pinto-Leite e Marques (2009), o programa Polis conseguiu devolver à cidade a importância histórica e identitária que detém, para além do enormíssimo valor paisagístico que assume. Procurou-se desenvolver o cariz lúdico, assim como se pretendeu apostar na multifuncionalidade do Rio Mondego como um elemento fulcral e conetor entre diferentes áreas da cidade e também como um motor de revitalização do centro.

Foi através do Programa Polis que Coimbra encontrou o seu expoente máximo, no qual a iniciativa, com sucesso, conseguiu devolver o rio à cidade (Santos, 2013).

O rio foi visto como um obstáculo e os percursos pedonais foram anulados sendo que, por outro lado, a margem esquerda não continha qualquer tipo de ordenamento o que levou ao afastamento da população (Santos, 2013). Desta forma, foi neste presente âmbito que o Programa encontrou na cidade de Coimbra uma verdadeira importância, verdadeiros fins a atingir.

O Parque Verde, um dos alvos de intervenção, ganhou um estatuto de centro de lazer, desporto e cultura, para além de ter oferecido ao velho centro um novo significado e uma crescente afluência de pessoas em período noturno. A Praça da Canção beneficiou igualmente pelo facto de ter sido começada a ser vista como um espaço mais acolhedor e organizado, assim como a sua envolvência ser positivamente associada a um espaço verde muito bem equipado com comodidades para a população tais como os parques de estacionamento para automóveis e autocaravanas, os estabelecimentos de restauração, espaços públicos de desporto, um centro Ciência Viva e entre outros. É também mencionado o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, tido como uma extensão do espaço verde do Parque, onde nas suas imediações são concretizadas feiras de antiguidades juntamente com um espaço museológico e uma exposição do património obtido através do Mosteiro e do Palácio (Santos, 2013). Por outro lado, o Convento de São Francisco, que passou a albergar o Centro de Congressos e o desnivelamento observado na Avenida Inês de Castro, permitiu uma maior fluidez a nível do trânsito automóvel e a junção de um maior espaço público de lazer, animação e cultura (Santos 2013). O Convento teve financiamento comunitário do QREN.

Os objetivos do Programa Polis, que revitalizaram o centro de Coimbra, centraram a cidade no rio, concretizaram a revitalização e remodelação paisagística das margens e a requalificação urbana, permitiram uma promoção das relações entre as margens e deixaram

mais acessíveis os locais históricos da Quinta das Lágrimas e o Portugal dos Pequenitos (Santos, 2013).

O PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas – tem-se dedicado exclusivamente a promover operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas que são levadas a cabo por apoios monetários e técnicos (Santos & Azevedo, 2013).

Podemos verificar que em Coimbra este programa tem registado uma aprovação considerável, muito por causa do desempenho exercido pela cidade em si para com os habitantes locais, na qual estamos perante uma entidade facilitadora e impulsionadora no que concerne os diversos processos de reabilitação e requalificação urbana existentes (Santos & Azevedo, 2013).

É em 1990 que temos o arranque oficial do PRAUD, mais propriamente a partir do PRAUD/Obras, em que se verificaram diversas intervenções em áreas tão nobres da cidade tais como o Largo da Portagem, as ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz e Praça 8 de Maio. Com a implementação destas mesmas intervenções, avançava-se para uma posterior recuperação do edificado que veio a criar, fundamentalmente, uma melhor perceção da imagem territorial (Câmara Municipal de Coimbra, 2008)

Fora ainda neste ano que se viriam a verificar mais intervenções em áreas públicas como as ruas que correspondiam ao Arco de Almedina, Quebra Costas, Fernandes Tomás e Rua Joaquim António de Aguiar. A posterior reabilitação e requalificação urbana das áreas anteriormente mencionadas constituíram-se como um fator-chave na política de ordenamento do território, na salvaguarda, proteção e preservação do prestigiado património histórico, cultural e social e também a partir de uma perspetiva ambiental já que o solo viria a ser cada vez mais protegido (Câmara Municipal de Coimbra, 2008).

Já em 2002 houveram duas candidaturas aceites para o presente Programa onde temos os espaços correspondentes ao Quarteirão Almedina e o Bairro Sousa Pinto. Os processos em causa tiveram três fases. A primeira, ocorrida entre finais de 2002 e 2003, teve como finalidade uma visita personalizada porta a porta de forma a alertar os proprietários para as debilidades existentes nos edificados e sensibilizá-los para uma consequente adesão ao programa. A segunda fase já contou com o próprio envolvimento dos proprietários em decisões respeitantes às obras necessárias para se proceder a uma reabilitação e requalificação urbana dos seus edificados onde se pretendiam os melhores resultados possíveis. A terceira e última fase diz respeito à renovação de infra-estruturas e repavimentação de espaços públicos (Câmara Municipal de Coimbra, 2008).

Na área designada como Quarteirão Almedina registaram-se 41 adesões para o presente Programa, enquanto no Bairro Sousa Pinto o GCH – Gabinete para o Centro Histórico – viria a tomar conta da reprogramação financeira daquela candidatura. Na segunda área só vieram a aderir formalmente 11 proprietários (Câmara Municipal de Coimbra, 2008).

De uma forma geral, o Programa PRAUD/Obras constituiu-se como um elo fundamental na medida em que alertou diversos proprietários de diversas áreas históricas de Coimbra para problemas relacionados com a habitabilidade e insalubridade. Para além de assumir como objetivo primordial a contenção da degradação dos edifícios, este mesmo Programa pretendeu, igualmente, manter ao máximo a autenticidade das edificações e a história da sua época construtiva (Câmara Municipal de Coimbra, 2008).

De referir ainda que em caso de impossibilidade dos proprietários não terem os recursos financeiros necessários para procederem a uma reabilitação e/ou requalificação de um edificado, a Câmara Municipal de Coimbra disponibiliza fogos a preços controlados para além de poder regular o mercado imobiliário na zona histórica da cidade (Câmara Municipal de Coimbra, 2008).

Pretendeu-se dotar o Centro Histórico de Coimbra com um incentivo de licenciamento de imóveis privados para reabilitação assim como voltar a transformar esta mesma zona num espaço residencial/comercial nobre para a cidade de forma a observar-se, por outro lado, um maior simbolismo, uma maior revitalização e atratividade em termos de identidade e imagem territorial (Câmara Municipal de Coimbra, 2008).

No âmbito da reabilitação urbana uma menção deve ser feita ao CoimbraViva SRU que é tida como uma sociedade anónima constituída em 51% com a participação do Instituto Nacional de Habitação e os restantes 49% a pertencerem ao município de Coimbra (Tiago, 2010). Foi criado com o intuito de se incidir na questão da degradação, especialmente no centro histórico da cidade, cujo foco é a zona da Baixa (Tiago, 2010).

O modo como a CoimbraViva SRU atua passa por uma revitalização das funções e ocupações das actividades instaladas onde é igualmente tida em conta a reabilitação dos edifícios, dos espaços e tipos de equipamentos existentes que pretenderão incentivar o desenvolvimento económico, comercial e cultural da Baixa. Este mesmo programa pretenderá dotar a Baixa de Coimbra com uma conexão que a ligue à restante malha urbana para além de poder fornecer às habitações nela inseridas melhores condições de habitabilidade e comodidade e que alberguem um novo tipo de faixa etária, uma população mais jovem e dotada de qualificações. Com isto a CoimbraViva SRU deseja visualizar uma fixação de residentes a

médio prazo, porém sempre na garantia de que poderá atrair, de facto, uma faixa etária mais jovem constituída por jovens recém-licenciados e estudantes (Tiago, 2010).

De acordo com a área de estudo anteriormente mencionada, a aposta da CoimbraViva SRU passa por manter praticamente sãs as morfologias parcelares existentes na qual se possa evidenciar uma Baixa que esteja devidamente munida de conforto, qualidade e dimensão. O emparcelamento torna-se numa solução, uma vez que o mesmo é efetuado quer ao nível habitacional – edifícios –, onde se possam visualizar espaços com grandes tamanhos, quer ao nível térreo com a presença das atividades comerciais e a prestação de vários tipos de serviços (Tiago, 2010).

Quanto às intervenções em edifícios, tanto as suas ligações interiores como exteriores acabam por ser realçadas na medida em que estando perante uma redistribuição de áreas poderemos vir a observar proveitos bastante satisfatórios (Tiago, 2010)

No que sucede à sua volumetria há que ter ainda em conta a ampliação de edifícios existentes, sobretudo na Baixa de Coimbra, e onde se possam vir a verificar correções adequadas tais como a colocação do revestimento adequado e beneficiação das caixilharias (Tiago, 2010).

São ainda referidas, por outro lado, as fachadas que constituem os edifícios existentes onde se verifique uma recuperação e estima totais para o surgimento de uma nova frente urbana para espaços coletivos através de uma manutenção própria com técnicas direcionadas para o efeito como a limpeza, pintura e reparação das fachadas (Tiago, 2010).

Uma menção deve ser feita ao RECRUA, REHABITA, SOLARH e PROHABITA – tidos como programas de apoio à execução da reabilitação urbana –, já que estes constituem-se como um apoio fundamental e direto à execução de projetos e de obras. Encontra-se igualmente inserida, nesta vertente, uma isenção de taxas de licenciamento destinadas à reabilitação dos edificados presentes no Centro Histórico Urbano. O que se pretende, desta forma, é que as intervenções sejam realizadas o mais célere possível permitindo, ao mesmo tempo, uma sensação de aproximação para com a população de modo a que se estabeleça uma afinidade e que se eliminem questões burocráticas. É importante, por isso mesmo, que as intervenções possam ir ao encontro dos desejos da população e possibilitando a inserção das mesmas nos objetivos estratégicos delineados (Santos, 2013).

4.3. Intervenções no Centro Histórico de Coimbra no âmbito do Portugal2020/Centro 2020

No âmbito da programação do Portugal 2020 para o período entre 2014 e 2020 foram várias as intervenções levadas a cabo na cidade de Coimbra, grande parte com incidência no centro histórico, enquadradas no respetivo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

O PEDU de Coimbra assenta em importantes prioridades de investimento tais como a mobilidade urbana sustentável, através da adoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, onde se incluem as áreas urbanas e onde se possa vir a verificar uma verdadeira aposta neste mesmo tipo de mobilidade. A regeneração urbana é a segunda prioridade que engloba vários tipos de medidas que visam, essencialmente, melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades e a última prioridade é a regeneração urbana tendo em conta as comunidades desfavorecidas que contempla um apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em diversas áreas da cidade (Câmara Municipal de Coimbra, 2022a).

O quadro 1 apresenta as intervenções integradas no PEDU distribuídas pelas respetivas prioridades de investimento.

Quadro 1 – Prioridade de Investimento e intervenções do PEDU de Coimbra.

Eixos de Investimento	Intervenções
Mobilidade urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Caminhos Pedonais Cruz de Celas/Baixa, Santa Clara, Arregaça e Loios • Ciclovia de Coimbra – Coimbra-B /Vale das Flores/Portela • Circular na Alta • Gestão de tráfego • Informação em tempo real • Integração tarifária • Interface intermodal Coimbra Norte – 1.ª Fase • Mobilidade digital • Postos de estacionamento de bicicletas
Regeneração urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Encosta da Sofia • Refuncionalização do Mercado D. Pedro V • Requalificação da Praça do Arnado e Rua Simões de Castro • Requalificação do Parque Manuel Braga • Requalificação do Terreiro da Erva • Residência “Ganhar Autonomia” • Rua para todos – Baixa e Rio • Rua para todos – Alta • Valorização da imagem da cidade e qualidade do espaço público • Valorização do Largo da Sé Velha • Valorização do percurso Universidade – Arco de Almedina • Valorização e revitalização da Praça do Comércio
Regeneração urbana associada a comunidades desfavorecidas	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação do edificado de carácter social dos Bairros do Ingote e EX-IGAPHE (IHRU) – 1.ª Fase • Requalificação do espaço público dos Bairros do Ingote e EX-IGAPHE (IHRU) – 1.ª Fase

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra (2022a)

Tendo em conta o quadro 1, na primeira prioridade de investimento pretendeu-se valorizar Coimbra como um potencial polo agregador e ponto de articulação do sistema de transportes, na medida em que se projetou a imagem da cidade para um melhor desempenho na temática dos transportes públicos. Pretendeu-se ainda, neste domínio, eliminar drasticamente as emissões de gases nocivos para a atmosfera para além de poder existir um maior recurso e aposta nos denominados meios suaves nas deslocações do dia-a-dia em condições de segurança e conforto (Câmara Municipal de Coimbra, 2022a).

Quanto à segunda prioridade, procederam-se às requalificações da Encosta da Sofia, da Refuncionalização do Mercado D. Pedro V, da Requalificação da Praça do Arnado e Rua Simões de Castro, do Parque Doutor Manuel Braga, a Requalificação do Terreiro da Erva, na Residência “Ganhar Autonomia”, e na Rua para Todos (Alta, Baixa e Rio). Valorizou-se a imagem da cidade e qualidade do espaço público, o Largo da Sé Velha, o Percurso Universidade – Arco de Almedina e a Praça do Comércio. Com esta prioridade pretendem-se dar outros rumos às dinâmicas de declínio existentes no centro da cidade, reforçando-a como um elemento central e de coesão do sistema urbano (Câmara Municipal de Coimbra, 2022a).

Serão levadas a cabo medidas para combater evidentes problemas presentes no próprio espaço urbano de Coimbra, tais como o edificado na área central da cidade, o progressivo envelhecimento da população local e uma conseqüente deserção, para além de se poder dar um melhor usufruto dos recursos físicos e imateriais. Assim sendo, o objetivo principal delineado prende-se com o facto de se renovar a zona histórica da cidade para passar a ser vista como um espaço valorizado e coeso e que seja capaz de atuar como um fio conector para o sistema urbano.

A última prioridade, incluiu a reabilitação de edifícios de cariz social e requalificação do espaço público presentes nos Bairros do Ingote e EX-IGAPHE (IHRU) – 1ª Fase, assim como se procedeu à implementação e criação de um equipamento âncora que servirá para a integração das comunidades mais desfavorecidas e atenderá às necessidades dos idosos e das famílias (Câmara Municipal de Coimbra, 2022a). Desta forma, os objetivos principais passam por combater evidentes assimetrias existentes nos agregados populacionais mais desfavorecidos realizando intervenções integradas e territorializadas onde existem inúmeras carências e fenómenos de exclusão (Câmara Municipal de Coimbra, 2022a).

O PEDU é, ainda, o elemento agregador de três instrumentos de planeamento, que suportam cada uma daquelas prioridades de investimento: o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

Relativamente ao PAMUS, este deverá assentar num papel pró-ativo na promoção de uma mobilidade integrada onde se deverão obter informações adequadas, fornecer aos utilizadores do sistema de transportes uma maior aquisição de conhecimentos e envolver o maior número possível de entidades e de atores que tenham motivações para proceder na participação e no conhecimento da mobilidade (CIM Região de Coimbra, 2018). O PAMUS, numa primeira fase, pretendeu definir ações que fossem obtidas a partir da divulgação, justificação e a discussão das soluções propostas, enquanto na segunda fase já pretendeu proceder a um plano de comunicação que envolvesse a divulgação, esclarecimento e sensibilização para se alcançarem opções de mobilidade mais sustentáveis onde a comunidade local possa também ter diferentes estratégias a adotar (CIM Região de Coimbra, 2018).

Desta forma, o PAMUS foi um instrumento absolutamente determinante para a área de estudo uma vez que poderá implementar inúmeras ações sustentáveis e amigas do ambiente tais como a adoção dos dias sem a condução de automóveis, ações de formação que pretendam ajudar na condução de bicicletas, na discussão acerca da segurança rodoviária nas deslocações pedonais e também divulgar redes de transportes suaves e de serviços de transporte público (CIM Região de Coimbra, 2018).

Tendo em conta o PARU de Coimbra, o mesmo encontra-se estruturado através de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) correspondente à Alta, à Baixa e à zona do Rio onde foram tidas em conta a definição de objetivos e prioridades a serem alcançadas.

No que concerne à Alta e tendo em conta as referências aos programas com claros impactos no Centro Histórico de Coimbra, pretender-se-á seguir com uma completa reparação, reabilitação e requalificação de todo o edificado existente. A aposta em habitar edifícios que se encontram degradados, nomeadamente os de maior carácter simbólico, permitirá com que esta zona da cidade se transforme por completo, enquanto se poderá incentivar a criação de diversos tipos de espaços que sirvam a população. A recuperação do comércio tradicional é um dos muitos objetivos em mente, uma vez que a Alta possui requisitos suficientes para estabelecer uma nova oferta, de características alternativas para além de se poder devidamente apoiar a reabilitação do património cultural. O espaço público é igualmente visado, na medida em que se pretenderão assegurar condições adequadas de segurança e higiene urbana, mas que permitam o reforço da qualidade urbana (Câmara Municipal de Coimbra, 2013b).

A Alta de Coimbra terá, ainda, de ver assegurada uma melhor mobilidade que garanta que a população local se desloque mais facilmente e que veja as suas condições de vida melhoradas dentro do ambiente urbano e do espaço público. É igualmente recomendada a criação e manutenção de uma relação de proximidade entre comerciantes, proprietários,

investidores e outros agentes locais. A concretização de todos estes aspetos poderá, inevitavelmente, trazer uma maior valorização urbana e patrimonial da Alta de Coimbra já que uma parte desta área encontra-se devidamente classificada pela UNESCO como Património Mundial e há que fazer imensos esforços para que este estatuto não desapareça (Câmara Municipal de Coimbra, 2013b).

Quanto à Baixa, torna-se necessária a valorização de atividades respeitantes ao comércio e serviços uma vez que a população possui, na sua ótica, exigências cada vez maiores que devem ser devidamente atendidas e onde possa existir uma extensão quanto ao tipo de perfil de potenciais consumidores. A habitabilidade terá que ter uma maior atenção já que se poderá proceder a uma potencial fixação e atração de residentes mais jovens, tais como a classe estudantil universitária, e onde a segurança dos edificados terá que ser consideravelmente melhorada. Devem ser garantidas condições dignas quanto à mobilidade na Baixa, sobretudo quanto aos modos pedonal e rodoviário, e que possam estabelecer uma imensa ligação entre todas as áreas presentes. Esta zona terá ainda, necessariamente, que possuir uma melhor conexão com outros núcleos funcionais da cidade onde se inclui a margem esquerda do Rio Mondego (Câmara Municipal de Coimbra, 2012b).

No que concerne ao Rio, há que valorizar a imensa ligação que o Centro Histórico da cidade estabelece com o Mondego.

Para tal, há que ter em conta a principal estação de comboios da cidade, Coimbra A, e convertê-la numa âncora funcional para visitantes e residentes na cidade ao mesmo tempo que se poderão valorizar os percursos pedonais que envolvem a área central da Baixa da cidade e à margem esquerda do Mondego e conectar as duas margens através de ligações físicas, funcionais e simbólicas. Todos os espaços verdes e públicos devem ser requalificados onde possamos assistir a um visível melhoramento das suas condições de vivência, enquanto a mobilidade nesta área da cidade deve estar devidamente assegurada (Câmara Municipal de Coimbra, 2012c).

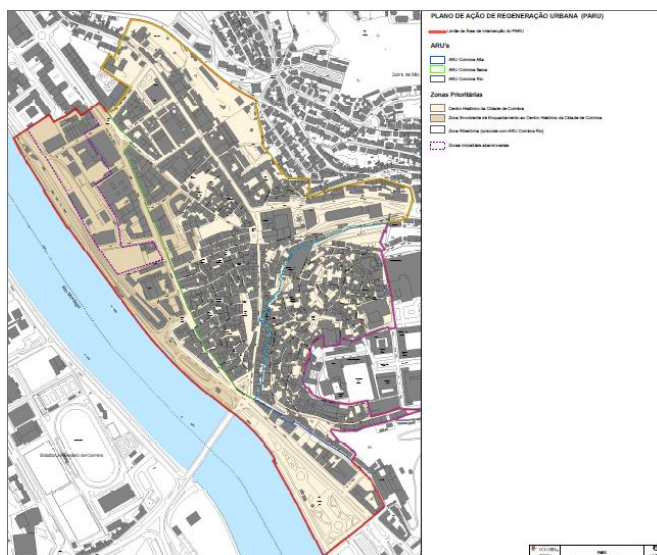


Figura 6 – PARU de Coimbra com a delimitação das ARU's da Alta, Baixa e Rio.

Fonte: Adaptado a partir de cartografia solicitada à Câmara Municipal de Coimbra e enviada pelo Engenheiro Civil Carlos Duarte (2022).

Quanto ao PAICD de Coimbra, o mesmo tem o seu foco centrado no Planalto do Ingote que inclui o próprio Bairro do Ingote, o Ex-IGAPHE, o Bairro da Rosa e o Centro Cívico do Planalto do Ingote onde foram executadas algumas ações e necessidades de intervenção derivadas deste mesmo plano.

Foram concretizadas ações de cariz social, nomeadamente nos edifícios dos dois primeiros espaços anteriormente mencionados, onde se pretenderam implementar melhores condições de conservação além de melhores condições de conforto e de habitabilidade. Alguns detalhes foram igualmente tidos em conta como as questões térmicas e outras relacionadas com espaços e equipamentos comuns onde se incluem as entradas das habitações e dos intercomunicadores nelas presentes, caixas para a entrega de correspondência postal, entre outros (Câmara Municipal de Coimbra, 2015)

O espaço/via pública destas três primeiras áreas foi um dos alvos a ser intervencionado, na qual foram estabelecidas inúmeras medidas como a reabilitação de passeios e muros presentes, a aposta na melhoria da rede de iluminação pública e, essencialmente, um maior cuidado com os espaços verdes através da manutenção de zonas ajardinadas e de plantios de árvores de embelezamento e sombreamento (Câmara Municipal de Coimbra, 2015).

Outro local que será igualmente mencionado será o Centro Cívico do Planalto do Ingote que será tido como um equipamento plurifuncional onde teremos a presença de bairros que serão habitados pelas classes sociais mais carenciadas e que, naturalmente, não terão um contínuo acompanhamento por parte das entidades competentes. Por outro lado, este Centro

servirá como um elo de forte ligação à população residente ao mesmo tempo que funcionará como um polo atrativo sobre outras faixas etárias (Câmara Municipal de Coimbra, 2015).

Este mesmo Centro funcionará como um polo de atração à cidade muito por causa da significativa oferta de equipamentos e serviços que irá prestar à população, assim como pretenderá proceder a um desenvolvimento futuro dos bairros sociais e cooperativos presentes no Planalto do Ingote. Assegurar-se-á uma plena e devida integração dos estratos sociais mais desfavorecidos ao mesmo tempo que o Centro irá assumir uma função lúdica, através da utilidade que terá como equipamento desportivo e cultural que servirá a população de Coimbra (Câmara Municipal de Coimbra, 2015).

O Centro Cívico do Planalto do Ingote será, ainda, servido por quatro unidades funcionais. A primeira, através da implementação de um Centro Residencial e Social, terá um lar destinado a crianças e jovens em risco, alojamentos destinados à população idosa e uma rede de cuidados continuados, a partir da vertente da saúde e social, que se destinará a cidadãos em situação de dependência e/ou autonomia. A segunda unidade será uma área reservada para a prática de desporto onde irão existir eventos das mais diversas modalidades indoor destinadas para a população local para além de poderem ter em conta diferentes estruturas desportivas e associativas. A terceira unidade irá cingir-se a fins culturais através de espetáculos de natureza artística que irão servir toda a população, para além dos estabelecimentos de ensino – nomeadamente as escolas – e os grupos informais. A quarta e última unidade será constituída por uma área para fins sociais e lúdicos, através de locais que terão salas de estudo e leitura, instalações associativas, infraestruturas de inserção social, cantinas, entre outros. Serão ainda prestados apoios à população que resida nas áreas contíguas deste mesmo Centro por sociólogos e técnicos de serviço social (Câmara Municipal de Coimbra, 2015).

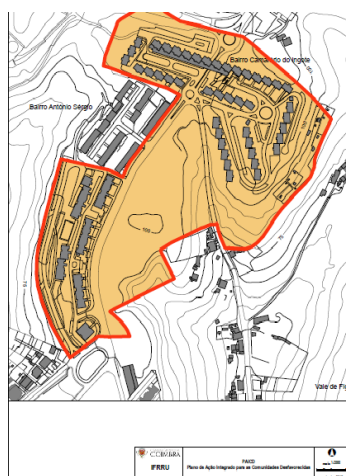


Figura 7 – PAICD de Coimbra com a delimitação da área correspondente ao Planalto do Ingote.

Fonte: Adaptado a partir de cartografia solicitada à Câmara Municipal de Coimbra e enviada pelo Engenheiro Civil Carlos Duarte (2022).

Os quadros seguintes sintetizam as intervenções relacionadas com a reabilitação e requalificação urbana realizadas no âmbito do Centro 2020 com incidência no centro histórico.

Quadro 2 – Intervenções identificadas no centro histórico de Coimbra.

<i>Beneficiário (os)</i>	<i>Nome do Projeto</i>	<i>Investimento Ilegível</i>	<i>Fundo Total Aprovado</i>	<i>Eixo Prioritário</i>	<i>Objetivo Temático</i>	<i>Prioridade de Investimento</i>	<i>Domínio de Intervenção</i>	<i>Programa (s)</i>
Município de Coimbra	Requalificação do Parque Manuel Braga	3.984.608,12 €	3.386.916,90 €	Reforçar a rede urbana	Preservação e proteção do ambiente, promoção da eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
Município de Coimbra	Valorização do Largo da Sé Velha	929.295,76€	789.901,40 €	Reforçar a rede urbana	Preservação e proteção do ambiente, promoção da eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
DRCC	Requalificação da Sé Nova	415.522,50 €	353.194,12 €	Afirmar a sustentabilidade dos territórios	Preservação e proteção do ambiente, promoção da eficiência energética	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
Município de Coimbra	Valorização do Percurso Universidade / Arco de Almedina (Rua Borges Carneiro, Rua do Norte, Largo José Rodrigues e Rua de São João)	360.993,85 €	306.844,77 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
Município de Coimbra	Valorização do Percurso Universidade / Arco de Almedina (Rua e Largo do Quebra Costas)	523.547,24 €	445.015,15 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
Município de Coimbra	Rua para Todos (Alta, Rua João Machado, Rua Dr. Manuel Rodrigues, Rua Direita e Rua da Nogueira)	2.868.094,07 €	2.437.879,95 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
Universidade de Coimbra	Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes	3.591.677,00 €	3.052.925,45 €	Afirmar a sustentabilidade dos territórios	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
Município de Coimbra	Valorização da Imagem da Cidade e Qualidade do Espaço Público	297.112,45 €	252.545,58 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
Município de Coimbra	Desassoreamento da Albufeira do Açude e Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra	14.359.606,87 €	14.359.606,87 €	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resiliência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	Planeamento e gestão de riscos	POSEUR
Infraestruturas de Portugal, S.A.	Sistema de Mobilidade do Mondego – Aplicação de um Sistema MetroBus	61.510.133,32 €	24.050.462,13 €	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono	Promoção de estratégias de baixo teor de carbono, nomeadamente as zonas urbanas, a promoção da mobilidade urbana multimodal	Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)	POSEUR

Fonte: Portal Centro 2020 (2023) – projetos aprovados, Portal Portugal 2020 (2023) – lista de operações aprovadas e Portal POSEUR (2023b) – candidaturas aprovadas

Quadro 3 – Intervenções identificadas no centro histórico de Coimbra.

<i>Beneficiário (os)</i>	<i>Nome do Projeto</i>	<i>Investimento Ilegível</i>	<i>Fundo Total Aprovado</i>	<i>Eixo Prioritário</i>	<i>Objetivo Temático</i>	<i>Prioridade de Investimento</i>	<i>Domínio de Intervenção</i>	<i>Programa (s)</i>
<i>Município de Coimbra</i>	Requalificação do Terreiro da Erva	536.739,68 €	456.228,73 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
<i>Município de Coimbra</i>	Encosta da Sofia	439.827,34 €	373.853,24 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
<i>Município de Coimbra</i>	Igreja do Convento de S. Francisco	1.720.155,22 €	1.462.131,94 €	Afirmar a sustentabilidade dos territórios	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
<i>Município de Coimbra</i>	Requalificação da Praça do Arnado e Rua Simões de Castro	396.783,90 €	337.266,32 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
<i>Município de Coimbra</i>	Refuncionalização do Mercado D. Pedro V	1.607.573,77 €	1.366.437,70 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
<i>Município de Coimbra</i>	Valorização e Revitalização da Praça do Comércio	488.455,07 €	415.186,81 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
<i>Município de Coimbra</i>	Caminhos Pedonais de Cruz de Celas – Baixa / Arregaça e Lóios	1.308.333,66 €	1.112.083,61 €	Reforçar a rede urbana	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	Promoção de estratégias de baixo teor de carbono, nomeadamente as zonas urbanas, a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável	Ciclovias e vias pedonais	Centro 2020 e Portugal 2020
<i>Município de Coimbra</i>	Caminhos Pedonais de Santa Clara / Calçada de Sta. Isabel	1.115.092,41 €	947.828,55 €	Reforçar a rede urbana	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	Promoção de estratégias de baixo teor de carbono, nomeadamente as zonas urbanas, a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável	Ciclovias e vias pedonais	Centro 2020 e Portugal 2020
<i>Município de Coimbra</i>	Residência Ganhar Autonomia	911.086,47 €	774.423,50 €	Reforçar a rede urbana	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	Melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e redução da poluição do ar	Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	Centro 2020 e Portugal 2020
<i>Município de Coimbra</i>	Reabilitação nos Bairros Sociais – Eficiência Energética – Bairro da Conchada	447.845 €	380.668 €	Afirmar a sustentabilidade dos recursos	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas	Renovação do parque habitacional existente no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	Centro 2020 e Portugal 2020

Fonte: Portal Centro 2020 (2023) – projetos aprovados e Portal Portugal 2020 (2023) – lista de operações aprovadas

Em relação aos quadros 2 e 3, os promotores foram maioritariamente públicos sendo o Município de Coimbra o que mais se destaca. Importa mencionar, por outro lado, a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) com a Requalificação da Sé Nova, a Universidade de Coimbra com a Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes e as Infraestruturas de Portugal com o Sistema de Mobilidade do Mondego – MetroBus.

A intervenção que teve o maior investimento ilegível foi o MetroBus com mais de 61 milhões de euros aplicados. Os eixos prioritários que mais se destacam são o eixo reforçar a rede urbana e afirmar a sustentabilidade dos territórios. O objetivo temático dominante é o da preservação, proteção do ambiente e a promoção da eficiência energética enquanto na prioridade de investimento destaca-se melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades e a redução da poluição do ar. No domínio de intervenção destaca-se amplamente a proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais.

De seguida, a análise do(s) objetivo(s) principal(is) de cada uma das intervenções será devidamente detalhada.

A Requalificação do Parque Manuel Braga (figura 8) englobou a substituição e plantação de espécies vegetais, a estabilização dos muros existentes, a construção de infraestruturas sanitárias, a recuperação e requalificação de pavimentos e mobiliário urbano, a renovação do sistema de drenagem, a aposta na segurança através da colocação de nova iluminação pública e cénica e a reabilitação do coreto (Câmara Municipal de Coimbra, 2020).

A Requalificação da Sé Nova (figura 9) visou essencialmente elementos estéticos uma vez que se procedeu à recuperação de diversos materiais tais como madeiras, estruturas metálicas (...), sinos de bronze, à restauração dos azulejos e estátuas presentes, à requalificação das suas coberturas, à remoção de massas de rebocos e reaplicação com argamassas tradicionais de cal e à limpeza e restauro de cantaria (Teixeira Duarte Construção, 2023).

Quanto à Requalificação e Valorização do Largo da Sé Velha (figura 10), a intervenção pretendeu dar continuidade à melhoria da mobilidade e segurança pedonal, à criação de mais esplanadas e à organização da circulação e estacionamento automóvel nesta zona. Foram tidos em conta objetivos respeitantes à modernização de redes do subsolo, repavimentação integral, implementação de zonas bem-estar e conforto, a plantação de exemplares arbóreos e a recuperação total deste espaço público que permita um crescente protagonismo ao peão e uma otimização de relações com o edificado (Câmara Municipal de Coimbra, 2022b).



Figura 8 – Intervenção no Parque Manuel Braga.

Fonte: Do autor (2022).



Figura 9 – Compilação de fotografias respeitantes à intervenção da Sé Nova.

Fonte: Teixeira Duarte Construção (2023); Do autor (2022 e 2023).



Figura 10 – Compilação de fotografias respeitantes à intervenção da Sé Velha.

Fonte: Do autor (2022 e 2023).

Na “Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina” (figuras 11 e 12), procurou-se melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade juntamente com a renovação dos pavimentos, através da colocação de degraus de granito, uma completa reformulação das infraestruturas, assim como a reabilitação correspondente ao edificado confinante com os arruamentos (Câmara Municipal de Coimbra, 2023a). Quanto à figura 13, integrante na mesma intervenção, pretendeu-se introduzir material mais resistente e com maior atrito com a finalidade de se criar um percurso pedestre mais confortável (Câmara Municipal de Coimbra, 2021).

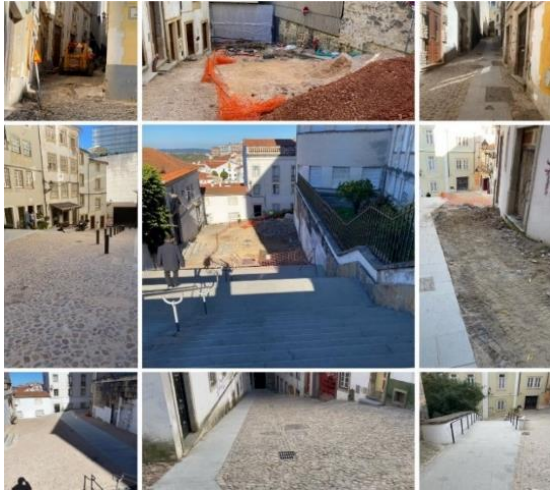


Figura 11 – Intervenções na Rua Borges Carneiro e Rua do Norte.

Fonte: Do autor (2022).

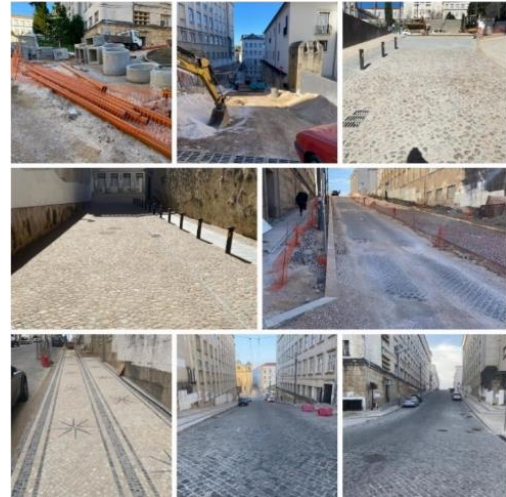


Figura 12 – Intervenções no Largo José Rodrigues e Rua São João.

Fonte: Do autor (2022 e 2023).



Figura 13 – Intervenção realizada na Rua e Largo do Quebra Costas.

Fonte: Um Pigo de Luz (2012); Do autor (2022)

Tendo em conta os locais retratados na figura 14, integrantes na intervenção “Rua para Todos”, os objetivos delineados foram a substituição do pavimento por lajeado de granito assim como por lancis de granito de forma a promover-se a melhoria da circulação pedonal, circulação viária e acessos ao edificado. Foram ainda realizadas renovações no conjunto de infraestruturas existentes e remoções de cabos nas fachadas dos edifícios (Câmara Municipal de Coimbra, 2023b). Quanto aos locais representados na figura 15, igualmente integrantes na mesma intervenção, os objetivos delineados foram os mesmos, com o foco situado no facto de se dotarem as duas ruas com pavimentos confortáveis para os peões, através da colocação de lajes de granito, de forma a melhorar-se a circulação pedonal. Foram ainda feitas referências às redes de água potáveis e pluviais, de saneamento básico, rede elétrica e a rede de telecomunicações (Câmara Municipal de Coimbra, 2023c)



Figura 14 – Intervenções na Rua João Machado e Rua Dr. Manuel Rodrigues.

Fonte: Fotografias cedidas pelo Eng.º Civil João Neves e pela Arqueóloga Raquel Santos; Do autor (2022).



Figura 15 – Intervenções na Rua Direita e Rua da Nogueira.

Fonte: Fotografias cedidas pelo Eng.º Civil João Neves; Do autor (2022 e 2023).

A intervenção na Universidade de Coimbra, nomeadamente Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes (figura 16), teve como objetivo principal a salvaguarda e preservação do Património Histórico Edificado através de uma cuidadosa minimização das causas de degradação patrimonial (Universidade de Coimbra, 2023).

No âmbito da “Valorização da Imagem da Cidade e Qualidade do Espaço Público” procedeu-se à renovação da imagem de Coimbra concretizando-se um modelo personalizado de sinalética que, por sua vez, permitisse identificar e valorizar locais/símbolos de património mundial, assim como os percursos pelas ruas da Alta de Coimbra (figura 17). Procedeu-se, ainda, à transcrição para língua portuguesa e inglesa, juntamente com a inserção do símbolo do Património Mundial, dos edifícios incluídos no conjunto Universidade de Coimbra-Alta e Sofia. Todas as transcrições vieram devidamente acompanhadas por uma breve descrição e caracterização (Câmara Municipal de Coimbra, 2023d).



Figura 16 – Intervenção da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes.

Fonte: Do autor (2022 e 2023).



Figura 17 – Intervenção Valorização da Imagem da Cidade e Qualidade do Espaço Público.

Fonte: Do autor (2022 e 2023).

Tendo em conta o local da figura 18, os objetivos da intervenção foram a melhoria das condições hidrodinâmicas do escoamento e a implementação de uma coluna de água de maiores dimensões no Rio Mondego através da retirada de um volume de 700.000 m³ de sedimentos da albufeira. Também se procedeu à estabilização, recuperação e criação de estruturas de contenção da margem direita do rio entre a ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra, uma vez que existiam troços que se encontravam num estado preocupante e de contínua degradação (Câmara Municipal de Coimbra, 2023e).

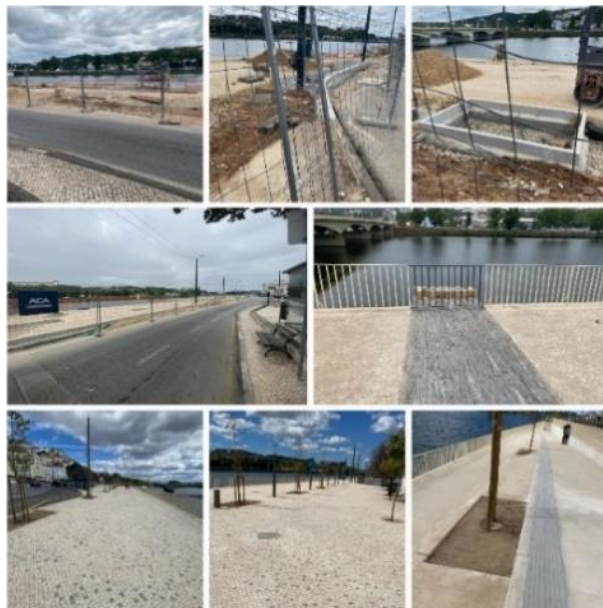


Figura 18 – Intervenção do Desassoreamento da Albufeira do Açude – Ponte de Coimbra e Estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra.

Fonte: Do autor (2022 e 2023).

A intervenção do MetroBus (figura 19), mais conhecida como Sistema de Mobilidade do Mondego, irá ter como principal objetivo a implementação de um veículo elétrico no desativado Ramal da Lousã e em toda a área de Coimbra, sendo que permitirá ligar Serpins, Lousã e Miranda do Corvo até à cidade onde, igualmente, a Estação Coimbra B e o eixo central da cidade estarão incluídos (Portal Portugal 2020, 2023). A intervenção no Terreiro da Erva (figura 20) consistiu na reparação de pavimentos e de elementos arbóreos, sendo que o espaço ficou com uma imagem mais consistente e devolveu o dinamismo social e cultural que se encontrava abandonado. Também se pretendeu respeitar o caráter histórico do local para a população (Portal Centro 2020, 2023).

Na Encosta da Sofia valorizou-se e promoveu-se a circulação pedonal, assim como a acessibilidade e uma reestruturação da circulação viária. A ligação Travessa de Montarroio/Ladeira do Carmo/Rua de Aveiro é de extrema importância, uma vez que reduz o trânsito automóvel que se faz sentir pela Rua da Sofia. A mesma permitirá com que a Encosta seja uma área de escolha para veículos prioritários/de emergência e melhore significativamente a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, para além de que a requalificação da área nela inserida seja vista como um incentivo à revitalização e valorização do edificado (Câmara Municipal de Coimbra, 2023f). A Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco (figura 21) pretendeu devolver à população uma nova imagem. Sendo que se trata de um espaço que está inserido num circuito turístico, a cidade de Coimbra ganhou um novo local de interesse que aumentou e enriqueceu a sua oferta cultural. (Portal Portugal 2020, 2023).



Figura 19 – Intervenção do MetroBus.

Fonte: Fotografia cedida por Susana Silva (2024).



Figura 20 – Intervenção no Terreiro da Erva.

Fonte: Fotografia cedida por Susana Silva (2024).



Figura 21 – Intervenção na Igreja do Convento de S. Francisco.

Fonte: Do autor (2018).

A intervenção na Praça do Arnado e Rua Simões de Castro (figura 22) pretendeu integrar ações de conservação e melhoria com a comodidade e segurança na circulação pedonal. Modernizou-se a área através de valorizações paisagísticas que eliminaram obstáculos, reduziu-se o movimento automóvel em trajetos desnecessários, rebaixaram-se lancis de modo a serem criadas mais facilidades de circulação para pessoas com mobilidade reduzida e pretendeu-se, sobretudo, marcar os locais para uma inserção na zona histórica e classificada da cidade. (Câmara Municipal de Coimbra, 2023g). No Mercado D. Pedro V (figura 23) foram incluídas as obras de manutenção do edifício com vista a assistir-se a uma nova inauguração e funcionamento do mesmo. Foram também implementados locais para diversos eventos e foram demolidos edifícios espúrios (Portal Centro 2020, 2023). Na Praça do Comércio (figura 24) procedeu-se à reparação e correção do seu espaço central e foram criadas zonas de lajeado em torno da Igreja de S. Bartolomeu com o intuito de se ver potencializada o seu usufruto através das esplanadas envolventes e outras atividades de cariz pedonal (Portal Portugal 2020, 2023).

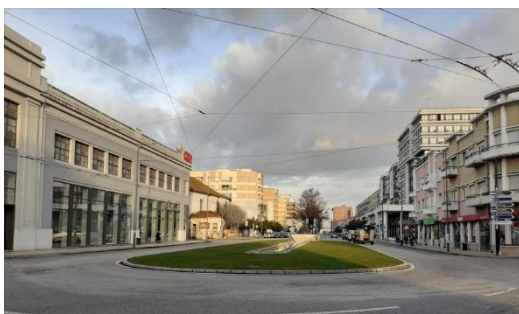


Figura 22 – Intervenção na Praça do Arnado e Rua Simões de Castro.

Fonte: Fotografia cedida por Susana Silva (2024).



Figura 23 – Intervenção no Mercado D. Pedro V.

Fonte: Fotografia cedida por Susana Silva (2024).



Figura 24 – Intervenção na Praça do Comércio.

Fonte: Fotografia cedida por Susana Silva (2024).

Quanto aos Caminhos Pedonais de Cruz de Celas – Baixa / Arregaça e Lóios, melhoraram-se as condições de circulação pedonal e a qualidade ambiental do espaço físico de acordo com o seu valor patrimonial. O grau de degradação e desconforto foram diminuídos sendo que se ampliou esta área a uma circulação suave. Foram ainda observadas na zona da Arregaça – Lóios a degradação de passeios resultantes de erosões provocadas por escorrências superficiais. Com os espaços totalmente renovados e destinados à circulação pedonal suave e que ofereça uma experiência mais confortável e esteticamente agradável, será possível captar mais turismo e visitantes (Câmara Municipal de Coimbra, 2023h). Nos Caminhos Pedonais de Santa Clara / Calçada de Santa Isabel (figura 25), pretendeu-se melhorar a acessibilidade dos percursos na área do segundo local tendo em conta a segurança, o conforto e acessibilidade de modo a que a circulação pedonal seja assegurada através de pavimento em calçada de seixo, a colocação de guardas e corrimãos, iluminação, zonas de estacionamento próprias e modernização de infraestruturas urbanas. Devido ao facto de existir um grande número de transeuntes destes Caminhos, a intervenção tornou-se necessária devido à sustentabilidade social e ambiental da zona. Uma vez que a zona se tornou num local com vistas privilegiadas para a paisagem de Coimbra, pretenderam-se criar condições para uma maior contemplação da mesma e, simultaneamente, dotar o espaço com mobiliário urbano característico para com a especificidade do local. (Câmara Municipal de Coimbra, 2023i).

Quanto à intervenção na Residência Ganhar Autonomia (figura 26), procedeu-se à reabilitação de um edifício presente no Centro Histórico de Coimbra conhecido como a Casa das Cruzes. De uma forma geral, promoveram-se melhorias na habitação que padecia de infiltrações, de degradação dos materiais, quanto ao nível térmico e acústico de modo a oferecer uma melhor sustentabilidade energética assim como nas suas áreas envolventes através de uma transformação do seu espaço exterior e a implementação de iluminação e ventilação no seu interior. Foram melhoradas as condições de habitabilidade com a criação de unidades de

alojamento e uma remodelação das redes de infraestruturas como a rede elétrica, de água e de telecomunicações (Câmara Municipal de Coimbra, 2023j).

Quanto à intervenção no Bairro da Conchada, a mesma consistiu na reabilitação energética de 28 frações integradas em três edifícios. Melhorou-se o desempenho energético com a garantia da qualidade do ar interior, uma salubridade devida, o aumento no conforto térmico dos residentes, a redução e racionalização do consumo energético dos edificadados e a diminuição nas emissões de gases com efeito de estufa. (Câmara Municipal de Coimbra, 2023k).



Figura 25 – Intervenção nos Caminhos Pedonais de Santa Clara / Calçada de Santa Isabel.

Fonte: Fotografia cedida por Susana Silva (2024).



Figura 26 – Intervenção na Residência Ganhar Autonomia.

Fonte: Fotografia cedida por Susana Silva (2024).

Capítulo V - Avaliação das intervenções realizadas no âmbito do Portugal2020/Centro2020 na cidade de Coimbra: A perceção dos residentes e frequentadores

5.1. Nota metodológica

Este questionário foi direccionado a indivíduos com mais de 18 anos, residentes ou frequentadores regulares da cidade de Coimbra em trabalho e/ou lazer. O mesmo será alvo de devidas análises nos pontos seguintes. Quanto ao objetivo traçado para o mesmo, pretendeu-se conhecer a perceção dos residentes e frequentadores da cidade de Coimbra sobre as intervenções de Reabilitação e Requalificação Urbana no Centro Histórico, no âmbito do Portugal 2020/Centro 2020.

A estrutura que se adotou para os inquéritos foi a seguinte:

Questão Prévia – Procurou-se diferenciar os indivíduos que residiam na cidade de Coimbra e aqueles que não eram residentes, mas frequentadores habituais em trabalho e/ou lazer.

Secção I – Perfil sociodemográfico dos inquiridos: pretendeu-se obter conhecimentos acerca do género, idade, habilitações literárias, situação profissional e o concelho de residência habitual dos mesmos e, por um lado, para especificarem, em caso da resposta a cidade de Coimbra, se residiam nesta.

Secção II – Reabilitação, requalificação e centros históricos: procurou-se apurar a opinião dos inquiridos quanto ao estado de conservação da Alta e Baixa de Coimbra, o nível de conhecimento face a determinados Programas, Planos e Instrumentos Financeiros para a Revitalização Física e Funcional que foram ou estão a ser implementados na cidade. Foram ainda tidos em conta os conhecimentos dos inquiridos quanto a um conjunto amplo de intervenções no Centro Histórico de Coimbra, para além de se ter apurado o grau de concordância/discordância e o grau de satisfação quanto às intervenções que foram levadas a cabo e quanto às que já se encontravam quase concluídas ou já concluídas, respetivamente.

Secção III – Perceção sobre as mais recentes intervenções de reabilitação e requalificação do Centro Histórico de Coimbra: baseou-se numa pergunta que incluiu um conjunto de opiniões relativamente às intervenções que têm sido/já foram realizadas no Centro Histórico acompanhado por uma questão aberta relativa a outros impactos, positivos ou negativos, que os inquiridos consideraram relevantes acrescentar acerca das mesmas.

O tipo de amostra utilizado foi a amostra por conveniência, pertencente à amostragem não probabilística e aleatória, uma vez que se pretendeu obter uma facilidade de acesso a um

grande número de inquiridos num determinado intervalo de tempo. Também foi utilizada a bola de neve, não probabilística, que consistiu no crescimento da amostra através do reenvio do questionário por parte dos inquiridos para outros.

O questionário foi aplicado online através da plataforma Google Drive (95,6% das respostas) e de forma presencial (4,4% das respostas).

De acordo com os dados apurados na tabela 1, verifica-se um equilíbrio entre o tipo de inquirido quanto à sua relação com a cidade. Pouco mais de 51% dos inquiridos identificaram-se como residentes na cidade de Coimbra e cerca de 49% identificaram-se como não residente mas frequentador em trabalho e/ou lazer.

Tabela 1 – Questão prévia relativa ao facto dos inquiridos serem, ou não, residentes na cidade de Coimbra.

Residente na cidade de Coimbra	Não residente, mas frequentador habitual em trabalho e/ou lazer
51,3%	48,7%

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

5.2. Perfil sociodemográfico dos inquiridos

Mais de metade da amostra (60%) pertencia ao sexo feminino e aproximadamente 40% ao sexo masculino (gráfico 13). O gráfico 14 demonstra-nos que existiu uma diversidade quanto à idade dos inquiridos, sendo que as faixas etárias que mais se destacaram foram a dos 18-24 anos (36%), 45-54 anos (21,5%), 55-64 anos (13,5%) e a dos 25-34 anos (11,3%).



Gráfico 13 – Género dos inquiridos.

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

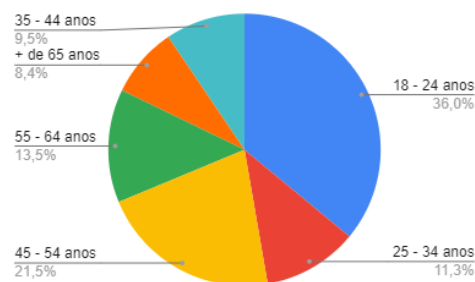


Gráfico 14 – Idade dos inquiridos.

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

No que diz respeito às habilitações literárias (tabela 2), destacam-se a licenciatura com 36,7%, o secundário com 33,1%, o mestrado com praticamente 11% e a pós-graduação com 7,3%.

No âmbito da situação profissional (tabela 3), uma larga maioria dos inquiridos identificou-se como estudante (cerca de 31%), 15,1% com quadro médio ou superior, 14% como funcionário(a) comercial ou administrativo(a), 9,6% como pensionista/reformado(a), 5,1% como profissional liberal, 4,4% como empresário(a) em nome individual e 3% como operário(a) e doméstica/desempregado(a).

Tabela 2 – Habilitações literárias dos inquiridos.

Habilitações literárias	Valores (%)
Licenciatura	36,7%
Secundário	33,1%
Mestrado	10,9%
Pós-Graduação	7,3%
1º Ciclo	4,7%
3º Ciclo	3,6%
2º Ciclo	1,8%

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

Tabela 3 – Situação profissional dos inquiridos.

Situação profissional	Valores (%)
Estudante	30,9%
Quadro médio ou superior	15,1%
Funcionário(a) comercial ou administrativo(a)	14%
Pensionista/Reformado(a)	9,6%
Profissional liberal	5,1%
Empresário(a) em nome individual	4,4%
Operário(a)	2,9%
Doméstica/Desempregado(a)	2,9%

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

Quanto ao concelho de residência habitual (tabela 4), uma larga maioria dos inquiridos (62,1%) elegeu Coimbra. Destacam-se Condeixa-a-Nova com 5,5%, Cantanhede com 3,3%, Miranda do Corvo com 2,6%, Figueira da Foz e Viseu com 1,8% e, ainda, a comunidade estrangeira com uma resposta de um inquirido proveniente de Wetzikon (Suíça), outro de Dublin (República da Irlanda) e outro de Cracóvia (Polónia). Embora 60,4% dos inquiridos tenham referido o concelho de Coimbra estes não residem na cidade. Por outro lado 39,6% são residentes na cidade (gráfico 15).

Tabela 4 – Concelho de residência habitual dos inquiridos.

Concelho/Cidade de residência habitual	Valores (%)
Coimbra	62,1%
Condeixa-a-Nova	5,5%
Cantanhede	3,3%
Miranda do Corvo	2,6%
Figueira da Foz	1,8%
Viseu	1,8%
Wetzikon (Suíça)	0,4%
Dublin (República da Irlanda)	0,4%
Cracóvia (Polónia)	0,4%

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

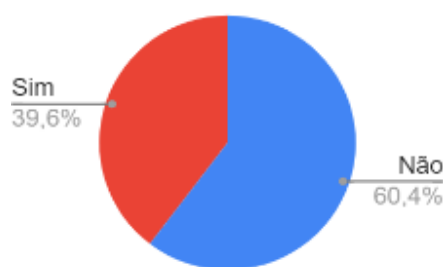


Gráfico 15 – Questão relativa ao facto de no caso dos inquiridos referirem o concelho de Coimbra se residem na cidade.

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

5.3. Reabilitação, requalificação urbana e centros históricos

De acordo com a tabela 5, na Alta as opiniões encontram-se muito equilibradas, com 47,3% dos inquiridos a considerarem-na degradada ou em mau estado e 45,8% como pouco degradada ou em bom estado. Por outro lado, uma larga maioria dos inquiridos (59,6%) considerou a Baixa do Centro Histórico de Coimbra degradada ou em mau estado, 21,1% considerou-a como pouco degradada ou em bom estado, enquanto praticamente 19% a considerou muito degradada/em muito mau estado.

Tabela 5 – Opinião dos inquiridos acerca do estado de conservação da Alta e Baixa do Centro Histórico de Coimbra.

Estado de Conservação da do Centro Histórico de Coimbra	Alta (%)	Baixa (%)
Degradada/Mau Estado	47,3%	59,6%
Pouco Degradada/Bom Estado	45,8%	21,1%
Muito Degradada/Muito Mau Estado	6,2%	18,9%

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

Tendo em conta a tabela 6, tanto os residentes como os não residentes, mas frequentadores habituais em trabalho e/ou lazer demonstram ter pouco ou nenhum conhecimento acerca de todos os programas, planos e instrumentos financeiros implementados.

Por outro lado tanto os residentes como os não residentes revelam ter algum conhecimento de quase todos os programas, planos e instrumentos financeiros implementados.

Tabela 6 – Conhecimento dos inquiridos, de acordo com o facto de serem ou não serem residentes em Coimbra, face aos programas, planos e instrumentos financeiros para a Revitalização Física e Funcional que foram ou estão a ser implementados na cidade.

Questão prévia	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRAVIVA
Não residente, mas frequentador habitual em trabalho e/ou lazer	134	133	133	133	133	133	133	133	133	133
Nenhum	52	52	52	52	52	52	52	52	52	62
Pouco	41	41	41	41	41	41	41	41	41	31
Algum	30	30	30	30	30	30	30	30	30	26
Bastante	8	8	8	8	8	8	8	8	8	10
Todo	3	2	2	2	2	2	2	2	2	4
Residente na cidade de Coimbra	139	139	136	137	137	136	137	137	137	136
Nenhum	37	37	36	37	37	37	37	37	37	63
Pouco	49	49	49	49	49	48	49	49	49	47
Algum	37	37	37	37	37	37	37	37	37	21
Bastante	13	13	13	13	13	13	13	13	13	5
Todo	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

Atendendo à tabela 7, todas as faixas etárias revelam nenhum e/ou pouco conhecimento dos programas, planos e instrumentos financeiros sendo que a dos 18-24 e a dos 45-54 anos são as que mais se destacam. Por outro lado, as mesmas faixas etárias revelam ainda algum conhecimento acerca do Portugal 2020, Centro 2020, Compete 2020 e do Programa Polis.

Tabela 7 – Conhecimento dos inquiridos, de acordo com as faixas etárias, face aos programas, planos e instrumentos financeiros para a Revitalização Física e Funcional que foram ou estão a ser implementados na cidade.

18-24 anos	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRAVIVA
Nenhum	28	23	28	39	68	68	65	72	56	45
Pouco	24	18	24	27	20	20	19	18	27	28
Algum	31	32	31	23	8	8	8	5	11	17
Bastante	12	22	12	7	2	2	5	3	4	5
Todo	3	3	3	2	0	0	1	0	0	2
25-34 anos	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRAVIVA
Nenhum	8	5	8	15	23	23	22	23	17	14
Pouco	8	7	8	9	7	7	8	7	9	8
Algum	11	11	11	4	1	1	1	0	4	7
Bastante	4	8	4	3	0	0	0	1	1	2
Todo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35-44 anos	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRAVIVA
Nenhum	10	7	9	9	20	20	20	20	14	12
Pouco	8	7	8	8	3	3	3	4	7	7
Algum	5	9	5	6	2	2	3	2	4	6
Bastante	2	2	2	2	1	1	0	0	1	1
Todo	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
45-54 anos	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRAVIVA
Nenhum	18	14	18	22	40	40	39	41	27	20
Pouco	23	20	23	24	14	13	15	15	21	23
Algum	15	16	15	12	3	3	3	2	7	10
Bastante	3	9	3	1	2	2	1	0	4	5
Todo	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
55-64 anos	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRAVIVA
Nenhum	13	12	12	15	20	20	22	20	13	16
Pouco	14	14	14	11	11	10	7	10	9	10
Algum	6	6	6	6	2	2	2	2	7	5
Bastante	1	2	1	1	0	0	0	1	2	1
Todo	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1
+ de 65 anos	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRAVIVA
Nenhum	16	15	16	16	19	19	18	20	16	18
Pouco	4	4	4	5	2	2	3	1	2	2
Algum	3	3	3	2	1	1	1	1	3	1
Bastante	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Todo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

Na tabela 8, os inquiridos que possuem secundário e licenciatura são os que demonstram ter pouco e/ou nenhum conhecimento de todos os programas, planos e instrumentos financeiros.

Por outro lado os que possuem licenciatura, em detrimento do secundário, revelam ter

ligeiramente mais algum conhecimento no Portugal 2020, Centro 2020, Compete 2020 e Programa Polis.

Tabela 8 – Conhecimento dos inquiridos, de acordo com as habilitações literárias, face aos programas, planos e instrumentos financeiros para a Revitalização Física e Funcional que foram ou estão a ser implementados na cidade.

1º Ciclo	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRATIVA
Nenhum	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11
Pouco	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Algum	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bastante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Todo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º Ciclo	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRATIVA
Nenhum	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4
Pouco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Algum	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Bastante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Todo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3º Ciclo	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRATIVA
Nenhum	3	3	3	4	5	5	5	5	5	5
Pouco	4	5	4	4	3	3	3	3	3	3
Algum	3	2	3	2	1	1	1	1	1	1
Bastante	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Todo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secundário	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRATIVA
Nenhum	31	25	29	38	28	28	28	28	28	28
Pouco	35	30	35	31	27	26	27	27	27	27
Algum	18	22	18	14	22	22	22	22	22	22
Bastante	2	8	2	2	7	7	7	7	7	7
Todo	1	1	1	0	2	2	2	2	2	2
Licenciatura	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRATIVA
Nenhum	32	22	32	41	29	29	29	29	29	29
Pouco	23	22	23	30	31	31	31	31	31	31
Algum	36	37	36	23	22	22	22	22	22	22
Bastante	9	19	9	6	18	18	18	18	18	18
Todo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pós-Graduação	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRATIVA
Nenhum	4	3	4	4	1	1	1	1	1	1
Pouco	4	4	4	7	3	3	3	3	3	3
Algum	6	6	6	6	11	11	11	11	11	11
Bastante	5	6	5	2	3	3	3	3	3	3
Todo	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Mestrado	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRATIVA
Nenhum	7	7	7	12	9	9	9	9	9	8
Pouco	11	5	11	9	9	9	9	9	9	9
Algum	8	10	8	7	8	8	8	8	8	8
Bastante	4	8	4	2	4	4	4	4	4	4
Todo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doutoramento	Portugal 2020	Centro 2020	Compete 2020	Programa Polis	IFRRU	PEDU	PRAUD	RECRIA	REHABITA	COIMBRATIVA
Nenhum	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pouco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Algum	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Bastante	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Todo	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

Atendendo à tabela 9 e ao conjunto de intervenções que decorreram ou ainda decorrem no centro histórico de Coimbra, os inquiridos revelaram maior conhecimento sobre a requalificação do parque Manuel Braga (73,9%) e sobre a estabilização da margem direita do Mondego (67,5%). Destacam-se ainda, embora a alguma distância das anteriores, a construção da nova ponte pedonal no Parque Verde (55,6%) e a requalificação e valorização do Largo da Sé Velha (50,7%).

Tabela 9 – Conhecimento dos inquiridos face a um conjunto amplo de intervenções que decorreram ou ainda decorrem no Centro Histórico de Coimbra no âmbito do Portugal 2020/Centro 2020.

Intervenções	Valores (%)
Requalificação do Parque Manuel Braga	73,9%
Estabilização da Margem Direita do Mondego	67,5%
Nova ponte pedonal no Parque Verde	55,6%
Requalificação e Valorização do Largo da Sé Velha	50,7%
Requalificação da Sé Nova	39,6%
Valorização da imagem da cidade e da qualidade do espaço público	35,1%
Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina (Rua Borges Carneiro, Rua do Norte, Largo José Rodrigues, Rua de São João e Rua e Largo do Quebra Costas)	33,6%
Requalificação das Escadas e do Beco da Carqueja (Sé Velha)	25,7%
Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes	24,6%
Rua para Todos (Alta, Rua João Machado, Rua Dr. Manuel Rodrigues, Rua Direita e Rua da Nogueira)	19,8%

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

Tendo em conta as intervenções que decorriam no momento da aplicação do questionário, identificadas na tabela 10, é possível verificar que a maioria dos inquiridos revela concordância, em muitos casos total, com as mesmas, o que demonstrou a grande vontade em se querer proceder a uma renovação e modernização da imagem da cidade.

Tabela 10 – Grau de concordância/discordância dos inquiridos relativamente às intervenções levadas a cabo no Centro Histórico de Coimbra.

Intervenções	Discordo Totalmente	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sei/Não respondo
Requalificação do Parque Manuel Braga	2,6%	2,9%	14,7%	48,2%	25,7%	5,9%
Nova ponte pedonal no Parque Verde	3,3%	7,4%	25,2%	39,6%	18,9%	5,6%
Requalificação e Valorização do Largo da Sé Velha	2,9%	3,3%	9,9%	47,1%	33,1%	3,7%
Requalificação da Sé Nova	1,5%	2,2%	16,2%	47,8%	26,5%	5,9%
Valorização do Percurso Universidade / Arco de Almedina (Rua Borges Carneiro, Rua do Norte, Largo José Rodrigues, Rua de São João, Rua e Largo do Quebra Costas)	1,9%	1,9%	13%	45,2%	33%	5,2%
Requalificação das Escadas e do Beco da Carqueja (Sé Velha)	2,6%	3%	15,5%	46,5%	24,7%	7,7%
Rua para Todos (Alta, Rua João Machado, Rua Dr. Manuel Rodrigues, Rua Direita e Rua da Nogueira)	1,1%	1,9%	18,9%	42,6%	25,9%	9,6%
Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego	2,2%	1,1%	10%	37,8%	43,7%	5,2%
Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes	1,5%	2,2%	14,4%	41,7%	30,6%	9,6%
Valorização da imagem da cidade e da qualidade do espaço público	1,5%	2,2%	9,6%	37,6%	40,6%	8,5%

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

Quanto à tabela 11, as intervenções quase concluídas ou já concluídas reuniram em boa parte dos inquiridos um grau positivo, na grande maioria dos casos satisfatório e, por outro lado embora em menor percentagem, totalmente satisfatório como é o caso da valorização da imagem da cidade e da qualidade do espaço público, a requalificação do Parque Manuel Braga, a valorização do percurso Universidade/Arco de Almedina e a nova ponte pedonal situada no Parque Verde.

Houve, também, quem expressasse alguma indecisão tal como demonstra a opção mais ou menos satisfatório onde se destacam a rua para todos (rua Direita e rua da Nogueira), a requalificação das Escadas e do Beco da Carqueja (Sé Velha), a nova ponte pedonal no Parque Verde, a Rua para Todos (Alta). Por outro lado, a indecisão na opção não sei/não respondo destaca-se nas intervenções da Rua para Todos (rua Direita e rua da Nogueira), na requalificação das Escadas e do Beco da Carqueja, na Rua para Todos (Alta) e na requalificação da Sé Nova.

Tabela 11 – Grau de satisfação dos inquiridos quanto aos resultados das intervenções quase concluídas ou já concluídas em 13 de Maio de 2022 (término do questionário).

Intervenções	Nada Satisfatório	Pouco Satisfatório	Mais ou Menos Satisfatório	Satisfatório	Totalmente Satisfatório	Não sei/Não respondo
Nova ponte pedonal no Parque Verde	2,7%	6,8%	22,3%	42,8%	11%	14,4%
Requalificação da Sé Nova	1,1%	4,2%	20,6%	48,9%	8,4%	16,8%
Rua para Todos (Rua Direita e Rua da Nogueira)	1,1%	4,2%	26,8%	40,6%	6,1%	21,1%
Rua para Todos (Alta)	0,4%	5,3%	22,1%	44,7%	7,6%	19,8%
Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina (Rua e Largo do Quebra Costas)	1,1%	8,7%	19,3%	42,8%	13,3%	14,8%
Requalificação das Escadas e do Beco da Carqueja (Sé Velha)	2,3%	6,9%	22,6%	40,6%	7,7%	19,9%
Requalificação do Parque Manuel Braga	0,4%	6,4%	20,7%	44,7%	14,7%	13,2%
Valorização da imagem da cidade e da qualidade do espaço público	0%	6,8%	20,5%	42,6%	16%	14,1%

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

5.4. Perceção sobre as mais recentes intervenções de reabilitação e requalificação do Centro Histórico de Coimbra

Nas tabelas seguintes serão analisadas e debatidas um conjunto de questões relativas às intervenções que ocorreram no Centro Histórico da área de estudo, de modo a conhecerem-se as perceções dos inquiridos relativamente às mesmas em diversos aspetos. Também serão retratadas nas mesmas fórmulas estatísticas como a média e desvio-padrão.

De acordo com a tabela 12, as médias obtidas demonstram-nos que os inquiridos não discordaram nem concordaram com os dois primeiros aspetos e concordaram com os últimos.

Em relação aos valores obtidos pelo desvio-padrão, os mesmos revelam uma maior dispersão de respostas (menos homogénea) nos dois primeiros aspetos e uma menor dispersão (mais homogénea).

Tabela 12 – Perceções dos indivíduos sobre as mais recentes intervenções no Centro Histórico de Coimbra.

As intervenções no Centro Histórico:	1	2	3	4	5	6	Total	Média	Desvio-Padrão
Foram demasiadas e provocaram diversos constrangimentos	4	26,6	25,1	27,6	7,6	9,1	100,0	3,4	1,051
Desvirtuaram e adulteraram o património histórico/cultural de alguns espaços	5,8	29,1	29,5	20,0	5,5	10,2	100,0	3,2	1,020
Contribuíram para atrair novos residentes para esta área	2,9	10,9	22,2	45,5	10,9	7,6	100,0	3,7	0,955
Contribuíram para a atração de mais atividade económica	1,5	7,6	18,6	50,6	15,3	6,6	100,0	3,9	0,878
Melhoraram a mobilidade e segurança pedonal	0,7	5,5	18,6	53,5	15,3	6,6	100,0	4,0	0,798

Nota: 1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Não discordo nem concordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo Totalmente; 6 – Não sei//Não respondo.

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

De acordo com a tabela 13, as médias obtidas demonstram-nos que os inquiridos concordaram com todos os aspetos indicados.

Em relação aos valores obtidos pelo desvio-padrão, os mesmos revelam uma menor dispersão (mais homogénea) em todos os aspetos.

Tabela 13 – Perceções dos indivíduos sobre as mais recentes intervenções no Centro Histórico de Coimbra.

As intervenções no Centro Histórico:	1	2	3	4	5	6	Total	Média	Desvio-Padrão
Permitiram eliminar barreiras arquitetónicas	2,2	8,7	37,1	34,6	6,2	11,3	100,0	3,7	0,850
Foram essenciais para a sua revitalização física e funcional	1,5	4,4	22,2	48,4	15,3	8,4	100,0	4,0	0,835
Permitiram a conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	1,8	5,1	19,6	49,8	17,5	6,2	100,0	3,9	0,868
Responderam às necessidades dos residentes da cidade	2,2	12,0	31,6	34,2	6,9	13,1	100,0	3,7	0,906
Responderam, sobretudo, às necessidades dos turistas	0,7	8,0	23,3	45,8	11,6	10,6	100,0	3,9	0,844

Nota: 1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Não discordo nem concordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo Totalmente; 6 – Não sei//Não respondo.

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

De acordo com a tabela 14, as médias obtidas demonstram-nos que os inquiridos não discordaram nem concordaram com o quarto aspeto e concordaram com os outros aspetos.

Em relação aos valores obtidos pelo desvio-padrão, os mesmos revelam uma menor dispersão (mais homogénea) nos três primeiros aspetos e uma maior dispersão (menos homogénea) nos dois últimos aspetos.

Tabela 14 – Perceções dos indivíduos sobre as mais recentes intervenções no Centro Histórico de Coimbra.

As intervenções no Centro Histórico:	1	2	3	4	5	6	Total	Média	Desvio-Padrão
Tiveram papel determinante na renovação da imagem da cidade	1,1	7,6	21,8	44,7	19,3	5,5	100,0	3,9	0,903
Contribuíram para melhorar a imagem turística da cidade	1,1	5,1	18,6	49,8	19,3	6,2	100,0	4,0	0,842
Proporcionaram o aumento de atratividade turística da cidade	1,5	5,5	21,1	49,1	14,9	8,0	100,0	3,9	0,848
Causaram mais efeitos negativos do que positivos	13,1	28,7	29,5	11,6	4,0	13,1	100,0	3,0	1,044
Causaram mais efeitos positivos do que negativos	4,0	7,6	28,0	32,7	15,3	12,4	100,0	3,8	1,047

Nota: 1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Não discordo nem concordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo Totalmente; 6 – Não sei//Não respondo.

Fonte: Inquérito por questionário (2022).

De seguida seguintes serão sintetizados os principais impactos positivos e negativos avançados pelos inquiridos.

Quanto aos impactos positivos destacaram-se:

- ➔ Dinamização da cidade – Procedeu-se a uma conservação e criação de uma nova e renovada imagem territorial.
- ➔ Economia – Através do desenvolvimento económico, poderemos estar na presença de uma cidade mais produtiva, com maior empregabilidade (por exemplo, no setor da construção), que captará a atração pela cidade, pelos investimentos e pela criação de novas empresas. O impacto na economia local através de uma maior ocupação nas zonas históricas como meio para garantir fundos para a manutenção das intervenções.
- ➔ Mobilidade – Referência à mobilidade sustentável e às condições de mobilidade, da população mais envelhecida, que melhoraram.
- ➔ Reabilitações, recuperações e requalificações – Recuperação do edificado da Rua da Sofia e de habitações na Alta para alojamento local (Rua Alexandre Herculano através da intervenção no Colégio São Pedro e na Rua Venâncio Rodrigues com o antigo Colégio Alexandre Herculano transformado em residências universitárias particulares).
- ➔ Segurança – A iniciativa Rua para Todos foi uma forma de ajudar a combater a criminalidade crescente na cidade e assegurar uma melhoria significativa dos transeuntes. A segurança no estacionamento e no facto dos percursos terem ficado mais seguros, confortáveis e acessíveis de circular também foi referido.
- ➔ Turismo – Valorização que a cidade poderá vir a ter, ainda mais, para a região Centro assim como será ainda mais apazível e apelativa para a fomentação da adesão e atração turística a médio e longo prazo. Irá beneficiar, igualmente, a sua imagem turística e quanto a nível nacional, cultural, histórico e a sua beleza arquitetónica.

Quanto aos impactos negativos destacaram-se:

- ➔ Comércio – Afetado pelo facto de estar em decadência e muito desvalorizado, para além de existir vandalismo e insegurança, e que deveria ser restaurado, sobretudo,

na Baixa. O maior impacto é visível nesta zona, uma vez que 90% do mesmo está fechado e só existem meia dúzia de lojas o que fez com que se perdesse muita essência.

- ➔ Condicionamento/congestionamento/constrangimento do trânsito – Existência de muito condicionamento, dificuldades e confusão do trânsito devido às intervenções, o congestionamento causado deveria ter sido levado mais em conta, houveram constrangimentos constantes no acesso e circulação na cidade, desvios e constrangimentos para peões e deveriam ter sido criadas mais alternativas ao trânsito.
- ➔ Intervenções – Melhor comunicação à população e limpeza nas ruas da Alta e sobretudo no Quebra-Costas após a realização das intervenções, as intervenções deveriam ter sido faseadas e efetuadas fora do horário normal de trabalho e/ou no período alargado de férias. O facto de terem existido variadas intervenções ao mesmo tempo deu má imagem à cidade, existiam lugares muito bonitos em Coimbra e com as intervenções deixaram de o ser. Apelou-se à necessidade de fazer as coisas com consciência histórica, uma vez que as intervenções deveriam ter tido em conta os moradores e as deslocações que a população necessita de fazer para o trabalho e onde as mesmas foram um impasse às vidas dos estudantes nomeadamente através do estudo. A duração das mesmas, que estiveram um pouco por toda a cidade, levou a menos opções de escolha no ato da condução urbana o que, em horas de ponta, se tornou frustrante e acabaram por influenciar a qualidade de vida das pessoas que lá vivem. Demora na recuperação de alguns edifícios históricos (ex: Teatro Sousa Bastos) e nas requalificações. Urgência de se restaurar a Baixa e as habitações degradadas.
- ➔ Passeios – Melhorias de passeios degradados, a discordância quanto à mudança da pedra antiga das escadas do Quebra-Costas (utilização de granito em vez de pedra calcária) e o facto das pedras ornamentais usadas terem desvirtuado bastante o património cultural e a imagem anterior de Coimbra na Alta.
- ➔ Poluição – As poeiras causadas pela implementação simultânea de diversas intervenções, a poluição sonora para o turismo e o impacto para o meio ambiente, sobretudo, ao nível da destruição de habitat animal.
- ➔ Ruído – O ruído grande e constante provocado pelas obras, sobretudo, em atividades de restauração e na impossibilidade dos alunos conseguirem ter aulas.

Em relação aos impactos apontados pelos inquiridos, nos positivos destacaram-se a economia, a segurança e o turismo muito por causa do papel que as intervenções estão a ter/tiveram na cidade de Coimbra não só para um maior sentimento de segurança no estacionamento, física e pedonal, assim como para a captação de futuros investimentos e de potenciais aglomerados turísticos. Nos impactos negativos destacam-se os aspetos que as intervenções acarretaram para o quotidiano da população, pelo facto de terem existido muitas delas em simultâneo o que prejudicou o trânsito automóvel e deixou a cidade completamente desordenada e, por outro lado, o comércio decadente e muito desvalorizado refletindo-se num visível abandono da Baixa que se tornou num alvo fácil para o vandalismo e insegurança no período noturno. De certa forma, é possível associarmos às tabelas 12, 13 e 14 alguns dos aspetos positivos e negativos que foram mencionados pelos inquiridos.

Conclusões e Recomendações

O tema abordado na presente dissertação, Reabilitação e Requalificação Urbana em Coimbra, permitiu alcançar um desfecho bastante satisfatório e produtivo dado a riqueza de conteúdos inerentes ao mesmo.

Cumpriram-se plenamente o objetivo geral e os objetivos específicos propostos.

As metodologias adotadas e o imenso conteúdo encontrado tanto para a parte teórica como para a parte prática tiveram influência para a concretização do presente trabalho. Por outro lado, as 18 saídas de campo realizadas ao centro histórico da cidade e a excelente adesão ao questionário por parte dos inquiridos – onde se obtiveram 275 respostas – permitiram enriquecer decisivamente o estudo de caso e, simultaneamente, dar a conhecer melhor a área de estudo.

Quanto ao capítulo I, a simbologia e a origem das cidades permitiram com que as mesmas começassem a ser vistas de outra forma. O que antes eram espaços de prática agrícola demarcados por planícies e zonas montanhosas e usados para fins militares, atualmente tornaram-se em autênticos ninhos de civilizações urbanas e foi no continente europeu onde se registou uma visível expansão das mesmas. Os centros históricos tornaram-se em importantes palcos, pois foram nestas áreas que se registaram as maiores evoluções impulsionadas pela Carta de Veneza, Plano de Bolonha, a Declaração de Amesterdão e a Carta de Nairobi que permitiram revitalizar e revolucionar o modo como as áreas urbanas são hoje vistas pelas sociedades. Por outro lado, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico e a Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas foram importantes promotores para a reabilitação e requalificação urbanas.

Os problemas que foram identificados nos centros históricos são ainda, atualmente, predominantes. O crescente envelhecimento da população e consequente despovoamento, o estado de degradação das habitações e de infraestruturas básicas permitiram um afastamento da classe jovem e tudo isto torna-se, necessariamente, em assuntos que necessitam de intervenções urgentes. De forma a resolver todos estes problemas, as estratégias devem atender às necessidades das populações locais que necessitam do apoio por parte dos setores públicos e privados para que estes não menosprezem o património que foi construído, que não o abandonem progressivamente.

As três fases de estratégias de intervenção para os centros históricos, Renovação, Preservação e Reinvenção Urbana, permitiram ir eliminando os problemas identificados nestas

áreas e conseguiram afastar as elites e devolver às populações o que antes era apelidado como um espaço de partilha público.

Os documentos orientadores mencionados no presente trabalho foram fundamentais para a resolução da falta de planeamento e ordenamento do território. Se por um lado foram mencionados aspetos que se focaram na sustentabilidade ambiental, na mobilidade urbana e no papel dos cidadãos, por outro os documentos pretenderam alertar para a importância que a salvaguarda, recuperação, reabilitação e conservação dos patrimónios edificados significam para o futuro das áreas urbanas e das suas comunidades.

Tornou-se evidente a importância que o património e o turismo tiveram para as cidades, onde o primeiro permitiu uma crescente valorização da paisagem, dos edifícios históricos e uma maior receptividade a futuros investimentos e o segundo funcionou como um catalisador de transformação do espaço urbano que se tornou num alvo para a adoção e prática do turismo urbano. A partir da Carta Europeia do Património Arquitectónico e da Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas e enquanto repositórios de património e turismo, é necessário que as cidades e os centros históricos estejam consciencializados do papel que assumem uma vez que para estarem preparados para ambos os Estados e as sociedades devem fazer tudo para que não se registem perdas a nível identitário, territorial e patrimonial.

No capítulo II ficou patente a importância demonstrada pelas diferenciações de enquadramento dos dois conceitos. A reabilitação remete para a recuperação de qualquer edifício, necessita de ser uma aposta mais visível e requer a vertente do compromisso humano e a vertente territorial, enquanto a requalificação assume um carácter mobilizador e tem vindo a atuar como um eixo prioritário, pretende valorizar o território em si, o património adjacente através de intervenções que possam ir de acordo com as expectativas das populações e pretende salvaguardar sensações e sentimentos transmitidos pelos edificados.

Os programas/instrumentos de reabilitação e requalificação urbana com incidência nos centros históricos, desde o RECRUA, PRAUD, PROSIURB, URBAN, RECRIPH, REHABITA, SOLARH, o Polis, o Polis XXI e o IFRRU, permitiram resolver problemas relacionados com a falta de visão para o território português, nomeadamente a partir do seu ordenamento, conservação, proteção e preservação. A necessidade de se conservar e salvaguardar o património, através dos seus valores culturais imaculados, permitiram uma revitalização e renovação da imagem territorial contemporânea que há muito se tinha perdido no nosso país.

O Portugal 2020 e o Centro2020 fomentaram ainda mais a crescente valorização, já que permitiram desenvolver apetências para o setor tecnológico e educativo, a competitividade entre as empresas de pequena e média dimensão, a proteção do meio ambiente e o uso eficiente

e equilibrado dos seus recursos e incentivou o combate à pobreza e à inclusão social das comunidades mais desfavorecidas. O espaço urbano foi igualmente abordado e tornou-se num alvo apetecível para uma reconfiguração total da sua imagem territorial onde foram implementadas estratégias de regeneração, reabilitação, requalificação e reconversão urbanas que permitiram, mais tarde, uma modernização e valorização dos seus edifícios.

O capítulo III, que retratou territorialmente o estudo de caso (Coimbra), remeteu, numa primeira instância, para uma importante análise do seu centro histórico que registou um decréscimo na população residente e na perda de população das faixas etárias dos 65-69, 70-74, 75-79 e dos 80-84 anos. Aliado ao segundo fator registou-se uma visível descida no índice de envelhecimento, de acordo com os últimos dois censos efetuados à população, o que poderá traduzir-se em futuras mudanças das faixas etárias residentes no Centro Histórico de Coimbra.

Quanto à cidade em si, a população residente tem vindo a diminuir de 2001 para 2021 tornando evidente o crescente envelhecimento populacional através do seu índice de envelhecimento. Neste caso os efeitos foram sentidos na taxa bruta de natalidade, que registou descidas, e no índice de dependência de idosos que aumentou a um ritmo preocupante. Por outro lado, o nível de escolaridade aumentou, sobretudo, no ensino secundário e superior e as taxas de desemprego e analfabetismo registaram descidas satisfatórias.

No que concerne à constituição, delimitação e características do centro histórico da área de estudo, são visíveis as diferenciações efetuadas à Baixa e à Alta. Enquanto a primeira alberga uma população mais eclética, onde existe algum comércio e estabelecimentos de restauração, a segunda já é mais ativa, enérgica e é onde nos podemos deparar com as tradições e costumes académicos através da comunidade estudantil, tida como uma população temporária. O próprio centro histórico deve ser visto com potencialidades que devem ser exploradas, sobretudo, a partir da vertente residencial e patrimonial.

A patrimonialização do Centro Histórico de Coimbra e o turismo registaram avanços muito por conta da criação do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC) que permitiu identificar a Baixa como uma área carente em intervenções, em péssimas condições habitacionais e a Alta como um espaço que teve maior notoriedade. Com o impacto criado pelo grupo, a patrimonialização serviu para colocar Coimbra na rota do turismo internacional e impulsionou o setor para uma maior capacidade competitiva e de projeção da cidade sem nunca menosprezar a preservação e reabilitação do seu património.

Quanto ao capítulo IV, ficou demonstrada a importância que o Gabinete para o Centro Histórico assumiu para a cidade de Coimbra através do foco que teve na Alta e que permitiu uma completa transformação da mesma. Ficou igualmente traçada a relação que estabeleceu

com o CoimbraViva e o impacto que teve, sobretudo, para o setor da habitação através da captação de público jovem e para o próprio tema da presente dissertação.

Por outro lado, tanto os programas com incidência no Centro Histórico de Coimbra, assim como as intervenções realizadas neste no âmbito do Portugal 2020/Centro 2020, permitiram revitalizar e modernizar a imagem da Baixa e da Alta da cidade. As intervenções tornaram-se urgentes, sendo que algumas já terminaram há uns anos e outras terminaram recentemente, uma vez que as duas áreas se encontravam num estado de degradação deploráveis e permitiram, desta forma, resolver problemas que há muito se verificavam na população conimbricense tais como a implementação de uma mobilidade confortável e segurança pedonal para a população, as acessibilidades, as infraestruturas básicas, a renovação, reabilitação e requalificação dos edifícios de cariz patrimonial e histórico assim como algumas das ruas mais emblemáticas, questões relativas à habitabilidade e alguns espaços verdes.

O capítulo V, respeitante à análise do questionário que reuniu 275 respostas, demonstrou que houve uma grande adesão por parte da comunidade estudantil e onde muitos dos inquiridos referiram Coimbra como o concelho/cidade de residência habitual. Por outro lado, foi interessante verificar a consciencialização que os inquiridos tiveram acerca do estado de conservação da Alta e Baixa do centro histórico da cidade o que permitiu que as intervenções ganhassem um carácter urgente e remodelassem estas duas áreas. A integração de alguns indicadores permitiu verificar uma grande ausência de conhecimento dos principais programas, planos e instrumentos financeiros implementados em Coimbra.

Os inquiridos demonstraram, igualmente, estarem satisfeitos e terem concordado com as intervenções que foram levadas a cabo no centro histórico o que se refletiu, mais tarde, nas perceções dos mesmos.

Quanto às falhas identificadas na concretização da presente dissertação, foi possível denotar a ausência de um documento respeitante ao Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) no site da Câmara Municipal de Coimbra e através de respostas via email. Por outro lado pretendeu-se enriquecer o ponto 4.2 do capítulo 4 com uma referência ao impacto do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) mas foi impossibilitado, uma vez que a resposta dada pela Câmara Municipal não correspondeu ao que foi pedido na íntegra.

No que concerne às recomendações e através dos aspetos negativos apontados pelos inquiridos no questionário é necessário dotar a Baixa da cidade com outras aptidões, nomeadamente uma melhor vigilância nos locais inseguros através de medidas como iluminação pública, implementação de câmaras de videovigilância, mais policiamento das ruas,

entre outras. O comércio também foi mencionado, sendo que a Câmara Municipal poderia ter um papel mais preponderante na sua divulgação e incentivar a população a frequentar estes espaços simbólicos.

Por outro lado, as intervenções foram demasiadas e trouxeram inúmeros constrangimentos tanto aos residentes como não residentes da cidade. As mesmas deveriam ter sido faseadas, o que não se verificou, e obrigaram a inúmeros desvios por outras ruas. As entidades empregadoras poderiam ter tido mais consideração pelos utentes e deveriam tê-los informado antecipadamente.

Referências Bibliográficas

Abiko, A. K., Almeida, M. A. P., & Barreiros, M. A. F. (1995). *Urbanismo: história e desenvolvimento*. São Paulo: Epusp.

Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2023). Portugal 2020 – enquadramento. Acedido em 13 de Novembro de 2023 em: <https://www.adcoesao.pt/fundos/portugal-2020/portugal-2020-apresentacao/enquadramento/>

Batista, V. (2014). *Reabilitação Sustentável - Análise Integrada de Edifícios Habitacionais da Alta de Coimbra*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra – Departamento de Arquitetura. 185 pp.

Brandão, V. & Neto, J. (2016). Programa Polis: Para Além da Requalificação Urbana. Caso de estudo em Portugal. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre. 17 pp.

Câmara Municipal de Coimbra (2008). Gestão do Centro Histórico da Cidade de Coimbra Programa PRAUD/Obras. Acedido em 2 de Novembro de 2022 em: https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2008/05/coimbra.old_joomlatools-files_docman-files_GCH_Texto_PRAUD.pdf

Câmara Municipal de Coimbra (2012a). Área de Reabilitação Urbana – Estudos de Caracterização. 155 pp.

Câmara Municipal de Coimbra (2012b). Estratégia de Reabilitação Urbana – Coimbra Baixa. Acedido em 21 de Dezembro de 2022 em: https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2012/11/coimbra.old_joomlatools-files_docman-files_Coimbra_BAIXA_dossier_A2_web.pdf

Câmara Municipal de Coimbra (2012c). Estratégia de Reabilitação Urbana – Coimbra Rio. Acedido em 21 de Dezembro de 2022 em: https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2012/11/coimbra.old_joomlatools-files_docman-files_CoimbraRIO_dossier_A2.pdf

Câmara Municipal de Coimbra (2013a). Parte I – Visão para o Centro Histórico. Acedido em 8 de Setembro de 2022 em: https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2013/03/coimbra.old_joomlatools-files_docman-files_A_Estrategia-de-Reabilitacao-Urbana_2.pdf

Câmara Municipal de Coimbra (2013b). Estratégia de Reabilitação Urbana – Coimbra Alta. Acedido em 20 de Dezembro de 2022 em: https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2013/03/coimbra.old_joomlatools-files_docman-files_A_Estrategia-de-Reabilitacao-Urbana_3.pdf

Câmara Municipal de Coimbra (2015). Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – Anexo ao formulário de candidatura. Acedido em 4 de Janeiro de 2024 em: <https://pt.scribd.com/document/332671631/PAICD-Coimbra> (Foi realizado pedido específico)

Câmara Municipal de Coimbra (2020). Requalificação do Parque Manuel Braga e respetivos muros por 4,8M€ começa hoje. Acedido em 11 de Abril de 2023 em: <https://www.coimbra.pt/2020/07/requalificacao-do-parque-manuel-braga-e-respetivos-muros-por-48me-comeca-hoje/>

Câmara Municipal de Coimbra (2021). Saiba tudo sobre as obras de requalificação da Rua e Largo do Quebra Costas, do Largo da Sé Velha e das Escadas e Beco da Carqueja, na Alta de Coimbra. Acedido em 12 de Abril de 2023 em: <https://www.coimbra.pt/2021/05/saiba-tudo-sobre-as-obras-de-requalificacao-da-rua-e-largo-do-quebra-costas-do-largo-da-se-velha-e-das-escadas-e-beco-da-carqueja-na-alta-de-coimbra/>

Câmara Municipal de Coimbra (2022a). PEDU, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Acedido em 4 de Novembro de 2022 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/urbanismo/plano-estrategico-de-desenvolvimento-urbano-pedu>

Câmara Municipal de Coimbra (2022b). Requalificação do Largo da Sé Velha inicia-se amanhã. Acedido em 11 de Abril de 2023 em: <https://www.coimbra.pt/2022/04/requalificacao-do-largo-da-se-velha-inicia-se-amanha/>

Câmara Municipal de Coimbra (2023a). Valorização do Percurso Universidade – Arco de Almedina (Rua Borges Carneiro, Rua do Norte, Largo José Rodrigues e Rua de São João) | FEDER. Acedido em 12 de Abril de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/valorizacao-do-percurso-universidade-arco-de-almedina-rua-borges-carneiro-rua-do-norte-largo-jose-rodrigues-e-rua-de-sao-joao-2>

Câmara Municipal de Coimbra (2023b). Rua para Todos – Baixa e Rio (Rua João Machado e Rua Dr. Manuel Rodrigues) | FEDER. Acedido em 13 de Abril de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/avila>

Câmara Municipal de Coimbra (2023c). Rua para Todos – Baixa e Rio (Rua Direita e Rua da Nogueira) | FEDER. Acedido em 13 de Abril de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/rua-para-todos-baixa-e-rio-rua-direita-e-rua-da-nogueira>

Câmara Municipal de Coimbra (2023d). Valorização da Imagem da Cidade e Qualidade do Espaço Público | FEDER. Acedido em 17 de Abril de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/valorizacao-da-imagem-da-cidade-e-qualidade-do-espaco-publico-pedu>

Câmara Municipal de Coimbra (2023e). Desassoreamento da Albufeira do Açude – Ponte de Coimbra e Estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra | POSEUR. Acedido em 13 de Abril de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/desassoreamento-da-albufeira-do-acude-ponte-de-coimbra-e-estabilizacao-da-margem-direita-do-rio-mondego-entre-a-ponte-de-santa-clara-e-o-acude-ponte-de-coimbra>

Câmara Municipal de Coimbra (2023f). Encosta da Sofia – Requalificação da Rua Pedro Rocha, Rua e Travessa de Montarroio e Ladeira do Carmo (1ª componente) | FEDER. Acedido em 12 de Dezembro de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal->

[2020/encosta-da-sofia-requalificacao-da-rua-pedro-rocha-rua-e-travessa-de-montarroio-e-ladeira-do-carmo-1a-componente-pedu](#)

Câmara Municipal de Coimbra (2023g). Requalificação da Praça do Arnado e Rua Simões de Castro | FEDER. Acedido em 12 de Dezembro de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/requalificacao-da-praca-do-arnado-e-rua-simoes-de-castro-pedu>

Câmara Municipal de Coimbra (2023h). Caminhos Pedonais de Cruz de Celas – Baixa / Arregaça e Lóios | FEDER. Acedido em 12 de Dezembro de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/caminhos-pedonais-de-cruz-de-celas-baixa-arregaca-e-loios>

Câmara Municipal de Coimbra (2023i). Caminhos Pedonais de Santa Clara / Calçada de Sta. Isabel | FEDER. Acedido em 12 de Dezembro de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/caminhos-pedonais-de-santa-clara-calcada-de-sta-isabel>

Câmara Municipal de Coimbra (2023j). Residência Ganhar Autonomia | FEDER. Acedido em 13 de Dezembro de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/residencia-ganhar-autonomia-feder>

Câmara Municipal de Coimbra (2023k). Reabilitação nos Bairros Sociais – Eficiência Energética – Bairro da Conchada | FEDER. Acedido em 13 de Dezembro de 2023 em: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/transparencia/portugal-2020/reabilitacao-nos-bairros-sociais-eficiencia-energetica-bairro-da-conchada>

Campos, M. (2014). *Baixa Crúzia – Contribuição para a reabilitação de uma área na Baixa de Coimbra*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Departamento de Arquitetura – FCTUC. 221 pp.

Carreira, R. (2017). *Novos Compromissos: Requalificação Urbana e Preservação do Património Urbano. O Caso do Bairro Operário*. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Urbanos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. 110 pp.

Carvalho, M. (2010). *O Centro Histórico na Dinamização das Cidades - O Centro Histórico do Porto*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Riscos Cidades e Ordenamento do Território – Variante Políticas Urbanas. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 138 pp.

Castro, B. (2017). *Património Cultural e a Reabilitação Urbana. Um Caminho para o Desenvolvimento do Turismo na Cidade Histórica do Dondo (Angola)*. Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, Ramo de Turismo e Desenvolvimento. Universidade de Coimbra. 579 pp.

Castro, C. (2012). *Processos de Patrimonialização e Turistificação na Produção do Espaço do Bairro Cidade Velha Belém – PA*. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Pará. 110 pp.

CCDRC (2023). Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020. Acedido em 13 de Novembro de 2023 em: https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/centro_3_brochura.pdf

Chihungo, A. (2018). *Importância da Protecção e Conservação do Património Cultural para o Desenvolvimento do Turismo no Município de Inhambane*. Monografia apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Animação Turística. Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane. 60 pp.

CIM Região de Coimbra (2018). Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) na Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra - Atualização do PAMUS de Fevereiro de 2016. Acedido em 4 de Novembro de 2022 em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/wp-content/uploads/2018/09/1.-Relat%C3%B3rio-PAMUS.pdf>

CoimbraViva (2024). Sobre Nós. Acedido em 8 de Janeiro de 2024 em: <https://www.coimbraviva.pt/pt/sobre-nos/>

Corá, M. (2009). Novas estratégias de projeto e intervenção urbana. Um olhar sobre o Centro de São Paulo. *VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Buenos Aires. pp. 1-12.

Cruz, P. (2015). *Regeneração Urbana de Centros Históricos - O Caso do Alentejo Litoral*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. 110 pp.

Direção-Geral do Território (2023). Série Política de Cidades – 3. Acedido em 15 de Junho de 2023 em: https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/S_Politica_Cidades_3.pdf

Domingues, T. (2012). *Reabilitação de Vazios Urbanos no Centro Histórico - Zona Histórica Intramuralhas de Castelo Branco: Estudo de Caso*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Universidade da Beira Interior. 74 pp.

Duarte, J (2004). Território e desenvolvimento: Programa “Polis” em Coimbra. Acedido em 27 de Outubro de 2022 em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/F3_15Out_jorge%20Duarte.pdf

Eltges, M. (2010). Leipzig Charter on Sustainable European Cities – A Work in Progress. *European Spatial Research and Policy*, 16(2), 63–78.

Faro, D. (2021). *Políticas Urbanas e Gestão de Centros Históricos*. Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestre em Engenharia Civil — Especialização em Planeamento do Território e Ambiente. Faculdade de Engenharia – Universidade do Porto. 77 pp.

Fernandes, J. (2011). Centro histórico e urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto. *Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*, pp. 12 a 25.

Ferreira, S. (2006). *A Integração e o Acompanhamento da Componente Ambiental no Programa Polis*. Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa. 197 pp.

Filho & Britto (2020). Turistificação e Patrimonialização: experienciando o centro histórico de Pirenópolis, Goiás. 64-90.

Fortuna, C. (2006). Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma Avaliação e Duas Propostas Para Coimbra. *Oficina do CES*, n. 254, 2006.

Fórum das Cidades (2023). Nova Carta de Leipzig. Acedido em 9 de Junho de 2023 em: https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/nova_carta_de_leipzig.pdf

Frias, A. (2000). “Patrimonialização” da Alta e da Praxe académica de Coimbra. *Actas do IV Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*. 15 pp.

Henriques, E. B. (2003b). A Cidade, Destino de Turismo. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. XIX, Porto. 163-172.

ICOMOS (1987). Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas. Acedido em 11 de Agosto de 2022 em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/28%20Carta%20cidades%20hist%C3%B3ricas%20-%20ICOMOS%201987.pdf>

ICOMOS (2005). Carta Europeia do Património Arquitectónico. Acedido em 11 de Agosto de 2022 em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/18%20Carta%20europeia%20do%20patrim%C3%B3nio%20arquitect%C3%B3nico%201975.pdf>

IFRRU2020 (2022a). Perguntas Frequentes Geral – IFRRU. Acedido em 19 de Agosto de 2022 em: <https://ifrru.ihru.pt/perguntas-frequentes-geral>

IFRRU2020 (2022b). Programa de Ação IFRRU2020. Acedido em 19 de Agosto de 2022 em: <https://ifrru.ihru.pt/documents/20126/35904/Programa-de-acao-IFRRU2020.pdf/f8a09ca4-1b24-f6b8-d12d-f89fe225c9ce?t=1556030802319>

INE (2023a). Portal do INE. Acedido em 30 de Junho de 2023 em: <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011609>

INE (2023b). Portal do INE – população residente. Acedido em 15 de Novembro de 2023 em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011627&contexto=bd&selTab=tab2

INE (2023c). Portal do INE – índice de envelhecimento. Acedido em 15 de Novembro de 2023 em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011610&contexto=bd&selTab=tab2

Lopes, D. (2011). *A Reabilitação Urbana em Portugal. Importância Estratégica para as Empresas do Setor da Construção Civil e Obras Públicas*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades. Faculdade de Economia - Universidade do Porto. 97 pp.

Loureiro, N. (2021). *O Turismo como Motor de Transformação Urbana – Uma Reflexão sobre o Centro Histórico de Coimbra*. Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Coimbra. 202 pp.

Luís, F. (2014). *Estratégias de Reabilitação Urbana Caso de Estudo: Bairro Cruz da Picada*. Dissertação elaborada no âmbito do Mestrado em Reabilitação Urbana. Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Instituto Politécnico de Portalegre. 118 pp.

Madeira, C. (2009). *A Reabilitação Habitacional em Portugal - Avaliação dos Programas RECRUA, REHABITA, RECRIPH E SOLARH*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Regeneração Urbana e Ambiental. Faculdade de Arquitetura – Universidade Técnica de Lisboa. 95 pp.

Marques, M. (2018). *Reabilitação do Espaço Público*. Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Escola de Tecnologias e Arquitetura - Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Instituto Universitário de Lisboa. 200 pp.

Matos, A. (2016). *O papel do turista na conservação do património cultural e natural - Diagnóstico da predisposição do turista para se associar à Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca*. Relatório de Estágio Profissionalizante para obtenção do Grau de Mestre em Ecoturismo. Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária. 184 pp.

Melo, A. & Cardozo, P. (2015). Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n.º. 133, p. 1059-1075. pp. 1059-1075.

Moura, B. (2014). *Programa POLIS - O caso da cidade da Covilhã*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Civil. Universidade da Beira Interior. 120 pp.

Moura, D; Guerra, I; Seixas, J; e Freitas, M. (2006). A Revitalização Urbana. Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 12/13: 15-34.

Oliveira, R. D. (2008). Revitalização patrimonial. *Revista Patrimônio: Lazer & Turismo*. Santos, n. 3, jul./set. 2008.

Paiva, J. (2015). Mediação cultural e comunicação na economia simbólica do centro histórico de Coimbra. 127 – 144 pp.

Paulino, A. (2014). *A Reabilitação do Património no Centro Histórico do Porto - O caso do quarteirão Carlos Alberto*. Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Ciência e Tecnologia - Universidade Fernando Pessoa. 136 pp.

Pereira, J. (2016). *O potencial da classificação da Universidade, Alta e Sofia como Património Mundial da UNESCO para a divulgação do destino Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade, apresentada ao Departamento de

Comunicação e Ciências Empresariais da Escola Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre. 157 pp.

Pestana, C., Pinto-Leite, J. & Marques, N. (2009). O Programa Polis como impulsionador da regeneração urbana. Cidade da Praia: 15.º Congresso da APDR. 1754-1781 pp.

Pinto, A. (2013). *A Reabilitação Urbana: Habitação unifamiliar em tecido consolidado rural*. Mestrado em Design de interiores. Escola Superior de Artes e Design. 66 pp.

PORDATA (2023). Estatísticas, gráficos e indicadores. Acedido em 30 de Junho de 2023 em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Portal Centro 2020 (2023). Projetos Aprovados. Acedido em 15 de Fevereiro de 2023 em: <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados>

Portal Portugal 2020 (2023). Lista de Operações Aprovadas. Acedido em 15 de Fevereiro de 2023 em: <https://portugal2020.pt/projetos-aprovados/lista-de-operacoes-aprovadas/>

Portal POSEUR (2023a). Apresentação do Programa Operacional. Acedido em 14 de Novembro de 2023 em: <https://poseur.portugal2020.pt/pt/poseur/apresenta%C3%A7%C3%A3o/>

Portal POSEUR (2023b). Candidaturas Aprovadas. Acedido em 15 de Fevereiro de 2023 em: <https://poseur.portugal2020.pt/pt/projetos/candidaturas-aprovadas/>

Queirós, A. (2007). Reabilitação de Centros Históricos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Acedido em 18 de Dezembro de 2023 em: <https://silo.tips/download/faculdade-de-economia-da-universidade-de-coimbra-reabilitaao-de-centros-historic>

Ramos, I. (1996). *Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão: Aplicação ao Plano Estratégico de uma Cidade Média - A experiência de Barcelos*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano. Universidade Técnica de Lisboa. 154 pp.

Richicinski, D. (2021). *Reabilitação do Antigo Teatro Rosa Damasceno, Santarém, como estratégia de Transformação Urbana*. Projeto Final de Mestrado para a obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura, com especialização em Urbanismo. Faculdade de Arquitetura – Universidade de Lisboa. 172 pp.

Rocha, C. (2019). *Novas dinâmicas de Requalificação de espaços públicos centrais. Lisboa e o Programa “Uma Praça em cada Bairro”*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território. Universidade Nova de Lisboa. 137 pp.

Santos, A. (2014). Do Surgimento da Cidade ao Processo Deconurbação: Elementos Teóricos para Análise. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória.

Santos, A. (2017). *O contributo da Reabilitação Urbana para a Sustentabilidade das Cidades: o caso de estudo do Centro Histórico do Porto*. Tese apresentada à Universidade Fernando

Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ecologia e Saúde Ambiental. Universidade Fernando Pessoa. 424 pp.

Santos, N. & Azevedo, L. (2013). Cidade, Património e Centros Históricos: política e reabilitação urbana em Coimbra. Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 12, núm. 27, enero-abril, 2013, pp. 7-23 Universidade Federal do Ceará.

Santos, N. & Moreira, C. (2018). O Centro Histórico de Coimbra: Novas Dinâmicas. 317-343 pp.

Santos, N. (2013). Coimbra: a organização da cidade e o centro histórico urbano. 189-209 pp.

Sebastião, A. (2010). *Planeamento estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras*. Relatório de estágio de mestrado. Universidade de Lisboa -Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

Serra, A. (2019). *Áreas de Reabilitação Urbana - Caracterização e Tipologias*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território. 106 pp.

Serra, D. (2019). Turistificação e Patrimonialização na Representação do Espaço: uma Análise sob a Perspectiva da Triade Lefebvriana. 144-159.

Silva, A. (2011). *Requalificação Urbana – O exemplo da intervenção Polis em Leiria*. Dissertação de Mestrado em Geografia, especialidade em Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 174 pp.

Silva, R. (2013). *Território e Patrimonialização – O Caso de Belém*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa. 127 pp.

Silva, R. (2016). *A Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa: Uma Estratégia para a Reprodução do Capital*. Tese de doutoramento apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Geografia. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 314 pp.

Silva, R. R. S. (2014). A contribuição do turismo cultural e do uso do património para a valorização do espaço e do sentimento de lugar. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 129-139, 2014.

Simplicio, M. (2000). A importância actual do Planeamento Estratégico e das Cidades Médias.

Simplicio, M. (2001). Évora: Estrutura e Renovação Urbana no Sector Intramuros. Departamento de Geociências – Universidade de Évora. 26 pp.

Sousa, M. (2018). *Património urbano e desenvolvimento sustentável: o caso da cidade de Leiria*. Mestrado em Estudos do Património. 224 pp.

Sustainable Cities Platform (2023). The Aalborg Charter. Acedido em 18 de Outubro de 2023 em:

https://sustainablecities.eu/fileadmin/repository/Aalborg_Charter/Aalborg_Charter_English.pdf

Tavares, A. (2018). *Reabilitação Urbana – O Caso dos Pequenos Centros Históricos*. Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente. 73 pp.

Tavares, J. (2008). *Reabilitação Urbana - As Sociedades de Reabilitação Urbana e as Novas Perspectivas na Requalificação de Centros Históricos*. Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa. 103 pp.

Teixeira Duarte Construção (2023). Sé Nova de Coimbra – Conservação e Restauro. Acedido em 21 de Março de 2023 em: <https://teixeiraduarteconstrucao.com/projetos/se-nova-de-coimbra-conservacao-e-restauro/>

Tiago, D. (2010). *Requalificação urbana da Baixa de Coimbra*. Dissertação submetida para obtenção do grau de Mestre em Cidades e Culturas Urbanas. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 86 pp.

Um Pigo de Luz (2012). Escadas Quebra-Costas/Coimbra. Acedido em 28 de Março de 2023 em: <http://umpigodeluz.blogspot.com/2012/03/escadas-quebra-costas-coimbra.html>

Universidade de Coimbra (2022). A cidade de Coimbra. Acedido em 29 de Agosto de 2022 em: <https://www.uc.pt/candidatos-internacionais/estudar-viver-coimbra/cidade>

Universidade de Coimbra (2023). Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes. Acedido em 13 de Abril de 2023 em: https://www.uc.pt/administracao/dpa/investigacao/proj_cof/capelos_palacio_real_colégio_artes

Valentim, D. (2012). *A Importância do Património Natural na Escolha de um Destino Turístico – O Caso de Peniche*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Marketing e Promoção Turística. Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar – Instituto Politécnico de Leiria. 150 pp.

Viegas, M. (2013). *O uso turístico enquanto valorização patrimonial: a importância do planeamento e da gestão*. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural. Departamento de História – Universidade de Évora. 180 pp.

Anexos

Anexo A – Quadro informativo do trabalho de campo

Trabalho de campo	
<p>Saídas de campo ao Centro Histórico de Coimbra (Alta e Baixa) – Registos fotográficos relativos aos vários locais alvos de intervenções</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 22/10/2021 – Parque Manuel Braga • 5/11/2021 – Largo da Sé Velha, Sé Nova e Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina • 22/01/2022 – Largo da Sé Velha, Sé Nova, Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina, Rua para Todos e Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes • 29/01/2022 – Parque Manuel Braga • 6/03/2022 – Sé Nova, Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina, Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes e Valorização da Imagem da Cidade e Qualidade do Espaço Público • 2/04/2022 – Largo da Sé Velha, Sé Nova, Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina, Rua para Todos e Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes • 21/05/2022 – Largo da Sé Velha e Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina • 23/05/2022 – Parque Manuel Braga e Desassoreamento da Albufeira do Açude e Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra • 24/07/2022 – Parque Manuel Braga, Largo da Sé Velha, Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina, Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes e Desassoreamento da Albufeira do Açude e Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra • 2/09/2022 – Desassoreamento da Albufeira do Açude e Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra • 10/09/2022 – Largo da Sé Velha, Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina, Rua para Todos, Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes e Valorização da Imagem da Cidade e Qualidade do Espaço Público • 3/01/2023 – Largo da Sé Velha, Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina e Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes • 5/01/2023 – Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina, Rua para Todos e Desassoreamento da Albufeira do Açude e Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra • 11/02/2023 – Largo da Sé Velha e Desassoreamento da Albufeira do Açude e Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude – Ponte de Coimbra • 31/03/2023 – Rua para Todos • 17/04/2023 – Rua para Todos e Valorização da Imagem da Cidade e Qualidade do Espaço Público • 26/05/2023 – Rua para Todos • 24/07/2023 – Valorização da Imagem da Cidade e Qualidade do Espaço Público
<p>Realização de um questionário relativo à Reabilitação e Requalificação Urbana em Coimbra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Devido à situação pandémica que o país ainda atravessava na altura da aplicação dos questionários, o mesmo foi disponibilizado online através da rede social Facebook, tendo sido divulgado em diversos grupos relacionados com a cidade, e enviado via e-mail e messenger.

Anexo B – Questionário

Olá a todos e a todas!

Sou aluno do 2º ano do Mestrado de Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O Questionário que se segue, no âmbito da realização de uma Dissertação, pretenderá conhecer a perceção dos residentes e frequentadores da cidade de Coimbra sobre as intervenções de Reabilitação e Requalificação Urbana no Centro Histórico, no âmbito do Portugal 2020 e Centro 2020.

Desta forma, o Questionário é direccionado a indivíduos (A PARTIR DOS 18 ANOS) que residam ou frequentem regularmente a cidade de Coimbra em trabalho e/ou lazer.

As respostas são confidenciais e serão usadas, única e exclusivamente, para o presente fim académico. Desde já, peço a vossa cooperação e colaboração no preenchimento do mesmo, sendo que não deverá demorar mais de 10/15 minutos.

A participação é voluntária, pelo que poderá interrompê-la a qualquer momento.

Ao carregar no botão que lhe permite prosseguir está a aceitar participar neste estudo, tendo lido e compreendido a informação acima descrita.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: miguelcpeixoto99@gmail.com

Grato pela atenção e disponibilidade!

Miguel Carvalho Peixoto

Estrutura:

Seção I

Questão Prévia:

- Residente na cidade de Coimbra
- Não residente, mas frequentador habitual em trabalho e/ou lazer

Seção II – Perfil Sociodemográfico

1. Género
2. Idade
3. Habilitações Literárias
4. Situação Profissional (Obs.: se tiver dificuldade em inserir-se numa das categorias mencione a profissão em "Outra")
5. Concelho de Residência habitual
 - 5.1. Se referiu o concelho de Coimbra especifique se reside na cidade

Seção III – Reabilitação, Requalificação Urbana e Centros Históricos (Coimbra)

6. Considera que a Baixa do Centro Histórico de Coimbra se encontra:

- a) Muito Degradada/Muito Mau Estado
- b) Degradada/Mau Estado
- c) Pouco Degrada/Bom Estado
- d) Nada Degradada/Ótimo Estado

7. Considera que a Alta do Centro Histórico de Coimbra se encontra:

- a) Muito Degradada/Muito Mau Estado
- b) Degradada/Mau Estado
- c) Pouco Degrada/Bom Estado
- d) Nada Degradada/Ótimo Estado

8. Indique o seu nível de conhecimento face aos seguintes Programas e Instrumentos Financeiros para a Revitalização Física e Funcional que foram ou estão a ser implementados na cidade:

Programas e Instrumentos Financeiros	Nenhum (Nunca ouviu falar)	Pouco	Algum	Bastante	Todo (Conheço muito bem)
Portugal 2020					
Centro 2020					
Compete 2020					
Programa Polis					
IFRRU					
PEDU					
PRAUD					
RECRIA					
REHABITA					
COIMBRAVIVA					

9. No âmbito do Portugal 2020/Centro 2020, decorreram ou ainda decorrem um conjunto amplo de intervenções no Centro Histórico de Coimbra. Assinale todas aquelas de que tem conhecimento:

- Requalificação do Parque Manuel Braga
- Nova ponte pedonal no Parque Verde
- Requalificação e Valorização do Largo da Sé Velha
- Requalificação da Sé Nova
- Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina (Rua Borges Carneiro, Rua do Norte, Largo José Rodrigues, Rua de São João, Rua e Largo do Quebra Costas
- Requalificação das Escadas e do Beco da Carqueja (Sé Velha)
- Rua para Todos (Alta, Rua João Machado, Rua Dr. Manuel Rodrigues, Rua Direita e Rua da Nogueira)
- Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra
- Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes
- Valorização da imagem da cidade e qualidade do espaço público

10. Indique o seu grau de concordância/discordância relativamente a estas intervenções:

Intervenções	Discordo Totalmente	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sei/Não respondo
Requalificação do Parque Manuel Braga						
Nova ponte pedonal no Parque Verde						
Requalificação e Valorização do Largo da Sé Velha						
Requalificação da Sé Nova						
Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina (Rua Borges Carneiro, Rua do Norte, Largo José Rodrigues, Rua de São João, Rua e Largo do Quebra Costas						
Requalificação das Escadas e do Beco da Carqueja (Sé Velha)						
Rua para Todos (Alta, Rua João Machado, Rua Dr. Manuel Rodrigues, Rua Direita e Rua da Nogueira)						
Estabilização da Margem Direita do Rio Mondego entre a Ponte de Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra						
Valorização e Recuperação da Sala dos Capelos, Palácio Real e Colégio das Artes						
Valorização da imagem da cidade e qualidade do espaço público						

11. Relativamente às intervenções quase concluídas ou já concluídas, indique o seu grau de satisfação quanto aos resultados:

Intervenções	Nada Satisfatório	Pouco Satisfatório	Mais ou Menos Satisfatório	Satisfatório	Totalmente Satisfatório	Não sei/Não respondo
Nova ponte pedonal no Parque Verde						
Requalificação da Sé Nova						
Rua para Todos (Rua Direita e Rua da Nogueira)						
Rua para Todos (Alta)						
Valorização do Percurso Universidade/Arco de Almedina (Rua e Largo do Quebra Costas)						
Requalificação das Escadas e do Beco da Carqueja (Sé Velha)						
Requalificação do Parque Manuel Braga						
Valorização da imagem da cidade e qualidade do espaço público						

Seção IV – Perceção sobre as mais recentes intervenções de Reabilitação e Requalificação do Centro Histórico de Coimbra

12. As intervenções que têm sido realizadas no Centro Histórico:

Opiniões	Discordo Totalmente	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sei/Não respondo
São demasiadas e provocam diversos constrangimentos						
Têm desvirtuado e adulterado o património histórico/cultural de alguns espaços						
Vão contribuir para atrair novos residentes para esta área						
Vão contribuir para a atração de mais atividade económica						
Melhoram a mobilidade e segurança pedonal						
Permitem eliminar barreiras arquitetónicas						
São essenciais para a sua revitalização física e funcional						

Opiniões	Discordo Totalmente	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sei/Não respondo
Permitem a conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural						
Respondem às necessidades dos residentes da cidade						
Respondem, sobretudo, às necessidades dos turistas						
Têm tido um papel determinante na renovação da imagem da cidade						
Têm contribuído para melhorar a imagem turística da cidade						
Vão proporcionar o aumento de atratividade turística da cidade						
No geral, têm causado mais efeitos negativos do que positivos						
No geral, têm causado mais efeitos positivos do que negativos						

13. Indique outros impactos, positivos ou negativos, das intervenções que considera relevantes acrescentar.

Seção V – Agradecimentos finais

Muito obrigado pela atenção e disponibilidade!

Miguel Carvalho Peixoto